Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

ANO 56.º/19 089 4$00

TERÇA-FEIRA 29 JUNHO 1976

DL

PARA A SOLUÇÃO JUSTA DAS CONTRADIÇÕES

Nas vésperas do acto eleitoral de 25 de Abril de 1976, entendeu-se que era esse um momento asado para restabelecer na sociedade militar, e, por extensão, no campo democrático, um clima de conciliação e de fraternidade que, na vida política nacional, se traduzisse por uma afirmação de confiança na Democracia. Claro que, ao falarmos de conciliação e de fraternidade, ao falarmos em reencontro no diálogo e na acção, de convergência na acção e no esforço criador, não temos em mente os confessos e jurados inimigos da «nova ordem democrática» e das conquistas políticas, económicas e sociais do «25 de Abril»; pensamos, sim, nos homens que contribuiram para o «25 de Abril» ou nele participaram; pensamos nos homens que aderiram ao espírito da «Revolução» e desse espírito, com entusiástica generosidade, fizeram (acaso) uma interpretação extensiva. Mas, porque não se nega (até em termos de Evangelho), a mensagem que se dilata, consideramos que esses irmãos deverão ser contados entre os puros «revolucionários de Abril». Alguns de «Abril» serão precursores, *os* precursores.

Porque «Abril» — é preciso ter a nobreza de o reconhecer e a coragem de o proclamar — fez rebentar por todas as costuras o espartilho do «protesto corporativo», restituiu à grei militar a dignidade cívica, e acendeu, no povo, a esperança. Será preciso dizer-vos, senhores, que a «esperança» — se não for enganoso e fugídio mito — é revolucionária?

Marginalizar «revolucionários», em vez de os integrar ou recuperar, é uma debilidade estrutural de qualquer «Revolução». Mesmo quando essa «marginalização», tendencial, disciplinar ou repressiva, parece ser inevitável, estamos perante uma carência interna do processo revolucionário. Referimo-nos, concretamente, à incapacidade de criação das condições propiciatórias do diálogo e do debate, e da elaboração, momento a momento, da síntese dialéctica dos antagonismos não fundamentais. A «Revolução» avança percorrendo, e resolvendo, contradições; não avança por «exclusões», ou por «excomunhões».

A situação dos militares, e dos civis, presos na sequência dos acontecimentos do «25 de Novembro», deu lugar a uma situação equívoca e injusta. Enquanto era «liquidado» o «11 de Março», era «agravado» — é o menos que se poderá dizer — o «25 de Novembro». E essa sobrevalorização dos acontecimentos do «25 de Novembro» coincide, estranhamente, como a tendência para minimizar os acontecimentos de «11 de Março». Uma «Revolução» que quer defender-se, e homens que queiram ser respeitados, não podem assumir perante o País dois critérios e servirem-se de dois diferentes escalões de medida.

Continua na pág. 2

ESTA TARDE NO RESTELO

Costa Gomes preside pela última vez ao C.R.

O Conselho da Revolução reúne-se esta tarde presidido pela última vez pelo general Costa Gomes, que vai cessar as suas funções como Presidente da República e amanhã atinge o limite de idade, passando à reserva se entretanto outra coisa não for decidida.

Ao que parece, da agenda da reunião de hoje do C.R. nada mais consta além da já habitual «análise da situação política», o que, nas circunstâncias presentes, envolverá uma apreciação aos resultados eleitorais e suas consequências no quadro político nacional.

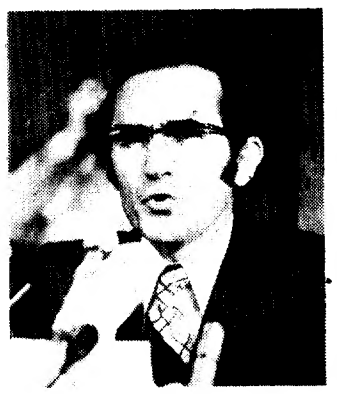
Embora estes resultados estejam dentro das previsões formuladas em todos os quadrantes políticos, constituem sempre matéria de reflexão e a própria análise dos números é um importante exercício político.

Julga-se também que o C.R. se debruçará sobre a situação futura do general Costa Gomes, que amanhã completa 62 anos, alcançando assim, como atrás se diz a idade prevista para a passagem à reserva.

De acordo com fontes bem informadas, há no seio do C.R. e das Forças Armadas em geral uma corrente importante que defende a ideia de que o general Costa Gomes deveria continuar ao serviço das F.A. por se tratar de um oficial-general com grande formação técnica e política que, nas presentes circunstâncias, não deve ser desaproveitado.

Uma das soluções previstas, e já desde há tempos mais ou menos divulgada, é a sua promoção a marechal, com o futuro encargo de trabalhar na reestruturação do Exército.

Fala-se entretanto na existência de um projecto no sentido de que a passagem à reserva dos generais de quatro estrelas se verifique apenas aos 64 anos.



Presidente eleito respondeu aos jornalistas

Num auditório da Fundação Gulbenkian, onde foi mais uma vez montado o Centro de Imprensa das eleições, o general Ramalho Eanes avistou-se ontem, pela primeira vez com os jornalistas na qualidade de presidente eleito. Entre outras afirmações efectivemos esta: a de que o capital estrangeiro não voltará a explorar entre nós a mão-de-obra barata, como se habituou a fazer durante anos de mais.

(Pág. 5)

20 PÁGINAS

AIRBUS DESVIADO PARA O UGANDA

Mais de 250 reféns ameaçados de morte

ENTEBBE (Uganda), 29 — (R) — Parecem hoje achar-se numa situação de impasse as negociações para conseguir a libertação de mais de 250 passageiros mantidos como reféns por piratas aéreos no Aeroporto de Entebbe.

Rádio Uganda informou que os assaltantes ameaçavam matar os reféns, que incluem muitos israelitas, se as forças de segurança ugandesas interviessem.

Soldados ugandeses, armados com metralhadoras ligeiras, cercavam o aeroporto e o edifício do antigo terminal onde são conservados os passageiros.

Os reféns, passageiros de um Airbus da Air France, assaltado no domingo sobre o Mediterrâneo, quando efectuava um voo de Telavive para Paris, receberam víveres e bebidas — disse a rádio.

O número e identidade dos piratas do ar eram ainda uma incógnita, embora afirmassem ontem num comunicado que efectuaram o assalto «para declarar ao mundo que o Estado francês é um inimigo histórico da nação árabe».

Rádio Uganda acrescentou que «se esperava que os assaltantes tornassem conhecidas as suas intenções na devida altura».

O presidente Idi Amin, que é muçulmano, deslocou-se ontem ao aeroporto para negociar com os piratas do ar. Conseguiu que os passageiros saissem do avião e fossem para o velho edifício, onde continuam, porém, sob guarda dos assaltantes.

Fontes fidedignas disseram que o presidente, que acabou com êxito, há dois anos, com um assalto a um avião feito por um casal de etíopes, teve algumas dificuldades devido ao problema da língua.

O jacto francês assaltado continua na pista do aeroporto de Entebbe, com forças de segurança ugandesas à distância exigida pelos assaltantes.

O avião foi assaltado sobre a Grécia, desviado para a Líbia para se reabastecer de carburante e chegou ontem, de manhã, a Entebbe.

Patrícia Heyman, a única passageira a quem foi permitido desembarcar em Tripoli, na Líbia, disse numa entrevista concedida na casa dos pais em Manchester, Inglaterra, que os assaltantes eram comandados por um homem que fala espanhol. Acrescentou que os piratas do ar estão armados com pistolas e granadas de mão.

Portas fechadas esta manhã na Lobel, em Campo de Ourique. A greve deverá prolongar-se por três dias.

Farmácias em greve

Com adesões na ordem dos cem por cento, em Lisboa, Setúbal e Castelo Branco, os ajudantes de farmácia começaram hoje uma greve total de três dias, como forma de luta contra as dificuldades encontradas na negociação do novo CCT.

O Sindicato dos Ajudantes de Farmácia alertou, entretanto, esta manhã, para os perigos que a saúde pública corre pelo facto de em muitas farmácias, os serviços profissionais terem sido substituídos por pessoas sem qualquer qualificação para o efeito. Esta situação, de resto, já se verificou em anteriores greves, sem que a Direcção-Geral de Saúde, devidamente alertada, actue como é seu dever.

(Pág. 9)

Nacional

D L

Continuação da pág. 1

Na sequência de acontecimentos cuja avaliação política é controversa, militares houve que foram marginalizados mesmo quando em relações a eles não se verificam, ou prevêem, incidências processuais no plano disciplinar ou penal. E desses, muitos são os que ao longo destes meses, de Abril 74 a Novembro 75, foram flama e escudo do chamado «processo revolucionário». Numa interpretação que reconhecemos imediatista e fácil, mas que, a um nível global, é inevitável, dir-se-á que a sua marginalização representa, ou poderá vir a significar, um movimento em sentido contrário ao do esforço em que andaram empenhados. E se — admitimos — algo haveria a corrigir, tal diligência, prudente e responsável, não poderia implicar que inteiramente se contrariem actividades que procuravam servir a «Revolução».

Quantos deram trabalho e ideias para «o arranque e concretização do processo democrático», dele não poderão ser dispensados, por ele não poderão ser esquecidos, quando se impõe, e urge, a tarefa de consolidar a «Revolução», de defender as suas conquistas, de defender essa frágil presença da pureza do «25 de Abril» que é a «Constituição» no rasgo, na audácia, na largueza, do seu formal articulado. E cabe-nos, como democratas, como antifascistas, traduzir o formal articulado da Constituição — uma das mais progressistas do Mundo — em realidade viva, estuante, forte, mobilizadora.

Daí — e sem ir mais longe do que a necessidade de reagrupar e reunificar as forças capazes de defenderem o «25 de Abril» e a Constituição do «País novo» — que nos pareçam deploráveis as situações de «liberdade condicional», de «residência fixa», de «efectiva impossibilidade de exercício de actividades profissionais», de «inapoveitamento no plano militar», de homens que abraçaram o ideário, do «25 de Abril». A esses homens, paradoxalmente, estão interditos direitos consignados na Constituição: os do Art.º 21, do Art.º 27, do Art.º 44, do Art.º 51.

No rescaldo de uma «crise» — e admiti-lo, já é entrar no domínio das concessões que podem facilitar uma discussão ou uma negociação — a lei foi ignorada em nome de uma legalidade. Não se terá tido sempre em conta a «nova legalidade». Dizem-nos: a «Revolução» — como critério de legalidade, como inspiração de legalidade. E algumas vezes a «lei nova» terá contrariado, a poucos dias de vista, a «nova Constituição». Será esse o caso — que aqui lamentamos e denunciamos — do Decreto-Lei 265/76, publicado no dia 21 de Abril de 1976, quatro dias — só quatro dias — antes da entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa.

Se a constitucionalidade do Decreto-Lei 265/76 é mais que duvidosa, que diremos das consequências de uma «arrumação de contas» que traduz, clamorosamente, as incapacidades e limites, primeiro do «processo revolucionário», depois da «institucionalização da vida democrática»? No campo democrático, antifascista, é inadiável criar condições de reencontro e de diálogo, de reconciliação e de confraternização. A transformação radical da sociedade portuguesa exige uma ampla mobilização de energias revolucionárias. Não podemos — sem negar três vezes o «25 de Abril» — prescindir de quantos por fé democrática e consciência revolucionária aderiram ao seu espírito e deram uma entusiástica militância à sua melhor e mais profunda inspiração.

AÇORES E MADEIRA

P.P.D. maioritário nas Assembleias Regionais

Ganhando em todas as ilhas dos Açores, o Partido Popular Democrático (PPD) alcançou a maioria absoluta de deputados num total de 43.

O Partido Socialista (PS), com 14 deputados, e o Centro Democrático Social (CDS), com dois deputados, completam o leque de partidos que elegeram deputados à Assembleia Regional.

Na maior ilha do arquipélago, S. Miguel, o PPD elegeu 7 deputados, contra 5 do PS e 2 do CDS.

Apenas no Corvo, a menos populosa das ilhas açorianas, o PS igualou o PPD, com 1 deputado cada. No entanto, o PPD foi, também aí, o partido mais votado.

De salientar a elevada percentagem de abstenções, que atingiu, no total do arquipélago, 35,56 por cento dos eleitores inscritos.

Nas duas principais ilhas, S. Miguel (80.369 eleitores inscritos) e Terceira (45.819 eleitores inscritos), registaram-se percentagens de abstenção superiores à média, 38,47 por cento, em S. Miguel, e 38,67 por cento, na Terceira. A menor percentagem de abstenções virificou-se no Corvo (309 eleitores inscritos) que registou uma percentagem de afluência às urnas de 88,99 por cento.

Do total de votantes, 54,47 por cento votaram PPD, 33,25 por cento PS e 7,64 por cento CDS.

O Partido Popular Democrático obteve mais de metade dos votos, em todas as ilhas, ultrapassando os 60 por cento em 5 das nove que compõem o arquipélago. A sua maior precentagem registou-se na Graciosa, onde conseguiu 69,26 por cento dos votos, e a menor no Covo, com 51,27 por cento.

Quanto ao PS resgitou a sua maior votação no Corvo (47,27 por cento), atingindo também boas percentagens nas duas ilhas mais populosas — S. Miguel (35,55 por cento) e Terceira (37,76 por cento). A mais baixa votação do Partido Socialista verificou-se em S. Jorge, ilha onde chegou a 5,81 por cento.

Quanto ao CDS demonstrou fraca implantação nos Açores, apenas ultrapassando os 10 por cento na ilha de S. Jorge, onde obteve 33,06 por cento. Além de não ter concorrido no Corvo, o CDS teve percentagens inferiores a 5 por cento em três ilhas: Graciosa (1,97 por cento), Pico (2,15 por cento) e Faial (4,96 por cento). Por último, registe-se que a percentagem de votos brancos ou nulos rondou os 2 por cento, apenas atingindo percentagem relevante em Santa Maria (4,53 por cento) e S. Miguel (3,87 por cento).

O Partido Comunista Português apenas concorreu em 3 ilhas, entre as quais as duas principais do arquipélago, S. Miguel e Terceira.

Os resultados percentuais obtidos pelo PCP são os seguintes: S. Miguel 3,28 por cento, Terceira, 1,60 por cento e Faial, 2,04 por cento, com um total de 2.261 votos.

Por seu turno, o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) concorreu também nas duas principais ilhas, obtendo 0,75 por cento dos votos em S. Miguel e 0,43 na Terceira, e reunindo um total de 498 votos.

O Movimento de Esquerda Socialista (MES) apenas concorreu na Terceira, obtendo 0,59 por cento dos votos (168).

De registar que na ilha Terceira o máximo de partidos (seis) — PPD, PS, CDS, PCP, MRPP e MES — e na ilha do Corvo apenas dois — PPD e PS (ANOP).

RESULTADOS FINAIS NA MADEIRA

Foram os seguintes os resultados finais das eleições para a Assembleia Regional do arquipélago da Madeira: PPD, 63.946; PS, 24.068; PCP, 1.966; CDS, 15.577; UDP, 5.534; e MRPP, 335.

8 Assim a distribuição de lugares na Assembleia Regional da Madeira será a seguinte: PPD, 29; PS, 8; UDP 2 e CDS 2.

MADEIRA

Um governo regional social-democrata

FUNCHAL, 29 — Terminadas as eleições para a Assembleia Regional da Madeira, cujos resultados apontam para a formação de um governo regional social-democrata, «DL» ouviu Alberto João Jardim (P. P. D.) e o padre Martins (independente - U. D. P.) sobre os objectivos que se propõem defender na Assembleia.

Depois de referir que deverá ser empossado um governo social-democrata, o representante do P. P. D. diz-nos que se propõe, de imediato, «contribuir para a criação do novo estatuto da região da Madeira, que deverá consagrar uma autonomia tão ampla quanto a Constituição o permita». Ao longo do quadriénio, acrescenta Alberto Jardim, haverá que impulsionar uma política ao serviço dos mais desfavorecidos de forma a atingir a igualdade de classes.

PROCURAR QUE O POVO ESCREVA AS LEIS

Entretanto, do ponto de vista do padre Martins de Machico, há que «apoiar todas as formas de organização que o Povo tenha ao seu alcance para poder exercer o seu direito e a sua capacidade de escrever as leis.

Ainda de acordo com o padre Martins, haverá, concretamente, que «reconfirmar no 'parlamento madeirense' as tomadas de posição das comissões de trabalhadores, comissões de moradores e demais organizações de base».

U.D.P. apresenta queixa contra Governo da Madeira

FUNCHAL, 29 — A U.D.P. acaba de apresentar queixa junto da Comissão Nacional e Eeleições, através da delegação desta na Madeira, exigindo procedimento judicial contra o Governo madeirense.

O Governo, chefiado pelo brigadeiro Carlos Azeredo, é agora acusado pela U.D.P. de ter praticado actos que prejudicaram um concorrente às eleições, o padre José Martins Junior, candidato independente nas listas daquele partido.

Concretamente, a queixa fundamenta-se no facto do Governo Civil ter por duas vezes interferido no decurso da campanha eleitoral (eleições regionais) infringindo o Art.º 50.º do Decreto-Lei 318-E/76. O Governo do brigadeiro Azeredo teria, assim, violado as regras estabelecidas por lei quanto à neutralidade e imparcialidade que lhe competiam.

Foi nítida, segundo a U.D.P., a intenção de se prejudicar o candidato padre Martins, de Machico, já que as acusações, a justificarem-se, não seriam tão pouco da competência do Governo mas da Comissão Nacional de Eleições. Além disso, não poderiam ser anunciadas antecipadamente, pois teriam de ser provadas.

Acusando formalmente o Governo Civil da Madeira, a U.D.P. pede que seja aplicado, neste caso, o Art.º 116.º do referido decreto-lei.

Entretanto, conforme noticiámos, foram eleitos dois deputados da U.D.P. para a Assembleia Regional do Arquipélago da Madeira.

Novas instalações em zonas militares

O Departamento do Exército foi autorizado, por decreto do Ministério das Finanças, a contrair um empréstimo até ao montante de 50 mil contos, na Caixa Geral de Depósitos, destinado a instalações em zonas de aquartelamentos militares.

O empréstimo, a amortizar em 15 anos, será liquidado através do Orçamento Geral do Estado.

Governo contrai novo empréstimo

O Governo Português contraiu mais um empréstimo internacional, desta feita junto do Banco Mundial, que acaba de anunciar ter aprovado um empréstimo ao nosso País de 36 milhões de dólares, para desenvolvimento de projectos energéticos.

Este empréstimo será utilizado num programa de investimento previsto para um período de dez anos, e deverá ser reembolsável dentro de quinze anos.

Esta decisão do Banco Mundial pode significar que o Governo Português deu garantias àquela instituição financeira internacional relativamenta a substanciais aumentos de preço da electricidade no nosso País, como de resto já ocorreu recentemente, anunciando-se ainda para muito em breve novos agravamentos do preço da energia eléctrica. A preocupação do Banco Mundial em ver agravados estes preços justifica-se certamente pelo seu desejo de ver melhorados os resultados da empresa pública de electricidade.

O empréstimo é garantido pela República Portuguesa, é por 15 anos, com um período de três anos sem amortização e vence o juro de 8,85 por cento ao ano.

MOBÍLIAS — USADAS

Por falta de espaço, vendo mobílias desde 7 900$00, casa jantar, quartos, escritório, modernas, rústicas, século XVII, jogos maples, sofás-cama, carpetes, etc. Rua Alves Torgo, 18, cave (ao Chile, defronte da Igreja de Arroios).

PUB

Sindicato de Garagens, Postos de Abastecimento, Transportes e Ofícios Correlativos do Centro e Sul

Abrangendo os distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém e Setúbal

Av. Almirante Reis, 45, 1.º — Tels. 83 93 18/84 86 33 — Lisboa-1

COMUNICADO

SECTOR DE GARAGENS

Comunicamos a todos os n/ associados do Sector de Garagens que se encontra em distribuição na nossa Sede a proposta do novo CCT Vertical para o Sector de Garagens a apresentar aos representantes das entidades patronais.

Lisboa, 28 de Junho de 1976

O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

José Eduardo M. Borges

post-scriptum

Gasolina: o prejudicado é o povo trabalhador

Sob o título «Para **poupar** Gasolina», publicou muito a propósito o «D. L.» na pág. 8 do dia 25 de Junho um artigo em que denunciava os prejuízos e contrariedades que atingirão milhares de trabalhadores deste país, caso se venha a aplicar o projecto de diploma do Ministério dos Transportes e Comunicações.

Como trabalhador que sou, e deveras atingido como tantos outros, não posso deixar de manifestar o meu descontentamento sobre a aplicação dessa medida que visa apenas beneficiar as classes dominantes.

Estou convencido que a maioria dos trabalhadores que possuem automóvel, o adquiriram, como eu, a prestações, liquidadas ao longo de 3 anos com bastante esforço, retirando verba do orçamento mensal que muitas vezes fazia falta para acudir a outras necessidades. Mas o automóvel também era uma necessidade, pois a maioria dos que trabalham utilizam-no para se deslocarem aos seus empregos, uma vez que a rede de transportes neste país é o que toda a gente sabe.

Verifica-se, pois, que os mais atingidos são os trabalhadores que possuem automóvel, pois para terem um já suportam elevados impostos e gasolina cara — a mais cara do mundo, como está provado — e fazem um maior esforço para suportar estas medidas governamentais.

Quando ao fim de uma semana de trabalho têm o direito de se deslocaram com a família até à praia ou ao campo, ou mesmo para férias, a fim de retemperar e ganhar energias para encetar nova semana de trabalho, vêem-se caretados de o poder fazer, verificando que as classes burguesas continuam passeando e gastando muito mais, pois enquanto um trabalhador pode gastar entre 50 a 100 escudos de gasolina num fim-de-semana aqueles gastão mais de 500 escudos, e todas as semanas, pois para isso possuem mais que um automóvel e com matrículas que lhes dão a possibilidade de o poder fazer.

Conheço indivíduos nestas condições — alguns com 5 e mais automóveis — pois mudam de automóvel com mais facilidade que eu de camisa, e por isso estou em condições de poder afirmar que o beneficiado com essa medida é aquele e não qualquer de nós que só podemos possuir um automóvel, e que não é luxo como alguns bem pensantes deste país supõem.

E ainda mais: indivíduos há que têm os carros em nome individual mas porque são sócios de firmas debitam indevidamente todas as despesas à firma não desembolsando sequer um tostão do seu próprio bolso, o mesmo é dizer do seu chorudo vencimento mensal.

Será bom que os governantes pensem a sério nestas questões e tomem medidas justas para todos, mas não prejudiquem a maioria que é o povo trabalhador deste país.

A.C. Carvalho — LEIRIA

Trânsito: as multas não resolvem o problema

É do conhecimento geral o estado caótico em que se encontra o trânsito na cidade de Lisboa. Deparam-se-nos diariamente situações embaraçosas motivadas pelo estacionamento de veículos sobre os passeios, nas passagens de peões, ao eixo das vias, sobre canteiros de zonas verdes, enfim nas mais variadas posições, perturbando o tráfego e impedindo a circulação de peões sobre os passeios.

A Polícia de Viação e Trânsito anda ultimamente empenhada em reprimir o estacionamento de veículos em locais que considera em situação abusiva, aplicando nesse caso a «competente» multa. Porem a aplicação da multa jamais poderá resolver o problema do trânsito, pela simples razão de que os automobilistas não são os verdadeiros culpados.

Quando se adquire um automóvel já ep sabido de antemão pelas entidades que se dedicam ao estudo do trânsito, que tal facto corresponderá a reservar mais uma área destinada ao seu estacionamento e também será mais um veículo a pesar no congestionamento global do tráfego.

Pagam os automobilistas as mais variadas contribuições e impostos, quer no acto da compra do veículo, quer posteriormente na liquidação do imposto de circulação, na efectivação do contrato com as seguradoras e periodicamente na aquisição de gasolina, que é das mais caras do mundo.

No entanto, e apesar disso, a previsão de infra-estruturas necessárias avança a um ritmo bastante mais lento do que o aumento do parque automóvel.

Segundo o artigo 10.º do edital 101, homologado em reunião da Câmara Municipal de Lisboa, em 13 de Abril de 1962, todos os prédios a construir em arruamentos de larguras iguais ou superiores a 23 metros, deveriam possuir parques de estacionamento destinados aos utentes dos mesmos prédios, caso a configuração do lote o permitisse.

Sucede que, e para agravar todo este estado de coisas, uma grande parte dos prédios construídos após 1962, que incluíam no seu projecto caves destinadas a estacionamento, foram posteriormente desviadas da sua verdadeira utilização, pelos seus proprietários.

Deste modo, a Câmara Municipal embora não o deseje, certamente, acaba por «colaborar» neste desvio. Efectivamente, aquele organismo público desliga-se da fiscalização da obra após a concretização da vistoria com vista à passagem da respectiva licença de habitabilidade, quando na verdade, essa fiscalização deveria estender-se até à celebração dos contratos com os inquilinos, a fim de permitir verificar se aqueles teriam tomado posse da sua fracção correspondente ao parque de estacionamento.

Assim não valerá a pena à Câmara Municipal proceder à elaboração de posturas municipais, se elas não tiverem viabilidade de ser cumpridas.

Em face do exposto e tendo em atenção que à Câmara Municipal cabem grandes culpas no congestionamento de trânsito na cidade de Lisboa, sugeria que as multas aplicadas aos automobilistas em locais onde a tal «colaboração» se tivesse feito sentir, fossem endossadas aos serviços competentes daquele organismo, para ulterior liquidação.

Mário Mota de Magalhães — LISBOA

25 DE ABRIL, UMA ESPERANÇA AMEAÇADA

ALCIDES DE CAMPOS

Temos uma Constituição digna do 25 de Abril e do impulso generoso dos jovens capitães revolucionários de 1974. Após dois anos de luta, de convulsões, de tacteamentos e de contradições.

Mas temos uma dívida para com a África martirizada e para com as esperanças que o povo português viu desabrochar na heroica madrugada de Abril. Porque a reconstrução do Portugal novo ainda está por fazer, ameaçado tanto do interior como do exterior.

Uma ameaça paira, com efeito, sobre a Revolução. Cuja sobrevivência está em jogo. E com ela, diga-se consciente de que só a verdade é revolucionária, todas senão as melhores esperanças de milhões e milhões de portugueses que, prisioneiros do fascismo, aspiravam a uma liberdade que nunca tinham conhecido. Mas ardentemente desejavam, apesar da sua morna submissão, mais aparente do que real. Apesar da sua disciplina ou indiferença sob o ferro da repressão silenciosa que o mais retrógrado dos fascismos fazia reinar sobre a nossa pátria através dos seus principais tentáculos e sustentáculos: polícias paralelas e corrompidas; organizações paramilitares instruídas na repressão activa, permanente, clandestina, terrorista; funcionários adeptos da desordem da ordem instituída. Apesar duma hierarquia eclesiástica omnipotente e omnipresente, cúmplice do obscuratismo que fez de nós o último povo colonizado da Europa, o País mais pobre e de maior densidade de analfabetos do «velho continente». Apesar da nossa ausência do mundo, olhos aperrados e membros paralisados num passado sem fim. Apesar das nossas lutas clandestinas, das prisões e das torturas. Apesar do exílio e dos seus diversos condicionamentos, da sua falsa liberdade e das múltiplas privações. Apesar de e por tudo isso, o nosso ardor era autêntico, as esperanças do nosso povo profundas.

Por isso nos parece chegado o tempo de afirmarmos que a Revolução está em jogo, as liberdades ameaçadas. Pela guerra subversiva que o inimigo do interior nunca deixou de nos fazer organizando-se, agindo a partir dos postos-chave que nunca deixou de ocupar, batendo-se pelas suas prerrogativas de classe, pelo regresso ao passado das minorias privilegiadas, isto é, ao sistema de repressão e de selecção, à dicotomia dos bons e dos maus, dos ricos e dos pobres, dos dominadores e dos dominados, dos abastados e dos humilhados, ou seja, numa palavra, ao regime dos torcionários e dos torturados. Da segregação pelo direito de uns tantos contra os direitos de todos.

E se a Revolução está ameaçada é porque nenhuma revolução deve aplicar até à incosciência a generosidade que a motivou sem correr o risco de se sabotar.

A Revolução deve, em primeiro lugar, determinar-se em função dos seus aliados e dos seus inimigos, das suas opções e, por consequência, das suas inevitáveis exclusões. A Revolução triunfante não se cria com palavras mas com actos. A Revolução não é nenhuma batalha de flores permanente, mas uma luta de trabalho constante, profundo e profundamente político contra os seus principais detractores. A Revolução para ser, deve apelar primeiramente para os revolucionários autênticos e desinteressados, militantes comprovados pelos anos de luta. E estes só podem ser os homens que renunciaram a todas as facilidades, que nunca aceitaram quaisquer compromissos com o opressor, que sofreram no exílio e na prisão, que se bateram sacrificando tudo, que resistiram à violência e consagraram toda a sua vida ao combate pela justiça e pela liberdade.

Na sua extrema ingenuidade de «revolucionário pacifista» que acreditou na possibilidade de construção do socialismo dentro do respeito e das estruturas duma constituição burguesa (o que releva dum empirismo total!), Salvador Allende pagou o seu erro com a própria vida e as de mais de trinta mil homens fuzilados em poucos dias perante o silêncio cúmplice de todo o mundo, mas também com a liberdade democraticamente conquistada pelo povo chileno, insultado nos seus direitos, vilipendiado, esmagado.

A Revolução portuguesa de 1974, que foi ao mesmo tempo que esperança nacional a esperança tão ansiada duma Europa enfeudada ao capitalismo, peca, desde há muito, pela sua excessiva generosidade, e poderá vir a condenar-se irremediavelmente se acabar por acreditar, como Salvador Allende, que a democracia, poder do povo, será respeitada pela plutocracia — esquecendo-se de que uma Revolução se deve, para triunfar sobre os seus inimigos, o respeito de si mesma e das suas opções. Desarmado o braço dos seus adversários e permanecendo vigilante. Senão, é contra si própria que volta as armas a que renunciou e de que não deixarão de servir-se os seus inimigos naturais: todos aqueles que o regime deposto determina nas pessoas dos seus mais fieis e incondicionais servidores: pilares do imenso mercado de escravos que foram a nossa pátria e as «suas» colónias africanas durante a noite mais longa de toda a história do fascismo.

Na sua imaturidade de neófita, a Revolução do 25 de Abril, ao acreditar em todas as reconversões e ao encobrir todos os oportunismos (na administração e nos partidos políticos, por exemplo), enganou-se a si própria ao enganar-se de servidores, sabotou-se a si mesma ao confirmar nas mãos dos vassalos do regime abatido as chaves do que deveria transformar-se (mas não se transformou) na nova administração da sociedade progressista.

Já não é possível construir um novo mundo no respeito dos modelos tradicionais. Por isso a nova sociedade continua

Continua na pág. 4

ONDE PONTIFICAVA IVAN ILLICH

O C.I.D.O.C. MORREU, VIVA O C.I.D.O.C.!

VICENTE LEÑERO

O Centro Intercultural de Documentação (CIDOC), que Ivan Illich fundou em 1961 na cidade mexicana de Cuernavaca, pelo qual passaram durante quinze anos mais de 16 mil participantes, organizador de centenas de seminários e círculos de estudo sobre temas relacionados com as ideologias e as transformações sociais, enfim editor de 300 títulos diversos versando problemas de investigação, fecha as suas portas e deixa de funcionar; só a Escola de Espanhol para estrangeiros se mantém em actividade.

Segundo os dirigentes, o fim do CIDOC nada tem a ver com uma «morte trágica». Conformemente ao espírito de fermento, de semente com que foi fundado, tratar-se-ia do final lógico que remata uma «missão cumprida».

Com efeito — assinalam os dirigentes — hoje em dia já não são poucos os centros no México e no resto da América Latina, onde se organizam seminários dessa índole e se discutem temas como os que abordava o CIDOC, «ao estilo do CIDOC». A abertura das editoriais permite agora aos investigadores publicarem com mais facilidade estudos como os que antes o CIDOC apadrinhava, numa tarefa que tinha por objectivo a difusão de materiais básicos para a análise, discussão e futura edição de obras sobre as diferentes problemáticas que preocupam o mundo contemporâneo. Da mesma forma o ensino da língua espanhola a estrangeiros — que representava para o CIDOC a sua fonte de rendimentos mais importante, ao mesmo tempo que facilitava a afluência de participantes ao Centro — estendeu-se notoriamente na cidade de Cuernavaca. A Cuernavaca Language School do CIDOC, fautora duma constante entrada de divisas para a capital do Estado de Morelos, e que lhe deu fama mundial (era um lugar «onde se aprende espanhol»), não é já a única ali existente. Concorre com ela uma dúzia de centros de Línguas, muitos deles dirigidos por ex-professores do CIDOC.

A MÁSCARA DA RELIGIÃO

Antes de ocupar a que era a sua actual sede numa ampla e fresca construção chamada familiarmente «Casa Branca» (que não tinha nada com a de Washington, claro), situada no loteamento de Rancho Tetela e perto de umas belas arribas, o CIDOC surgiu de um primeiro centro conhecido por C.I.C. — Centro de Investigações Culturais.

Em 1961 o grupo fundador criou esse C. I. C. com o propósito de ultrapassar os missionários religiosos e os voluntários leigos que vinham trabalhar para a América Latina. Ao enfrentarem-se, durante os seminários e círculos de estudo, com a problemática continental, os missionários descobriram o perigo de converterem-se em cúmplices duma penetração idelógica que se apresentava mascarada pelas «boas intenções religiosas» e que em nada favorecia a transformação social dos países latino-americanos. Muitos missionários, até aí convictos, saíam do CIDOC decidisos a abandonarem o apostolado. Eis onde o Centro batia certo.

Cinco anos depois, em 1966, o CIDOC substituiu em definitivo o C. I. C. com objectivos muito mais amplos: a investigação, a documentação e a publicação de temas relacionados com a transformação social e com as ideologias, mas sem abordar aspectos especificamente políticas e económicos.

A título oficial postulava-se o seguinte: «O CIDOC não é uma universidade. É um ponto de encontro para humanistas cuja preocupação comum é estudar os efeitos da transformacão social e ideológica nas mentalidades e nos «corações» dos homens. É um lugar para compreender as implicações duma revolução social, mas não um instrumento para promover teorias particulares de acção social. É um meio ambiente para o saber, para a aprendizagem, e não uma central de planificação activista. O contexto principal do CIDOC é a América Latina contemporânea.»

LIBERDADE TOTAL

A originalidade do sistema instituído pelo CIDOC nos seus seminários e colóquios — a sua chave principal poderíamos mesmo dizer, de acordo com o pensamento dos dirigentes — residiu na falta de um academismo tradicional e no uso indistinto que se dava aos termos «aluno» e «professor». De facto não havia tal, nem se exigia a nenhum participante qualquer título universitário. As pessoas inscritas no CIDOC tinham a liberdade e o direito de propor, para análise e discussão, um tema que

Continua na pág. 4

PUB

SINDICATO DOS ENFERMEIROS DA ZONA SUL

PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL, 6, 3.º-D. — LISBOA 1
TELEFONES 4 17 51 — 53 55 47

CONVOCATÓRIA

Convocâmos todos os Delegados Sindicais (somente os da FUNÇÃO PÚBLICA), para uma reunião de carácter urgente na SEDE deste Sindicato — PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL, N.º 6, 3.º D. — dia 30 de Junho de 1976 pelas 21 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º — Informações e tomadas de posição sobre o Decreto-Lei n.º 294/76 de 24 de Abril e Anteprojecto de Reclassificação e Revalorização dos trabalhadores da Função Pública.

Nota: — Informamos os mesmos Delegados Sindicais, que se realiza na Maternidade Alfredo da Costa, pelas 17.30 horas do dia 2/7/76, uma Assembleia de Delegados Sindicais do Sector da Saúde da Função Pública, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Informações.
2.º Estudo de formas de luta a adoptar.

Pel'A Comissão Directiva

Ana Maria Martins do Lago Cerqueira
Maria de Lourdes Orelhas

ATENÇÃO

ALTERAÇÃO DE DATAS

O 1.º ENCONTRO NACIONAL DE SINDICATOS E COMISSÕES DE TRABALHADORES

Realiza-se nos dias 31 de JULHO e 1 de AGOSTO

Local: INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO (Alameda D. Afonso Henrique) — Lisboa

Tema: INATEL — TEMPOS LIVRES DOS TRABALHADORES

Convidam-se: UNIÕES, FEDERAÇÕES, SINDICATOS (inerentes ou não à Intersindical) e COMISSÕES DE TRABALHADORES de todo o País.

Inscrições até ao dia 24/7/76 (inclusive), para o INATEL — DIRP (Departamento de Informações e Relações Públicas) — Calçada de Santana, 180, Lisboa — Tels. 538871 - 575288 - 575340 - 575390 - 575415

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO E ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LEIRIA

CONVOCATÓRIA

Aos Trabalhadores do Comércio Retalhista

Convocamos todos os trabalhadores do comércio retalhista do distrito de Leiria a participarem no plenário distrital que irá ter lugar no dia 30 com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS — TOMADA DE POSIÇÃO FACE À SITUAÇÃO ACTUAL DO NOSSO CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO

— EM FRENTE PELO CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO!
— A LUTA CONTINUA!
— OS TRABALHADORES VENCERÃO!

Leiria, 21.6.76

PLENÁRIO DISTRITAL:

Dia 30 Junho 1976 (Quarta-Feira) às 21.30 horas
LEIRIA — Pavilhão da Feira

Geral

25 de Abril, uma esperança ameaçada

Continuação da pág. 3

em suspenso, como que adiada, e os serviços dos diferentes sectores da vida nacional praticamente paralisados nas suas estruturas apesar da Revolução desactualizadas, arcaicas, emperradas. Por incapacidade, incompetência e desinteresse manifestos pelo processo de democratização. Voluntariamente até, nalguns casos, mormente nos sectores onde a contra-revolução é mais activa e que muitos já designam pelos «intocáveis». Ora, preservar a origem do mal e recusar a cura, é consentir que a Revolução dos Cravos seja traida todos os dias, atacada pelo flanco mais vulnerável e desprotegido: a sua incorrigivel generosidade, a sua mortal boa fé... Sob os golpes sucessivos e orquestrados dos nostálgicos do passado: guarda pretoriana do mais decadente de todos os cesarismos, abóbada do templo vetusto onde se processaram os ritos do mais intemporal de todos os paganismos.

Por todas estas razões, o 25 de Abril é uma esperança ameaçada. A Revolução está em jogo. E com ela todas as aspirações do povo libertado. Ameaçada pela direita que, sem vergonha dum passado que manchou com o sangue das suas vitimas, ergue de novo a cabeça, arrogante, apoderando-se pouco a pouco do controlo de um poder de que nunca foi realmente afastada, manobra ostensivamente depois de se ter insinuado na sombra, reorganiza-se, conspira, espreita os nossos erros, espera um descuido da nossa vigilância, prepara-se para a desforra sangrenta sob a cândida generosidade duma Revolução que não foi capaz de definir-se, convulsionada pela incoerência das suas linhas gerais, hesitante, duvidando de si mesma após os primeiros dias de euforia — surpreendida, talvez, pelo seu próprio triunfo.

A Revolução portuguesa está em perigo por ter sido incapaz de afirmar-se. Pela sua incapacidade e impotência em separar-se do que, pela força das coisas e das suas convicções, nunca a admitiram nem a toleram.

Ameaçada, a Revolução precisa de cada um de nós. Da nossa consciência politica. Dos nossos braços e da nossa inteligência conjugados na defesa da Constituição «que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo» no respeito da vontade do povo português. Da nossa severa vigilância e da denúncia dos que, como no passado recente, continuam a explorar a credulidade do povo e a abusar criminosamente da sua inexperiência da liberdade, procurando reinstalar um clima de terrorismo e de incerteza no pais libertado, e desacreditar as forças progressistas através da mobilização de greves anti-revolucionárias, da multiplicação dos atentados terroristas, da sabotagem económica e dos serviços públicos.

Ameacada, a Revolução reclama o nosso esforço, a adesão consciente de todos os que se consideram parte integrante do seu processo e nele estão profundamente empenhados. Para que o espírito libertário do 25 de Abril se consolide e dele nasça, triunfante, o Portugal com que todos nós sonhámos na miséria, no desemprego, na prisão, no exílio ou nas matas africanas. Um Portugal novo, livre e independente, orgulhoso de estar na Europa e no mundo. Orgulhoso sobretudo de se ter libertado das suas algemas sem auxílio exterior: na união do povo e das Forças Armadas, que também são povo e ao povo regressaram na aurora do dia 25 de Abril de 1974 — lavadas da ignomínia de uma aventura ultracolonialista de que não fomos culpados. Nem os que nela participaram, porque dela saíram com honra, nem os que, como nós, contra ela nos batemos desde o inicio, denunciando-a na Imprensa estrangeira, na rádio «Voz da Liberdade», de Argel, ou levando o combate ao interior do país.

Ameaçada, a Revolução pode e deve triunfar. Porque a Revolução somos nós, povo português: civis e militares. Como na alvorada luminosa do 25 de Abril de 1974. E para que esta alvorada seja a de todos os dias.

Paris, 22 de Junho de 1976

Morreu o C.I.D.O.C., viva o C.I.D.O.C.

Continuação da pág. 3

considerassem com interesse. A possibilidade de organizar um colóquio ou um circulo de estudo sobre esse tema dependia apenas de arranjar-se um grupo suficiente de interessados.

Estritamente falando, o CIDOC não programava as suas actividades para as sucessivas temporadas de trabalho. Aos temas básicos propostos por vários especialistas (anunciados e difundidos previamente em todo o mundo para captar participantes) havia que acrescentar, já «em caminho», muitos assuntos que surgiam desse interesse particular dos inscritos no CIDOC. Tal facto dava iomo resultado prático que um relator dum colóquio podia ser mero participante de outro, e vice-versa. Não havia alunos nem professores. Todos tinham a mesma categoria de sócios, unidos pelo afã comum do estudo da discussão, da análise.

No dizer dos dirigentes, a ausência de uma estrutura rigida — o que garantia a liberdade de exposição, de conteúdo, de tema; mas sem tolerância de atroplelos aos horários, à frequência das aulas e à disciplina elementar — permitiu que o CIDOC funcionasse com grande imaginação e que o gosto pelo estudo, a intuição e a inventiva dos participantes culminassem na proposta de novas hipóteses e teses sobre a problemática contemporânea, audaciosas para muitos, que noutras circunstâncias tinham sido travadas pelo academismo.

Tal é, por exemplo, o caso dos estudos feitos sobre as alternativas da educação (incluida a já célebre tese da desescolarização), que muitas contruibuições devem a Ivan Illich, e que foram objecto de longos seminários no CIDOC. Três meses em cada ano, de 1968 a 1971, analisou-se na «Casa Branca» de Cuernavaca o sistema escolar.

Semelhante tramento mereceu a discussão e o estudo de outras três instituições que o nosso mundo contemporâneo considerou como básicas, às vezes intocáveis, e que os membros do CIDOC dissecaram implacavelmente: a Igreja, a Medicina e o sistema de transportes.

A esses seminários devem juntar-se os inúmeros colóquios que animaram durante quinze anos a história do Centro Intercultural de Cuernavaca. Impossivel pormenorizá-los. Terão sido centenas, e sobre variadissimos temas: desde a «Pedagogia da Revolução», «Os pobres, a transformação social e uma sociedade convencional», «Amor, família, sexo, matrimónio» e «A libertação da criança» até «Algumas variedades da experiência mística», «O futuro da Arquitectura sem arquitectos», «As implicações filosóficas da Ciência» ou... «O mundo de Macondo de Grabiel García Márquess» e «Composição geométrica criativa aplicada às Artes Plásticas»... Tudo. De tudo.

TEATRO ABERTO
Pr. de ESPANHA metro PALHAVÃ tel. 77 09 69
grupo 4 apresenta
O CIRCULO DE GIZ CAUCASIANO
bertolt brecht
Todas as noites às 21 e 15
Sábados e domingos às 15 e 30 e 21 e 15
Descanso à 2.ª feira

EDIÇÕES

A par das actividades implicadas nos seminários e circulos de estudo, o CIDOC desenvolveu uma incessante actividade editorial, com cerca de 300 títulos publicados. Todos eles foram impressos ali mesmo, em «offset» e com tiragens médias de 250 exemplares, não dirigidos ao grande público — aos investigadores, aos centros de estudo, às bibliotecas especializadas...

As principais colecções do CIDOC foram três:

— a colecção «Sondeos» («Sondagens»), dedicada ao estudo da fenomenologia religiosa, e que incluiu trabalhos históricos, sociológicos ou sociopsicológicos do comportamento religioso de grupos específicos, além de análises críticas das actuais tendências teológicas, filosóficas e literárias na América Latina no que se refere a crenças, superstições, igrejas e folclore;

— a colecção «Cuadernos» («Cadernos»), que publicou os estudos dos sócios do CIDOC, os seus apontamentos, as actas das reuniões em Cuernavaca e estudos de «background» utilizados nos colóquios que se realizaram no Centro;

— e a colecção «Dossier», que editou, sobre temas concretos e específicos, índices e bibliografias de controvérsias contemporâneas latino-americanas.

Além destes livros o CIDOC editava à volta de seis ou sete números mensais de um boletim intitulado «CIDOC informa», o qual recolhia uma selecção de artigos publicados na Imprensa sobre temas relacionados com a ideologia e a transformação social.

Indispensável nas tarefas do Centro veio a ser logicamente a biblioteca. Fundada em 1961 por Valentina Borremans e finalmente ao cuidado de Benjamin Ortega — que, como todos os trabalhadores do CIDOC, aprendeu o seu trabalho executando-o, conseguiu integrar duas colecções de grande valor. Uma delas compõe-se de livros, folhetos, revistas e vastas colecções de recortes que documentam a relação entre os sistemas de valores e a transformação social na América Latina a partir de 1960, e a outra tem um total de 100 mil espécies (livros, séries, folhetos, panfletos e manuscritos) referentes aos movimentos religiosos, igrejas, seitas e folclore religioso na América Latina.

A data do seu desaparecimento o CIDOC doou esta secção de biblioteca sobre a religiosidade na América Latina ao Colégio do México.

A elasticidade do sistema de funcionamento que presidiu ao CIDOC durante os seus quinze anos de actividade criou também um tipo de administração que difere radicalmente da seguida no comum das universidades.

Os dirigentes falam de um trabalho de equipa: de uma equipa formada por membros que se graduaram no próprio trabalho e que não chegaram ao CIDOC amparados por qualquer diploma ou por uma profissão caracteristica.

Assim como Benjamin Ortega se fez bibliotecário organizando a biblioteca, também Isaac Rangel, encarregado do Departamento de Publicações, fez-se impressor de livros imprimindo-os. O mesmo se passou com outros colaboradores: Carmen Pérez, Yolanda Guadarrama, Eliseo Mundo, Ramiro Rodríguez, Lupe Castillo, Héctor Román, Dora Ocampo, António Valdés, Arturo Cardona e aquele que foi o seu mais recente director, António Arias. O ordenado deste último, e que era logicamente o mais alto do Centro, pouco passava do dobro do que ganhavam os jardineiros ou o pessoal de limpeza. É que o CIDOC tratou de implantar a justiça económica entre os seus trabalhadores.

O Centro não foi certamente, diz-se, «negócio de ninguém». As quotas pagas pelos 350 estudantes que conseguiam inscrever-se na época das «vacas gordas» (temporadas de Janeiro e de Julho-Agosto) serviam para preencher as necessidades sentidas no tempo das «vacas magras» e bem assim para manter o fundo requerido pelos aumentos de salários, pelas indemnizações ao pessoal e sobretudo pelas bolsas concedidas aos estudantes latino-americanos que, pela sua simples condição de latino-americanos, participaram sempre gratuitamente em todas as actividades do CIDOC.

O CIDOC desaparece. Neste final não há mais gestos graves ou melancólicos do que os ditados pela inevitável nostalgia. Além de a gestão económica o tornar insustentável, os dirigentes afirmam que nunca o CIDOC foi planeado como um projecto a longo prazo, como uma instituição indestrutivel — o que, por certo, desmentiria o valor das duras críticas às instituições formuladas ali mesmo.

A intenção dominante do CIDOC foi lançar ideias, semear inquietações, promover a análise, incrementar a livre discussão

Pode considerar que a sua missão foi cumprida.

Nacional

EANES ONTEM NA GULBENKIAN

Capital estrangeiro não voltará a explorar a mão-de-obra barata

Ramalho Eanes na mesa, ladeado por Raul Rego e Henrique Granadeiro.

«As leis da nossa jovem democracia serão respeitadas, a começar pela Lei Fundamental. Não serão, por isso, tolerados quaisquer poderes paralelos que contrariem a Constituição, nem será permitido qualquer tipo de actividade de carácter insurreccional, venha de onde vier» — declarou o general Ramalho Eanes ao iniciar a sua primeira conferência de Imprensa na qualidade de Presidente eleito.

Rodeado por Raúl Rego, mandatário nacional da candidatura, Carlos Macedo e Henrique Granadeiro, o general Eanes, envolvido por fortes medidas de segurança (que levariam até a retardar o início da conferência) diria ainda na mensagem que leu a abrir a conferência que «a reconstrução não se fará contra os legítimos interesses dos trabalhadores. Far-se-á com eles e para eles, e será um teste decisivo à capacidade de defenderem a independência nacional e de reconstruir Portugal», concluindo que será «o Presidente de todos os portugueses» e manifestando-se «pronto a tudo fazer para criar um clima de entendimento e reconciliação entre todos nós, num ambiente de liberdade e de paz».

MÁRIO SOARES E O NOVO GOVERNO

No período de perguntas e respostas, Eanes referiu-se a vários pontos «quentes» da actual situação portuguesa, nomeadamente a futura política externa, Spínola, os banqueiros fugidos do País, oposição ao futuro Governo, etc.

Sobre o Governo a constituir, o novo Presidente confirmou que, de acordo com a Constituição, encarregará Mário Soares de o formar tendo ainda considerado que o facto de vir, ou não, a ser exclusivamente formado por socialistas não o preocupa pois, no seu entender, mais importante é que a equipa governativa seja «homogénea, coesa, operativa e consiga muito rapidamente apresentar um programa verdadeiramente nacional, que respeita aquilo que é interesse de todos os portugueses no essencial, de tal maneira que possa passar na Assembleia da República, e possa depois mobilizar todos os trabalhadores de modo a que participem na sua execução e assim se consiga rapidamente ultrapassar a situação dramática em que se vive, permitindo que este País se reencontre».

Relativamente à reorganização da economia portuguesa, e a propósito da questão de um jornalista, que quis saber qual o modelo político que regulará as estruturas económicas, Ramalho Eanes sublinhou ter havido «uma economia organizada segundo o modelo capitalista», para considerar que agora «há uma economia a organizar segundo um modelo diferente que pretende ser muito pragmático e que terá em vista os interesses do País e das classes trabalhadoras».

No entanto — adiantou — o regime económico será modificado de tal modo que «não haja possibilidade do poder económico exercer pressões sobre o poder político e impedir que os órgãos que representam a soberania popular não consiga exercê-la de uma maneira perfeitamente fiel».

SPÍNOLA E BANQUEIROS

Interrogado sobre a política externa portuguesa a ser desenvolvida durante o seu mandato, Eanes considerou que a «ideia geral é de manter relações amistosas com todos os países do mundo, independentemente da sua situação ideológica pretendendo-se que não haja relações preferenciais a não ser quando impliquem a manutenção de defesa de interesses nacionais muito claros».

Quanto a Spínola e aos banqueiros fugidos do País, o general Eanes considerou que o primeiro «se entrar neste País terá de se sujeitar às leis e dar conta dos actos que porventura sejam da alçada dos tribunais», e, sobre os segundos dividiu-os em duas categorias, não sem antes declarar que «não está previsto o regresso desses senhores» — «os que têm contas com a justiça a pagar e se quiserem entrar no País terão de se sujeitar às leis e pagar aquilo que devem; e os que não têm contas a pagar e que poderão entrar e exercer a sua actividade desde que o façam em conformidade com as leis. «Neste último caso frisou ainda que tal actividade nunca poderá ser exercida como formas de «pressão do poder económico sobre o poder político».

A OPOSIÇÃO

Quanto à «margem de actuação política que sobra para uma oposição, ou se poderá haver uma oposição imediatamente apodada de antipatriótica ou antidemocrática», o Presidente eleito referiu que «há um programa e há a sua aplicação prática, podendo acontecer que nesta haja falhas». «Assim» — disse — «devem ser criticadas e na medida em que elas existam deve haver oposição que até será patriótica. Eu falava de uma oposição diferente, a sistemática apenas porque um determinado grupo não fazia parte do Governo. Há pois a oposição ponderada face às medidas adoptadas e há a oposição sistemática motivada apenas porque determinado grupo não faz parte do Governo.»

Noutros pontos da conferência Eanes abordaria ainda a questão dos «separatistas e confusionistas» tendo dito que tais grupos «serão neutralizados», tendo citado como exemplos a sua experiência eleitoral os Açores, Madeira e Évora.

Sobre as relações trabalhadores-empreendedores remeteu a resposta para a Constituição onde se diz «muito claramente quais as relações que se devem estabelecer entre os vários agentes do campo do trabalho», tendo ainda sobre os investimentos estrangeiros considerado que são necessários para obviar o desemprego, mas não lhes permitindo novamente a «exploração da mão-de-obra barata».

Eanes desmentiria, ainda corroborado por Vasco Lourenço, afirmações de Otelo durante a sua conferência de anteontem, e segundo as quais o Presidente eleito teria faltado à palavra de honra aquando da prisão de alguns dos militares na sequência dos acontecimentos do 25 de Novembro.

O apuramento final das eleições efectuadas domingo para a Presidência da República ocorrerá no próximo dia 5 de Julho.

Esse apuramento será então enviado para a Comissão Nacional de Eeleições.

Seguidamente, será consultado o Supremo Tribunal de Justiça a fim de detectar qualquer anomalia no dito apuramento.

O passo seguinte será a publicação do apuramento correcto no «Diário da República».

Oito dias depois (máximo previsot no lei), o general António Ramalho Eanes será empossado no cargo de Presidente da República.

CUNHAL COMENTA AS ELEIÇÕES

Razão das advertências do P.C.P. será demonstrada muito em breve

«A própria vida demonstrará em muito pouco tempo a razão das advertências do Partido Comunista, do seu alerta contra o perigo da formação de um governo de direita, da sua insistência na necessidade de um forte apoio ao Partido Comunista, da sua importância pela consolidação da democracia», disse o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, momentos antes de embarcar ontem para Berlim e referindo-se concretamente aos últimos resultados eleitorais.

Álvaro Cunhal, que na capital da República Democrática Alemã representará o seu Partido na Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa, focou o que classificou como «insucesso relativo do PCP», o qual se deveu essencialmente a não se ter conseguido atingir senão parcialmente «alguns dos objectivos de esclarecimento político que nos havíamos proposto». Entre este contava-se o desfazer de «ilusões alarmistas em relação ao perigo da direita, de ilusões em torno de uma vitória do major Otelo Saraiva de Carvalho».

Na opinião do secretário-geral do PCP, este «insucesso aparente» poderá ser, em pouco tempo, «recuperado com juros». Na sua opinião pesa a convicção de que a distribuição de votos, com a detectada deslocação do eleitorado comunista para Otelo Saraiva de Carvalho, «não corresponde a uma arrumação estável do eleitorado», pelo que «estamos absolutamente confiantes em que eles continuarão a ser votos comunistas».

Nas suas declarações, um outro aspecto sublinhado por Álvaro Cunhal, e ainda relacionado com as afirmações anteriores, incidiu sobre o facto de os votos em Octávio Pato e Otelo Saraiva de Carvalho, somados excederem as votações no PCP e nos agrupamentos esquerdistas registadas em Abril e de esta situação ser acompanhada das deslocações de cerca de um milhão de votos do eleitorado correspondente à candidatura do general Ramalho Eanes.

Quanto ao ambiente que antecedeu a eleição do novo Presidente, Álvaro Cunhal considerou que as eleições decorreram «num ambiente de inquietação partindo nomeadamente do facto de em torno de uma das candidaturas se ter juntado aquilo que o nosso povo temeu ser uma aliança entre os partidos reaccionários de direita e o Partido Socialista». «Havia um sentimento», disse, de que «nestas condições a vitória do candidato pudesse significar a formação de um governo senão com a colaboração efectiva do CDS e do PPD, pelo menos com o apoio desses partidos».

Almeida Santos, D. Manuela Ramalho Eanes e Azeredo Perdigão entre os assistentes.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO FARMACÊUTICOS

ELEIÇÕES DOS CORPOS GERENTES DO S. T. I. C. F. PARA O BIÉNIO 1976/78

COMUNICADO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Após a realização do acto eleitoral para os Corpos Gerentes do S.T.I.C.F. em 26/6/76, apuraram-se os seguintes resultados:

LISTA «A» — 2.171 **LISTA «B» — 1.940**

Face aos resultados, a Mesa da Assembleia Geral anuncia a vitória da lista «A» que tomará posse de acordo com os Estatutos do Sindicato.

A Mesa congratula-se com a elevada participação dos associados, que se traduz em 45,8 % de votantes, bem como o espírito democrático em que decorreu o Acto Eleitoral.

Lisboa, 28 de Junho de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Alexandre Pereira de Jesus

Geral

MEIC responde ao Sindicato dos Professores

O major Vítor Alves escreveu uma carta aos Executivos Nacionais do Sindicato dos Professores de esclarecimento a afirmações feitas num comunicado da direcção da Grande Lisboa e que o MEIC considera menos correctas.

«Nessa notícia» escreve o major Vítor Alves referindo-se ao comunicado, «o MEIC é habilmente sugerido como responsável pelas diferentes posições assumidas pelos representantes dos Executivos Nacionais. Como em outras ocasiões já foi referido, o MEIC não pode deixar de sublinhar que os problemas estruturais da classe lhe são alheios. Assim não fora e estar-se-ia presenciando uma inqualificável e inaceitável ingerência nos direitos dos trabalhadores que são os docentes».

Por outro lado, esclarece também a carta do major Vítor Alves, «de que não foram mobilizações a nível nacional que levaram o Ministério a avançar ou recuar. Na verdade apenas a posição que desde o início o Ministério tomou a favor da justiça da possibilidade de acumulação das fases e diuturnidades justifica a publicação do decreto-lei que suspendia a opção entre um dos regimes. Foi assim possível ganhar o tempo indispensável para o esclarecimento conducente à alteração de um regime estabelecido em diploma no âmbito da função pública em geral. Assim se obteve a necessária definição do regime de acumulação da fase e das diuturnidades».

No que respeita à gestão democrática, «não foram as mobilizações a nível nacional que produziram qualquer modificação na medida em que a posição agora transmitida aos Executivos Nacionais é rigorosamente a mesma. Apenas a tradição demagógica das posições assumidas por alguns representantes sindicais poderia transformar em efeito o que para o Ministério sempre foi um ponto de princípio: a consulta às escolas antes da publicação de qualquer legislação sobre o assunto».

«No tocante à contagem do tempo de serviço já na resposta dada no primeiro caderno reivindicativo — no dia 9 de Junho — se afirmava que o Ministério pretendia trabalhar em conjunto com o Sindicato na resolução de tão complexo problema».

BOA COLOCAÇÃO
COM BOM VENCIMENTO

Obterá se frequentar os Cursos que se iniciam AMANHÃ, de :

★ PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES nas linguagens COBOL — RPG II — ASSEMBLER
★ PERFURAÇÃO E VERIFICAÇÃO IBM (individual)
★ DESENHO DA CONSTRUÇÃO CIVIL
★ MEDIDOR ORÇAMENTISTA CONST. CIVIL
★ DECORAÇÃO DE INTERIORES ★ DESIGN
★ CONTABILIDADE
★ CONTABILIDADE INDUSTRIAL E GESTÃO ORÇAMENTAL
★ GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
★ RELAÇÕES PÚBLICAS ★ PUBLICIDADE
★ MARKETING ★ TÉCNICA DE VENDAS
★ SECRETARIADOS ★ HOSPEDEIRA DE TERRA E AR

O ÚNICO INSTITUTO QUE ASSEGURA ESTÁGIO

Proporcionamos-lhe ainda :

- BOLSAS DE ESTUDO EM INGLATERRA, FRANÇA E ESPANHA
- RECONHECIMENTO OFICIAL DOS CURSOS EM PORTUGAL E EM DIVERSOS PAÍSES DA EUROPA E AMÉRICA
- UMA CARREIRA PARA OS QUE A NÃO POSSUEM
- UMA ACTUALIZAÇÃO INDISPENSÁVEL PARA TODOS

INSTITUTO DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO ACELERADO

Rua Nova do Almada, 81, 3.º — LISBOA
Tel. 32 55 77 — 37 10 32

Pela 1.ª vez em Portugal
— CURSOS DE FÉRIAS —
de Junho a Outubro, em 1, 2 ou 3 semanas
incluindo AULAS E ALOJAMENTO

NOTA OFICIOSA

Ministério recomenda poupança de energia

Os consumidores domésticos de energia eléctrica deverão manter desligados todos os aparelhos eléctricos, com excepção do frigorífico, no período das 9 às 12 horas.

Trata-se, para já de uma recomendação do Ministério da Indústria e Técnologia, que aconselha ainda os consumidores de energia eléctrica de alta tensão, de usos comerciais e os restantes, a reduzirem ao máximo os consumos: enfrentamos a maior seca dos últimos cinquenta anos.

Sobre o assunto, passamos a transcrever uma nota oficiosa daquele Ministério:

Após dois anos de regimes hidrológicos bastante desfavoráveis (1973/74 e 1974/75) surgiu o ano de 1975/76 com carácter muito crítico. Com efeito, estamos perante um ano muitíssimo seco, o pior dos que constam dos registos dos últimos 50 anos. O armazenamento das albufeiras em fins de Maio era de cerca de 40 por cento contra aproximadamente 70 por cento no ano anterior.

Sendo o sistema produtor predominantemente hidroeléctrico, compreende-se que, ao cabo de tão prolongado período de baixas afluências de água, se tenham criado condições de carência de energia eléctrica, face às necessidades do consumo a curto prazo, uma vez que o referido sistema apenas está dimensionado, por razões de ordem económica, para o ano crítico (ano com afluências de água tão baixas que a probabilidade de ocorrer é de 5 0/0, enquanto que as do ano 1975/76 tem uma probabilidade de ocorrência inferior a 2 0/0).

Não obstante o recurso à produção termoeléctrica e à importação de energia em 1974/75 e 1975/76, na medida considerada razoável ou viável, na altura própria, não foi possível suprir o efeito da grande ausência de chuvas neste Inverno.

Começando a tornar-se preocupante a satisfação integral dos consumos previsíveis até ao fim do corrente ano, o Ministério da Indústria e Tecnologia, juntamente com a Companhia Portuguesa de Electricidade — CPE resolveram tomar determinadas medidas, com carácter de emergência, com vista a reforçar os meios de apoio ao sistema produtor hidroeléctrico.

Entre as medidas tomadas, destacam-se as seguintes:

— Estabelecimento de uma nova linha de interligação internacional na zona do Pocinho.

— Aquisição de dois grupos electrogéneos com turbinas a gás, a instalar em Alto de Mira.

— Encurtamento de prazos de entrega de equipamentos que se encontram em reparação (rebobinagem de um alternador de um grupo da Tapada do Outeiro e reparação de uma turbina de um grupo do Carregado) ou em montagem (6. grupo do Carregado e central de Valeira).

Estas medidas deverão tornar-se operacionais até ao final da estiagem. Saliente-se que a satisfação dos consumos no período do Verão não constitui o problema mais difícil de resolver. Esse outro põe-se o período seguinte, caso não chova (então não haverá meios de produção hidroeléctrica numa época em que os consumos começam a crescer).

Contava-se que, com estas medidas — acompanhadas de recomendações sobre poupança de energia eléctrica (a divulgar juntamente com outras disposições em matéria de austeridade) — fosse possível cobrir os consumos permanentes da rede, salvo a ocorrência de dificuldades especiais.

Infelizmente, tais dificuldades vieram a ocorrer:

— O parque de centrais termoeléctricas está com um grau de indisponibilidade superior ao normal, em parte devido a um prolongado período de serviço, com reduzidas beneficiações, em parte devido a um comportamento menos satisfatório de determinados grupos geradores.

— A importação de energia eléctrica a partir de Outubro apresenta contingências, dado que a Europa, face à baixa hidraulicidade deste ano, conta com dificuldades energéticas no final do ano, caso não venha a chover entretanto.

O armazenamento das albufeiras que importa ser poupado ao máximo tem-se mantido praticamente estacionário, pois é fundamental para a cobertura das necessidades nos períodos de maior consumo. Pode pois dizer-se que o consumo tem sido satisfeito, até agora à custa do fio de água do Douro, da produção termoeléctrica e da importação.

Nesta conjuntura, torna-se indispensável que se tomem, desde já, medidas de redução de consumos, para se evitarem cortes gravosos, sobretudo a partir de Outubro, caso não chova.

É pois fundamental que os consumidores reduzam ao mínimo o seu consumo, sobretudo nos períodos em que este é maior (no conjunto da rede) ou seja das 9 às 12 horas e das 21 às 23 horas (especialmente no período da manhã). Sempre que possível, deverão transferir-se consumos para o período da noite, das 0 às 8 horas:

Na estrutura dos consumos nacionais, a parcela mais importante é a dos «usos industriais» que representa cerca de 60 por cento do consumo total. Segue-se-lhe a dos «usos domésticos» com cerca de 20 por cento e a dos «usos comerciais» com cerca de 9 por cento daquele consumo total.

Relativamente a estas classes de consumos é determinado, por despacho desta data do secretário de Estado da Energia e Minas, o seguinte:

«1 — Os consumidores de energia eléectrica em alta tensão alimentados pelo sector da distribuição, com excepção de serviços essenciais como hospitais, serviços de elevação de águas ou esgotos, tracção, ou equiparáveis, deverão eliminar o desperdício de energia, procurando reduzir o consumo mensal de 10 por cento tomando-se por referência igual mês do ano anterior. Por outro lado, deverão procurar, na medida do possível, consumir o mínimo nos períodos de ponta da rede das (9 às 12 horas e das 21 às 23 horas), especialmente o da manhã. Os consumos deverão, sempre que possível, ser deslocados para o período nocturno das 0 às 8 horas.

2 — Os consumidores domésticos de energia eléctrica deverão manter desligados todos os aparelhos eléctricos, com excepção do frigorífico, no período das 9 às 12 horas. Por outro lado, deberão procurar, na medida do possível, consumir o mínimo no período das 21 às 23 horas.

3 — Os consumidores dos usos comerciais deverão reduzir o consumo mensal de 10 por cento tomando-se por referência, igual mês do ano anterior. O funcionamento das instalações de ar condicionado deverá ser reduzido ao mínimo indispensável.

Os restantes usos representam, individualmente parcelas pequenas. De qualquer modo estão sujeitos às disposições sobre poupança de energia publicadas no «Diário do Governo» Série n.º 29, de 4/2/76.

Simultaneamente, com as medidas anteriores, serão feitas recomendações, através dos órgãos de comunicação social, com vista a orientar-se a generalidade dos consumidores a reduzirem os seus consumos nesta época extremamente crítica para a produção hidroeléctrica, base do sistema produtor nacional.

Se as medidas anteriormente referieas não resultarem eficientes ficam os conumidores sujeitos a cortes de fornecimento de energia, a praticar, pelos sectores das redes primária e secundária, mediante autorização da direcção-Geral dos Serviços Eléctricos.

AMANHÃ — ÚLTIMA NOITE
ATÉ ÀS 23 HORAS

NÓS OFERECEMOS-LHE UM CAFÉ

NA EXPOSIÇÃO DA FEIRA do MÓVEL

Av. Padre Cruz — Lumiar (VIA RÁPIDA P/Loures)

APRECIE E RESERVE A SUA ENCOMENDA
MOBILIÁRIO DE VÁRIAS PROCEDÊNCIAS E ESTILOS

APOIO DAS FIRMAS :

MÓVEIS I. T. N.
MOVILAR PORTUGUESA
Z. MARKS
TAPINORTE
SIAF

FIM DA EXPOSIÇÃO NOCTURNA 30 / JUNHO

Luz a Isaías

No lugar de Isaías, apenas a três quilómetros de Grândola, o quase impossível acontece: a luz eléctrica passa-lhe por cima e «não aquece nem alumia» os seus dois mil habitantes. Impedindo assim o incremento da principal indústria ali existente: a panificação, confinada, deste modo, a processos rudimentares ou dispendiosos como a madeira de sobreiro ou o gerador eléctrico. «Macacos me mordam se não é má vontade contra a nossa terra, isto da luz passar por cima da gente e não nos aquecer nem alumiar. E para que tal deixasse de suceder bastava a construção de um pequeno posto transformador», desabafou ao «DL» Fernando Rosa do Carmo, filho do homem (Isaías do Carmo) que, há cerca de quarenta anos, se fixou naquele local, então ermo, com uma barraca de comes-e-bebes. Para que a terra cresça e a sua indústria de sobrevivência não morra, é pois urgente que se faça luz em Isaías.

Nacional

NOTA OFICIOSA DO S.T.A.P.E.

Resultados definitivos na próxima semana

. Do Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais recebemos a seguinte nota oficiosa:

. «O Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais (STAPE), do Ministério da Administração Interna informa que com o processamento das poucas freguesias que faltavam terminou o escrutínio provisório da eleição do Presidente da República — o qual fora interrompido cerca das seis horas da manhã. Como havia sido já divulgado não houve alterações sensíveis em relação aos últimos resultados.

Para que este processo eleitoral pudesse ter o seu corolário no escrutínio provisório de ontem colaboraram nomeadamente: o Centro de Informática do Ministério da Justiça, a Direcção da Arma de Transmissões, o Instituto Nacional de Estatística, os Serviços Mecanográficos do Exército, os Governos Civis, a Imprensa Nacional — Casa da Moeda, os Correios e Telecomunicações de Portugal as centenas de milhares de participantes na organização do acto eleitoral (membros de mesas, delegados das candidaturas), as camaras municipais, as administrações de bairro, as juntas de freguesia, a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública, as Forças Armadas, o Ministério da Comunicação Social, a Radiotelevisão Portuguesa, Radiodifusão Portuguesa e a Fundação Fulbenkian.

São os seguintes os resultados finais provisórios:

. Inscritos 6.477.484; Votantes: 4.885.624; Afluência: 75,42 por cento; Brancos: 20.331; Nulos: 43.734.

António dos Santos Ramalho Eanes: 2.967.414; José Baptista Pinheiro de Azevedo: 692.382; Octávio Floriano Rodrigues Pato: 365.371; Otelo Nuno Romão Saraiva de Carvalho: 796.392.

Compete agora às assembleias de apuramento distrital fazer o respectivo apuramento com base nas actas das secções de voto. Posteriormente a assembleia de apuramento geral, presidida pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça, apurará os resultados definitivos da eleição com base nas actas das assembleias distritais — o que se julga poder vir a acontecer já na próxima semana.»

Conselheiro da Revolução e comandante da Região Militar de Lisboa, o brigadeiro Vasco Lourenço, faz uma leitura de esquerda da actual situação

SEGUNDO O P.C.P.

Maioria de esquerda e Governo de esquerda — essa possibilidade ainda existe

«Na hora presente, continua a ser ponto-chave da situação política nacional a formação de uma maioria de esquerda e de um Governo de esquerda. Essa possibilidade continua a existir. Para isso é indispensável uma unidade de esforços do P. C. P. e do P. S. que têm, em conjunto, a maioria dos deputados da Assembleia da República». — Excerto dum texto da Comissão Política do Comité Central do P. C. P., ontem emitido a propósito dos resultados eleitorais. O P. C. P. inflecte estes resultados em função das relações P. C. P. - P. S. e declara que eles «reforçam ainda mais a importância de um entendimento entre os dois partidos». O texto do P. C. P. critica a candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho, aponta para a ausência de um milhão de eleitores na votação em Ramalho Eanes e em relação à expressão eleitoral total dos partidos que apoiaram o candidato eleito, denuncia a possibilidade de o futuro Governo prosseguir uma política de direita e reafirma as posições do partido perante a situação política portuguesa.

AINDA OTELO

«A candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho, nas condições concretas em que se apresentou, e apesar do apoio que lhe foi dado por pequenos partidos esquerdistas, ganhou projecção na base duma propaganda demagógica que o apresentava como o continuador do 25 de Abril e possível vencedor», diz o P. C. P. «Muitos eleitores de esquerda foram atraídos para um candidato militar que, com um verbalismo revolucionário, lhes prometia o que não tinha nem podia visivelmente cumprir. (...) A experiência que já hoje se pode indicar é que o P. C. P. previniu que a candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho nunca poderia ganhar e a realidade confirmou-o. O P. C. P. preveniu que tudo o que dividisse as forças democráticas e entraquecesse a posição do nosso partido aproveitaria à reacção. E hoje o que é visível é que a ameaça da formação dum Governo de direita é mais forte do que ontem. O P. C. P. preveniu contra o relançamento de radicalismos aventureiristas, que tão grandes prejuízos causaram já ao nosso processo revolucionário. E o que se verifica é que esses perigos aumentaram ainda mais.»

OS VOTOS DE EANES

«Tratando-se do candidato eleito, desde já devem reter-se as suas palavras em defesa da Constituição, o seu compromisso público de aceitá-la e de cumpri-la como Chefe de Estado», diz o P. C. P. a propósito de Eanes. O P. C. P. fala de «grandes deslocamentos de votos que se registaram em todos os grandes partidos», considera «indispensável tirar lições» a propósito. E previne: «mas não se deve julgar que estas eleições apontam para uma nova arrumação do eleitorado». Fala-se então de «um milhão de votantes dos partidos que o apoiaram» (a Ramalho Eanes) e «afastaram-se das indicações partidárias respectivas abstendo-se ou dando o seu voto a outros candidatos». Segundo o P. C. P., «isto sucedeu principalmente porque o eleitorado dos partidos reaccionários não o via (a Ramalho Eanes) como o seu próprio candidato e pelas dificuldades evidentes dos militantes e dos eleitores do P. S. em poderem entender-se com o P. P. D. e o C. D. S.» O P. C. P. lembra que foi no pretexto das «ambiguidades» em torno da candidatura de Eanes que se fundou a sua decisão de apresentar a sua própria candidatura — ainda com o propósito de «defender com clareza os grandes objectivos que se colocam ao nosso país e às massas trabalhadoras».

OS VOTOS EM OCTÁVIO PATO

O P. C. P. pronuncia-se sobre a escassa percentagem de votos obtida pelo candidato comunista Octávio Pato: «Naturalmente que a reacção e outras forças que fazem do anticomunismo o seu alimento quotidiano procuram tirar ilações especulativas sobre a menor percentagem obtida pelo candidato comunista em relação às eleições para a Assembleia da República, esquecendo a grande diferença entre os dois tipos de eleições e as circunstâncias concretas em que decorreram as presidenciais», diz o P. C. P. E valoriza «a campanha de esclarecimento efectuada à volta da candidatura de Octávio Pato», salientando que ela «constituiu uma grande acção política de massas, indispensável para combater as ilusões esquerdistas e aventureiristas». Segundo o P. C. P., da campanha feita à volta da sua candidatura, «resultou um fortalecimento ideológico do partido».

O partido considera este «fortalecimento» como «essencial para os seus sucessos futuros e para o desenvolvimento do nosso processo democrático».

O M.E.S. E AS ELEIÇÕES

Reservas aos votos de Eanes, optimismo sobre Otelo

«As eleições presidenciais marcam uma viragem histórica na luta política do nosso País» — afirma a Comissão Política do Comité Central do MES, num texto emitido ontem e depois de conhecidos os resultados da votação realizada. O MES pronuncia-se acerca da vitória obtida pelo general Ramalho Eanes e fá-lo em termos violentamente críticos. Em contrapartida, o texto realça a importância dos resultados obtidos pelo major Otelo Saraiva de Carvalho.

Para o MES, com Eanes na Presidência, «os trabalhadores e povo não têm um amigo, mas sim um amigo dos fascistas, dos reaccionários e de todos os que querem a qualquer preço garantir a recuperação capitalista». Sublinha-se no entanto (o MES sublinha) a importância de «o facto de a eleição de Eanes representar, ao mesmo tempo, uma derrota para a direita, para as forças do capital e do fascismo»: «falhou rotundamente — diz o texto — a operação que visava buscar nestas eleições a legitimidade para montar a repressão organizada sobre o povo trabalhador». E o MES justifica esta conclusão: «Eanes nem sequer é o Presidente de metade dos portugueses, já que não reuniu mais do que 45 por cento dos votos dos eleitores inscritos. Para o MES, esta é uma prova vigorosa de que o nosso povo não quer o regresso ao fascismo nem a recuperação capitalista».

O «aspecto de maior importância nestas eleições é o da vitória da unidade popular» — diz o MES, referindo-se à votação conseguida por Otelo. E, depois de sublinhados alguns significados a atribuir a esta votação, o MES conclui: «A grande votação em Otelo transforma de um dia para outro o panorama político do nosso País, pois representa a prova evidente de que a corrente que recusa a social-democracia e o reformismo existe, é forte, vai fortalecer-se e ninguém poderá pensar a partir de agora em fazer política sem a levar em conta».

DIZ VASCO LOURENÇO

"Vai haver uma política de esquerda"

«Vai haver uma política de esquerda» — «prevê o brigadeiro Vasco Lourenço, em declarações ontem feitas à Anop, que as regista. O comandante da R. M. L. refere-se ao futuro português com Ramalho Eanes na Presidência da República e, entre outras coisas, rejeita a hipótese de, no futuro, haver lugar à repressão do movimento popular. Vasco Lourenço absteve-se de fazer comentários à volta do major Otelo Saraiva de Carvalho, mas não deixou de assinalar (com surpresa) a alteração das posições relativas de Octávio Pato e o ex-comandante do extinto Copcon. Para Vasco Lourenço, os demais resultados estão «dentro dos (seus) cálculos».

Referindo-se de novo ao futuro do País, o comandante da R. M. L. manifestou a esperança de que «saberemos encontrar, no quadro das instituições que acabamos de ajudar a erguer, uma via de liberdade, de justiça e de desenvolvimento em que o povo e as Forças Armadas saberão ultrapassar os obstáculos que se lhes apresentem».

Delegação do M.D.P./C.D.E. nos países socialistas

Uma delegação do Movimento Democrático Português (M. D. P.) composta por José Manuel Tengarrinha e Blasco Hugo Fernandes, parte no dia 1 de Julho para a Bulgária para uma visita a convite da Frente da Pátria da Bulgária.

A visita tem por objectivo melhorar o conhecimento e desenvolver formas de cooperação entre aquelas duas organizações.

Depois da visita à Bulgária a delegação do M.D.P. desloca-se a Varsóvia a convite da Frente Patriótica da Polónia e em seguida visita Budapeste, a convite da Frente Nacional Popular da Hungria, onde terá oportunidade de conferenciar com as direcções daquelas duas organizações unitárias, trocando experiências e estudando formas de cooperação.

O regresso a Lisboa da delegação do M. D. P. está previsto para o fim de Julho.

U.R.A.P. patrocina sessão de cinema

..Por iniciativa da Direcção-Geral da Acção Cultural e com o patrocínio da U. R. A. P. — União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, realiza-se esta noite, no anfiteatro da Biblioteca Nacional, pelas 21 horas, uma sessão de cinema com a apresentação do filme «A Espiral» («La Spirale»).

Trata-se de uma obra de Armand Mattelart, Jacqueline Meffiel e Valérie Mayoux, realizada em 1975.

Tema da película: Salvador Allende e o Governo de Unidade Popular no Chile, a partir de 4 de Setembro de 1970.

CONION

O MELHOR EM CAPTAÇÃO E SOM

O melhor Rádio e Gravador do Mundo

Rua Pascoal de Melo n.º 7, 1.º — Lisboa

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SINTRA

1.ª publicação

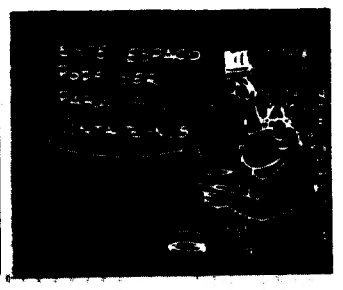
ANUNCIO

Pelo 1.º Juízo da comarca de Sintra, na Acção de Divorcio litigiosos pendente na 2.ª secção, movida pela autora Maria Clotilde da Palma Santos, residente na Rua Projectada à Rua Moçambique, n.º 1-F, 1.º andar, direito Mem Martins contra o reu AGOSTINHO ALVES DOS SANTOS, ausente em parte incerta e com ultima residencia conhecida no Largo da Igreja, S. Marcos, Cacem, concelho de Sintra, é este réu citado para, no prazo de vinte dias, que começa a correr depois de finda a dilacção de trinta dias, contados da 2.ª e ultima publicação deste anuncio, contestar, querendo, não so o pedido principal formulado na referida acção e que consiste em ser decretado o divórcio entre a autora e o réu, mas tambem o pedido incidental de assistência judiciária, sob pena de o processo correr à sua revelia.

Sintra, 21 de Junho de 1976

O Juiz de Direito, (Carlos Alberto Vaz Serra Lima)

O Escrivão de Direito, (João Maria Tomás Salvé-Rainha)



Nacional

TRIBUNA LIVRE

MÁRIO VALADAS

A redistribuição das participações do sector público

Na Secção Economia do «Diário de Lisboa» de 15 de Junho, o seu colaborador J. Cândido de Azevedo faz um conjunto de observações pertinentes sobre o Instituto de Participações do Estado, particularmente sobre algumas perspectivas de actuação futura, com as quais concordo inteiramente.

Gostaria, entretanto, de abordar alguns pontos que se prendem com a interpretação que no artigo é dada a afirmações minhas contidas em entrevista publicada no «Expresso» de 5 de Junho, de modo a esclarecer melhor o meu ponto de vista sobre aspectos essenciais do problema:

a) A redistribuição das participações que o sector público detém e que se encontram dispersas por um número muito grande de entidades (Fazenda Pública, Previdência, empresas públicas e nacionalizadas, etc.) é uma tarefa urgente. Com efeito, a análise dos mapas elaborados pela Comissão Instaladora do Instituto das Participações do Estado relativamente à estrutura e distribuição por vários critérios, das participações do sector público evidencia os seguintes aspectos importantes:

— mantêm-se, na maior parte dos casos, os esquemas de supervisão e orientação de empresas que vigoravam antes das nacionalizações e que haviam sido implantados pelos grandes grupos económicos numa óptica estritamente capitalista;

— empresas participadas pelo Estado, operando nos mesmos sectores ou em sectores complementares, e para as quais se torna necessário executar medidas de coordenação, continuam a ter comando disperso por vários centros de decisão, sem quaisquer preocupações de racionalização económica (a não ser aquelas que foram impostas por iniciativa dos órgãos de trabalhadores dessas empresas); as correspondentes decisões não podem deixar de ter primordialmente em conta os interesses de cada entidade participante, ao contrário do que seria desejável;

— por uma deficiente estrutura dos seus capitais permanentes, em muitos casos, posta de pé com o fim ostensivo de permitir a interesses privados o controlo económico com a utilização mínima de capitais próprios, não são poucas as empresas em que o Estado não dispõe ainda de direitos efectivos de gestão, não obstante os grandes volumes de financiamento consentidos através da banca nacionalizada e que transferem para esta (e, portanto, para o Estado) todos os riscos da actividade desenvolvida;

— existe, por outro lado, um número muito elevado de participações do sector público mas de valor global muito pequeno, em empresas de reduzida dimensão ou actuando em sectores que se não podem considerar estratégicos a nenhum título (detêm-se participações em «boutiques» de alta costura, p.e.) e para as quais, a menos que existem sérios problemas de gestão a que a acção de entidades públicas possa dar, ao menos transitoriamente, resposta adequada, se terá de adoptar alguma solução que não passe por criar encargos de gestão ao Instituto das Participações do Estado.

Assim, numa óptica de eficácia política e económica, há que desenvolver um tremendo esforço quer no sentido de transformar em participações número apreciável de financiamentos, de modo a que lhes correspondam direitos efectivos de gestão, quer no sentido de agrupar as participações do sector público, visando criar um esquema de coordenação submetido a critérios de racionalidade económica que se enquadrem dentro do processo de transição para o socialismo consagrado na Constituição.

Conseguir operacionalidade em tais tarefas exige, naturalmente, ter de concentrar escassos recursos disponíveis em capacidade de gestão naquelas empresas que se encontrem, por alguma razão, estrategicamente localizadas no processo económico nacional (garantia de emprego, abastecimento em matérias-primas a outros sectores fundamentais, dinamização do investimento, efeito multiplicador nas indústrias a montante, incidência importante na balança comercial, etc.). E, em consequência, ter-se-á de encontrar maneira de subtrair ao sector público a responsabilidade directa da gestão de empresas que, por algum motivo, não se encontrem no âmbito das primeiras prioridades a atender. Esse processo variará de caso para caso e não passará necessariamente pela transferência das participações para os seus antigos proprietários (podem, por exemplo encontrar-se formas de cooperativização de empresas, de atribuiçao da titularidade parcial do capital aos trabalhadores, etc.).

b) Naturalmente que não competirá ao Instituto das Participações do Estado nem, obviamente, ser possível pedir-lhe tal, fixar os critérios de prioridade de que atrás se falou, embora lhe caiba o dever de apresentar ao Governo a sua própria visão sobre eles. Entre outras razões, porque serão necessariamente determinados por opções políticas fundamentais, a tomar pelos órgãos superiores de soberania, no que diz respeito à definição do sistema de enquadramento e funcionamento concretos da economia em cada momento.

Particularmente, tem uma importância decisiva o que for implantado a nível de sistema de planeamento nacional e a eficácia com que esse sistema for dotado. Realmente, não se vê como garantir um mínimo de coerência à tomada de decisões a nível das unidades de produção controladas pelo Estado sem a existência de um esquema de planeamento nacional que oriente as grandes metas a atingir nos domínios fundamentais. Reconhece-se que não é fácil, a curto prazo, montar completamente uma máquina que se antevê complexa no caso de haver demasiadas exigências quanto aos seus objectivos. O Instituto das Participações do Estado poderá mesmo (e deverá) suprir algumas das lacunas que de imediato não encontrem resposta no sistema de planeamento, procurando soluções de curto/médio prazo tendo apenas como quadro de referência não mais do que instruções gerais. O que não poderá é desenvolver uma política consistente de longo prazo sem que se ponha a funcionar, mesmo com recursos e objectivos limitados nos primeiros tempos, um plano nacional.

Mário José Matos Valadas
18.6.76

um livro para todas as mulheres ... e homens

SEXUALIDADE E FEMINIDADE

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

PUB

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE BEJA

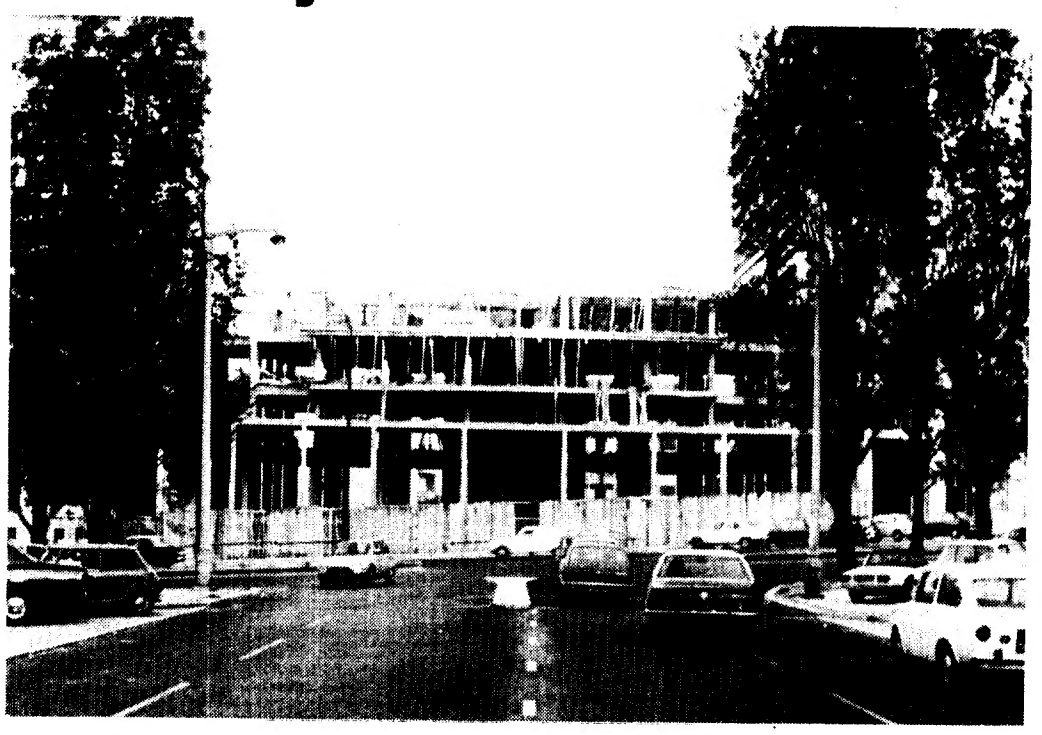
ANÚNCIO

Na acção de divórcio litigioso pendente na 2.ª Secção da Secretaria Judicial da comarca de Beja, movida pelo Autor Fernando Pardal Periquito, casado, residente em Aljustrel, desta comarca, contra a ré JÚLIA MARIA DA SILVA LUZ, casada, actualmente ausente em parte incerta, e com última residência conhecida na Travessa de S. João, em Aljustrel, é esta ré CITADA para contestar dentro do prazo de 20 dias, que começa a correr depois de finda a dilação de TRINTA DIAS, contada da data da segunda e última publicação deste anúncio, a acção supra identificada, cuja falta de contestação não importa a confissão dos factos articulados pelo Autor supra mencionado, e ainda, para dentro do falado prazo, contestar, querendo, o pedido de concessão do benefício de assistência judiciária formulado pelo dito Autor, pedidos que constam do duplicado da petição inicial que se encontra à disposição da citada nesta Secretaria. Os pedidos do autor, em resumo, referem seja concedido o benefício de assistência judiciária e decretado o divórcio entre Autor e a Ré.

Beja, 12 de Junho de 1976

O Juiz de Direito
(A. de Sousa Inês)
O escrivão de Direito
José Estevão Lima Pereira

Construção em Alvalade indesejável na zona



A obra indesejável vista da Avenida Rio de Janeiro

Uns chamam-lhe «monstro», outros dizem que é a «torre do inferno». Em todo o caso, grande parte dos moradores da zona concorda quanto às antipatias, temores e protestos que estão a aumentar contra um edifício em construção, na Avenida Estados Unidos da América, em frente à Avenida Rio de Janeiro.

Razões das queixas: a opressão psicológica que poderá causar a visão dos seus projectados 24 ou 25 andares e a indefinição que paira sobre a sua futura utilização, justamente numa época em que tanto se fala na «habitação social», tão necessária quanto escassa.

Com um projecto da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, a construção desse prédio é acusada de infringir as normas dispostas no Regulamento Geral dos Edifícios Urbanos e de «assassinar» ainda mais a já tão desorganizada urbanização da cidade, «enquanto os arquitectos da CML discutem se o Terreiro do Paço será ou não cor-de-rosa».

Num protesto expresso por carta, moradores perguntam se «a força bruta do capital vai voltar, com a complacência da Câmara, a esmagar-nos» e exigem explicações de quem, perante a comunidade, tem obrigação de defender os direitos de cada um dos cidadãos, fartos de palavras, promessas e «comissões».

Outro ângulo da construção, este focado da Rua Coronel Bento Roma

Aprovado o estatuto dos solicitadores

Por decreto-lei do Ministério da Justiça, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 142, foi aprovado o estatuto dos solicitadores, que procura ser «a resposta da nova filosofia do Estado aos problemas da classe», embora, como refere o preâmbulo do diploma, tenha tomado em linha de conta a experiência da anterior regulamentação.

O texto do decreto resulta do estudo de um grupo de trabalho onde participaram representantes dos trabalhadores de todas as actividades interessadas — magistrados, advogados, solicitadores e funcionários de justiça.

Segundo se refere no texto, «alargaram-se os direitos dos solicitadores e tipicizaram-se, com rigor, as suas faltas» e «procurou-se dignificar a classe, para o que, necessariamente, se estatuíram mais apertadas condições de acesso que passam, nos casos normais, por um estágio de um ano».

O estatuto regula também o funcionamento da Câmara dos Solicitadores, que representa os interesses de todos que exercem aquela profissão.

Centro de Instrução da Guarda Fiscal

Foi criado um Centro de Instrução da Guarda Fiscal, que se destina a «formar e qualificar eficientemente o seu pessoal para o desempenho de missões que lhe competem, algumas de elevado índice de especificidade», oficializado através de um decreto da Secretaria de Estado do Orçamento publicado no «Diário da República», I Série, n.º 150.

A composição do quadro do centro inclui um tenente-cogonel de infantaria e um major, ara o comando.

Trabalho

Greve total no Serviço Meteorológico

Os trabalhadores do Serviço Meteorológico Nacional entraram às zero horas em greve total, como estava previsto no plano de luta, devido a não estar ainda aprovado o projecto de lei orgânica do S. M. N.

Os entraves mais recentes são criados pela Direcção-Geral da Função Pública, que pretende agora introduzir no texto do projecto alterações relativas a questões como o trabalho nocturno e subsídio de isolamento, alterações que, segundo afirmam os trabalhadores em comunicado, «anunciam uma escalada contra direitos já adquiridos pelos trabalhadores». Este texto, que originariamente é uma contraproposta do Governo ao projecto apresentado pelos trabalhadores, foi já aprovado pelo Ministério dos Transportes e Comunicações e pelo Ministério da Administração Interna, que lhe introduziu novas alterações. Foi a demora no M. A. I. que levou os trabalhadores do S. M. N. a optarem pela greve parcial. Em plenário, o texto com as alterações do M. A. I. foi aprovado, sendo agora alvo de novos entraves pela D. G. F. P. Os trabalhadores só suspenderão a greve quando o projecto estiver assinado pelo M. A. I. e pelo Ministério das Finanças.

Esta manhã, a Comissão Pró-Sindicato dos Trabalhadores do S. M. N. reuniu com os delegados sindicais da TAP para tentar obter dos trabalhadores dos Transportes Aéreos Portugueses o apoio que necessitam. O movimento de aviões continua a fazer-se sem informações dadas pelo Serviço Meteorológico Nacional.

FARMOQUÍMICA INDIANA

Sabotagem económica "cientificamente preparada"?

Ao abrigo da legislação sobre cessação do contrato de trabalho, nomeadamente o Dec. Lei 84/76, a Farmoquímica, Indiana (multinacional ELI LILLY, de origem americana) tenta despedir 15 dos seus 48 trabalhadores. A argumentação patronal teve, em devido tempo, resposta por parte da Comissão Sindical da empresa, mas esta continua a aguardar parecer das entidades oficiais competentes, no caso do Ministério do Trabalho.

Todo este processo visa, segundo comunicado recente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos «obter argumentos para o despedimento de trabalhadores entre os mais activos e conscientes. Assim, a administração tentou, primeiramente, as «rescisões voluntárias, não havendo falta de dinheiro para satisfazer as respectivas indemnizações».

Numa segunda fase, a mesma administração apontou para fórmulas de despedimento colectivo, «inventando razões para a não rentabilidade económica da empresa nas estruturas socioeconómicas do nosso país». Significativamente, conforme considera o comunicado do Sindicato, entre os trabalhadores a despedir contam-se «quatro delegados sindicais, duas grávidas, duas menores e duas doentes com baixa dos serviços médicos sociais.»

A conduta da administração da LILLY envolve, entretanto, aspectos que, segundo a nossa fonte de informação, ultrapassam as questões de trabalho. Assim, segundo o texto sindical, «bem enquadrada na óptica empresarial capitalista, onde o lucro é a única regra, a Farmoquímica Indiana não tem abastecido o mercado português de forma conveniente, não sendo raro verificar a falta dos seus produtos, alguns dos quais sem similares no mercado português».

Fazendo um pouco da história de um caso semelhante a alguns outros envolvendo capitais, multinacionais, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos refere que «o desenvolvimento político iniciado no 25 de Abril teve duras reacções do capitalismo nacional e internacional e das forças que o defendem. A LILLY, como multinacional que é, colocou-se perfeitamente no processo de sabotagem económica e de recuperação capitalista que atenta contra os interesses dos trabalhadores e do povo português». Tal processo, que teria sido «cientificamente preparado pela administração», incluiu — conforme nos foi afirmado — a saída para Espanha do representante da LILLY em Portugal e a alteração da denominação social da empresa, «por forma a preservar a marca comercial LILLY e a reduzir «stocks» de medicamentos de tal modo que, em alguns casos, se tornou difícil assistir a doentes que necessitavam de produtos daquela marca».

Voltando ao texto do Sindicato, ele termina considerando que se torna «inofensivo impedir que a tentativa de despedimento colectivo se concretize». De contrário, a LILLY iria atingindo os seus objectivos, pois, vencida «mais esta etapa, logo outra se avizinharia e outros trabalhadores seriam atingidos pelo ciclo de despedimentos, até ao encerramento das instalações da empresa».

Ao procurarmos clarificar a referência, no texto sindical, às «regras do colonialismo económico de que as multinacionais são o máximo expoente», foi-nos apontado, no caso concreto da LILLY, o facto de Portugal lhe ter servido em tempo, de trampolim para a exploração do mercado das ex-colónias portuguesas. O que não deixa de ser significativo, além de tudo o mais.

Nas farmácias de serviço os clientes são atendidos pelos patrões e seus familiares, pois, desta vez, a greve também as abrange.

POR TRÊS DIAS

Falta de acordo "fechou" as farmácias

Os ajudantes de farmácia do Continente e Ilhas entraram esta manhã em greve, após o malogro das negociações de todos os contactos ontem efectuados entre a Comissão Negociadora Sindical e a Associação Nacional de Farmácias.

Esta greve, total, afectará, portanto, mesmo as farmácias de serviço, mas os directores sindicais entendem que se os responsáveis técnicos comparecerem nos estabelecimentos, tal como lhes compete, o público não será grandemente afectado, pelo menos no que respeita às urgências.

A greve culmina uma luta que se prolonga desde há 14 meses, no sentido de ser estabelecido um novo Contrato Colectivo de Trabalho para os profissionais ajudantes de Farmácia. Sucessivas dificuldades na obtenção de um acordo levaram no mês passado a pequenas garagens que deveriam ter chegado à greve total nos dias 12, 13 e 14. A disposição manifestada, então, pelo patronato, levou ao adiamento dessa paralisação.

Contudo, após mais um mês de negociações, pontos continuaram a não merecer a concordância da A.N.F., particularmente no que respeita ao pagamento das horas extraordinárias, de acordo com as disposições legais no que as novas tabelas salariais teriam graves reflexos no pagamento dos extraordinários.

Mas os profissionais entendem que se os serviços são assegurados com o seu esforço, tal deve ser pago, até porque eles já se dispõem a «excessos» que transgridem as normas internacionais. E, além disso, só desde 1971 os ajudantes de farmácia conseguiram ver consagrado o princípio do pagamento das horas extraordinárias.

Embora as negociações entre as duas partes, ontem efectuadas no Ministério do Trabalho e que terminaram à meia-noite, não tenham resultado, outros contactos que porventura conduzam a um acordo determinarão o fim da greve.

O CASO CORONADO

Vão ser pagos salários em dívida

Os trabalhadores «saneados» pelas entidades patronais da Têxtil Manuel Gonçalves (Famalicão) e da Coronado w9Santo Tirso) continuam por reintegrar, apesar das ordens do Ministério do Trabalho nesse sentido.

No que respeita às 36 trabalhadoras suspensas da Coronado, sabe-se que tiveram ontem a garantia do Ministério de que receberiam ainda esta semana os salários correspondentes aos cinco meses que estiveram impedidas de entrar na fábrica. Segundo informação do Sindicato do Vestuário do Porto, as entidades oficiais voltaram a manifestar determinação em dar cumprimento ao despacho de reintegração, estando a ser feitas novas diligências nesse sentido.

Entretanto, o comando do batalhão n.º 4 da Guarda Nacional Republicana, força responsável pela missão de protecção aos elementos da delegação do Ministério do Trabalho no Porto, que acompanharam as trabalhadoras suspensas da Coronado na terceira tentativa para as reintegrar, no dia 25, divulgou um comunicado em que nega ter havido «impassibilidade» da G.N.R. perante os incidentes então gerados.

O que se passou, segundo a G.N.R., foi apenas «uma descoordenação aquando da deslocação para o local de alguns daqueles elementos do M.T., os quais se aproximaram antes de estarem criadas as necessárias condições de segurança, contrariando assim a recomendação do comandante da força». Depois, «o incidente foi sanado em alguns segundos e nem sequer houve ameaças ou tentativas de molestar as 36 trabalhadoras a integrar». Um dos agressores foi identificado, tendo sido elaborada participação para julgamento.

A G.N.R. rejeita, por isso, qualquer acusação de «inoperância», afirmando que o acontecido se não deve a «falta de firme intenção de cumprir a missão que lhes tinha sido atribuída».

Das agressões — recorde-se — foram vítimas doze agentes do M.T., cinco dos quais sofreram hematomas ou contusões; estes factos motivaram um protesto formal, contra a falta de condições de segurança, por parte dos trabalhadores da delegação no Porto daquele Ministério.

F.I.L.

Mais apoio externo que interno

Os Ministérios do Comércio Interno e Externo recusaram-se a apoiar a realização da 17.ª Feira Internacional de Lisboa segundo revelaram à Anop dois elmentos da Comissão de Trabalhadores da Feira Internacional de Lisboa, Abreu Lima e Reis Pereira, que acrescentaram: «O dr. Brasão Gonçalves, secretário-adjunto para o Comércio Externo, disse-nos que a F. I. L. não tem qualquer interesse para o Comércio Externo, mas apenas para o Comércio Interno. Paradoxalmente, o Ministério do Comércio Interno também não considera a Feira como instrumento válido. Ao longo de muitos meses, tentámos saber qual o apoio que nos daria, e não recebemos sequer uma indicação, nada.»

Os dois trabalhadores revelaram ainda que o Ministério do C. I. (a cargo de Magalhães Mota) se recusou até a indicar um seu representante na Comissão de Gestão da Feira. Os países interessados na F. I. L. (que se encontram em autogestão) fizeram prospecção por conta própria, tanto na F. I. L., como em unidades produtoras portuguesas.

Os dois membros da C. T. da F. I. L. salientaram o apoio do público, que ali se deslocou com grande afluência e visitou a Feira já não como «quem vai à Baixa ver montras», mas mostrando-se interessado em conhecer pormenores de tecnologia, colher ensinamentos e informar-se sobre a utilização dos instrumentos expostos.

Seguros do Norte retomam o trabalho

Os trabalhadores de seguros de sete empresas do Norte, infractoras do C. C. T., que desde o dia 1 se encontram em greve progressiva, suspenderam ontem e hoje aquela forma de luta. Aguardam, neste momento, os resultados de uma reunião do Instituto Nacional de Seguros com o Sindicato e representantes das companhias estrangeiras e mistas em infracção, que está a decorrer em Lisboa.

Quanto à greve iniciada no Sul, ligada ao 15.º mês, os trabalhadores do Norte, como é sabido, não aderiram.

Dois suspensos da J.N.P.P. querem retomar o trabalho

Pinto Cardoso e António Bruto da Costa, suspensos desde Dezembro do ano passado da Junta Nacional de Produtos Pecuários, apresentaram ontem um requerimento ao ministro Magalhães Mota comvista ao seu regresso ao serviço, dado que a suspensão de que foram alvo já caducou.

Recebidos por um membro do Gabinete daquele ministro do PPD, noticia a Anop que o mesmo lhes terá declarado que Magalhães Mota «não prorroga mais a suspensão, mas também não os manda apresentar». Os dois directores em questão terão também sido avisados que «se se apresentarem ao serviços sofrem as consequências».

Na sequencia daquela conversa Pinto Cardoso e António Costa requereram ao ministro que «aceite a sua apresentação ou determine a quem devem apresentar-se para o efeito de retomarem as suas funções», porquanto a sua suspensão se processou «sem qualquer justificação factual ou legal».

Electricistas suspendem greve

Os electricistas da construção civil decidiram ontem, em plenário, suspender a greve de braços caídos iniciada no dia 18, propondo-se encetar novas formas de luta para pressionar o patronato a negociar um novo contrato colectivo de trabalho para o sector.

A comissão negociadora do CCT ficou mandatada para notificar o Governo e as autoridades do «não cumprimento por parte das entidades patronais da lei da contratação colectiva». Do plenário resultou, ainda, uma moção de censura à direcção do Sindicato dos Electricistas do Sul, que foi acusada de desmobilizar os grevistas.

O sector dos electricistas em luta — a que estão ligadas duas grandes empresas, a ENI e a Efacec, conhecidas pelas posições radicais normalmente assumidas pelos seus trabalhadores — desligou-se, no princípio deste mês, do CCT vertical em negociação para a construção civil, que abrange cerca de duzentos mil trabalhadores, optando por um contrato horizontal, a nível naturalmente muito mais restrito. Considerou-se, na altura, que as propostas apresentadas não tinham sido levadas em conta pela direcção do sindicato, que representa toda a classe dos electricistas e não apenas os que se encontram ligados à construção.

Nacional

A Reforma Agrária foi habilmente aproveitada pelas forças da direita para mobilizarem os agricultores do Centro e Norte do País. Aspecto de uma manifestação da CAP em Rio Maior

DEMOCRACIA AMEAÇADA PELO TERRORISMO 6

Os mese da ofens

Os meses quentes da ofensiva da direita, quando as condições políticas lhe possibilitaram mobilizar certas camadas pouco politizadas da população, sobretudo no Norte e Centro do País, terminaram em Setembro do ano transacto. Mas os atentados bombistas prosseguiram; e, contrariamente ao que alguns esperavam, não abrandaram, senão momentaneamente, por ocasião do 25 de Novembro. Como afirmou ao «DL» o capitão Sousa e Castro, o combate ao terrorismo e à Imprensa neofascista que lhe dá cobertura, é uma tarefa urgente. As liberdades correm risco, e os trabalhadores, como os democratas, os revolucionários e os progressistas, não devem ignorá-lo. Antes que seja demasiado tarde.

2 de Novembro — Atentado à bomba, em Chaves, contra o carro de um militante do PCP.

4 de Novembro — Explode uma bomba em Ponta Delgada, no pátio interior do Comando Naval dos Açores.

5 de Novembro — Explodem dois petardos na região do Porto, debaixo de dois automóveis de progressistas locais, tendo um dos veículos sido praticamente destruído pelo incêndio que se seguiu. Em Évora, de madrugada, rebenta um petardo no carro do capitão Júlio Anjos, que presta serviço na BA 11, de Beja.

6 de Novembro — Explode uma bomba em Chaves, no automóvel de um elemento do PCP. Em Valpaços, um petardo destrói o carro de Adriano Costa, membro do PCP local e membro também da comissão administrativa da Câmara Municipal.

7 de Novembro — Mais três petardos em Lisboa, no Porto e em Ponta Delgada, respectivamente junto da sede do Partido Socialista, à entrada das instalações do Rádio Clube Português e no pátio da residência de Francisco Macedo, do secretariado de Ponta Delgada do PS. Em Santarém: após uma reunião de agrários promovida pela ALA, tentativa de assalto às instalações do Centro da Reforma Agrária e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Os operários agrícolas respondem vigorosamente à violência dos agrários: dois mortos e vinte feridos.

8 de Novembro — É encontrada uma granada no gabinete de Rosa Coutinho.

10 de Novembro — Mais dois petardos em Lisboa, no cinema Nimas e num automóvel particular.

11 de Novembro — Bomba em Lisboa, nas instalações da Frente Socialista Popular. Petardo no Porto, no carro de um dirigente sindical. Engenho incendiário, no Porto, contra um centro de trabalho do PCP.

12 de Novembro — Tentativa de desvio de um avião dos TAP em que seguiam, para Luanda, Iko Carreira e Paulo Jorge, dois elementos preponderantes do MPLA. O golpe fracassou e os seus autores, retornados ou mercenários do ELP, foram presos no aeroporto de Luanda, juntamente com mais trinta reaccionários.

A União dos Sindicatos do Porto denuncia: bombas e sevícias no Norte do País. Engenho explosivo destrói o automóvel do dirigente sindical Mário Alves, que tem trabalhado no apoio à organização sindical dos trabalhadores agrícolas do Porto. Bomba na caixa do correio da residência de um trabalhador. O dirigente sindical Joaquim Alves de Ardegães, Maia, é espancado por um bando que o esperou junto de casa, enquanto outro trabalhdor, padeiro, é metido dentro de uma furgoneta e violentamente espancado. Ainda no Porto: explode uma bomba de grande potência numa caixa de correio, instalada na parede exterior de um estabelecimento de móveis. A explosão, dada a sua violência, causou avultados danos, não só nos estabelecimento como também na cave do prédio e em montras existentes nas proximidades.

Em Lisboa: retornados anti-MPLA assaltam Instituto Suprior de Ciências Sociais e Políticas e Liceu D. Pedro V. «Cocktail Molotov», lançado de um automóvel em andamento, contra o jornal «República». Provocações e tiros junto das instalações da RTP, guardadas por militares da EPAM.

13 de Novembro — Atentado bombista contra a boutique Colunata, no Porto. Bomba lançada em Famalicão de carro angolano contra a sede do PCP. Petardo no aeroporto do Funchal contra um avião «Nord Atlas» da Força Aérea; a explosão causou sério estragos ao aparelho e abriu uma fenda no chão.

14 de Novembro — Noite de violência no Porto. Foi quase totalmente destruída por centenas de indivíduos empunhando pedras, paus e ferros, a sede da União dos Sindicatos do Porto. Também se registaram incidentes junto do RCP e foi apedrejada a sede da UEC. Dos recontros verificados entre manifetantes e contramanifestantes, resultaram mais de quarenta feridos.

15 de Novembro — Dois petardos no Porto e Matosinhos: o primeiro contra o automóvel de um militante do PCP, o segundo num café.

17 de Novemxbro — Em Ponta Delgada: atentado bombista contra a sede do PS. Em Melgaço: engenho explosivo contra uma residência particular.

18 de Novembro — Granada de bazuca despoletada em Campolide. Petardo em Coimbra contra o automóvel de um militante da LCI. Situação muito tensa nos Açores em consequência de manifestações separatistas.

19 de Novembro — Ataques à sede e a militantes do PCP na vila transmontana de Alfândega da Fé, com destruição de instalações, ameaças, perseguição e agressão a diversos militantes comunistas. A DORN do PCP divulga um comunicado em que responsabiliza por aqueles actos de banditismo os seguintes indivíduos: Carlos Vieira Castro, «retornado e presumível responsável do ELP na região», Álvaro Ribeiro, Joaquim António Araújo, José Pacheco (o «Zeca da Viúva»), Manuel Serrano, João da Agrobom, os «Talaxos», Joaquim Lopes e João Cândido Leitão. O mesmo grupo de indivíduos assaltou também a Câmara Municipal.

Mais duas bombas no Funchal, que começa a ser chamada «capital dos petardos».

Bomba no Chiado destrói a Livraria do «Diário de Notícias».

21 de Novembro — Informações recolhidas e divulgadas pela revista espanhola «Câmbio 16» confirmam a existência de planos para uma acção do MDLP/ELP e outras forças de direita para alterar, substancialmente, a situação em Portugal.

22 de Novembro — Prisão em Coimbra de José António Esteves, que fazia parte dos serviços de segurança do CDS e era agente da FNLA. Quando foi detido, era portador de inúmeras armas e munições.

Bomba no automóvel de um ex-membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Santo Tirso.

De madrugada, assalto e saque à secção do PS em Ermidas do Sado. No Porto: «cocktail Molotov» contra a sede do núcleo de Paranhos da UDP.

24 de Novembro — Mais um petardo em Santo Tirso, contra a residência de um activista do MDP/CDE.

Destruído, por uma carga de plástico, o retransmissor da Emissora Nacional em Chaves. À mesma hora, e também naquela cidade, uma outra carga danificou a fábrica Nova Cerâmica.

Petardo em Viseu danifica a viatura do dirigente local do MDP/CDE, Armando Mões.

24 de Novembro — Forças de direita, a partir de Rio Maior, manipulam pequenos e médios agrários, levando-os a cortar o caminho-de-ferro e todas as estradas que ligam Lisboa ao Norte. Entretanto, algumas cooperativas alentejanas são atacadas por pequenos bandos armados.

26 de Novembro — No Porto: petardos estoiram de madrugada; danificados um prédio e três automóveis, propriedade de militantes do PCP e do MDP/CDE.

27 de Novembro — Explode uma bomba numa padaria de Vila Nova de Gaia.

28 de Novembro — Bombas num estabelecimento de Braga e num automóvel do Porto.

30 de Novembro — Atentado bombista contra o centro de trabalho do PCP em Fafe.

4 de Dezembro — Deflagra um engenho incendiário na sede do PCP em Famalicão.

7 de Dezembro — Explode uma bomba numa cooperativa de máquinas têxteis, em Guimarães.

8 de Dezembro — Rebenta um petardo, em Riba d'Ave, numa garagem de um membro do MDP.

11 de Dezembro — Explosão na Embaixada de Portugal em Paris. O ELP reivindica o atentado bombista.

15 de Dezembro — Tiros contra o centro de trabalho do PCP em Famalicão.

18 de Dezembro — Desconhecidos lançam fogo à sede da UDP em Braga. Na Maia: deflagra um engenho incendiário em casa do presidente da Câmra Municipal.

22 de Dezembro — Petardos danificam três automóveis no Porto

23 de Dezembro — Carga explosiva contra a sede do PCP na Póvoa do Varzim. Tipografia de um membro do PCP destruída em Freamunde por uma bomba incendiária. Petardo no Porto, no automóvel de um dirigente da Intersindical.

24 de Dezembro — Engenho incendiário num automóvel em Leiria. As chamas ateadas pela explosão propagaram-se ao travejamento da dependência da vivenda onde o carro estava estacionado, pegando fogo à casa.

Atentado bombista contra um hotel do Porto: pânico entre os hóspedes.

25 de Dezembro — Atentado bombista contra uma livraria, em Vila Nova de Gaia.

DEPOIMENTO SOBRE O ATENTADO DE QUE FUI VÍTIMA

O atentado ocorreu cerca das três horas da madrugada do dia 29 de Outubro de 1975 e teve como alvo o meu automóvel, que estava estacionado à porta da minha residência.

Aparentemente, foi utilizado **um petardo de fraca potência, introduzido no tubo de escape**.

Assim, este, com a explosão, produziu grande quantidade de estilhaços, alguns dos quais perfuraram a blindagem da retaguarda do carro, tendo um conseguido mesmo sair pela tampa da mala. Outros, poderão estar na origem de numerosos vidros partidos nas redondezas.

Estranhamente, ao carro astacionado, imediatamente atrás do meu, apenas caiu o emblema da mar[illegible] legia a tese de que os estragos terão sido provocados por estilhaços e não por pressão de ar.

Junto ao automóvel, foram encontradas algumas pilhas secas, uma delas semidestruída. Não é, contudo, certo que tenham sido utilizadas no engenho. Não foram recolhidas para posterior exame laboratorial.

Uma das pessoas, que imediatamente acorreram, referiu ter visto, tempo antes, um carro sair da rua a grande velocidade. Não foi, porém, capaz de identificar a referida viatura.

Prejuízos

Os prejuízos no meu automóvel deveriam ascender a mais de 15 contos.

Os prejuízos morais são, naturalmente, mais difíceis de avaliar e mesmo de explicitar. Durante várias semanas vivi sob um estado de depressão e de tensão nervosa que, obviamente, influenciaram negativamente o meu trabalho. Foi este, porém, aliado à solidariedade de alunos, colegas e amigos, que mais contribuiu para a minha recuperação.

Reacções ao atentado

Os comentários e reacções ao atentado foram, naturalmente, diversos. O tom geral das pessoas que acorreram ao local, era de vivo repúdio pelo acto. Em contrapartida, vizinhos e amigos dos quais seria de esperar solidariedade e conforto moral, mostraram-se parcimoniosos, para não dizer pouco solidários. Saliento, entretanto, que um outro vizinho, seguramente de idologia pouco próxima da minha, se pôs à minha disposição, oferecendo os seus préstimos para o que fosse preciso!

Segundo um indivíduo com quem falei na altura, um dos proprietários ou gerentes da «Leiloeira» teria dito, comentando o atentado, que era bem feito, pois eu era comunista, era dos SUV, não sei que mais e só era pena não ter sido pior. Que ele ia ter um prejuízo de cerca de quinze contos, mas que eu **também ia ter de gastar muito dinheiro. Não posso garantir que isto seja verdade, pois não o ouvi da boca dele. No entanto, interpelei-o e fiquei a «saber» que se os militares não se metessem na política, aquelas coisas não aconteceriam!**

Foram, porém muitas as manifestações de solidariedade por parte de familiares e amigos e, até, de pessoas estranhas. Refiro, a título ilustrativo, que no dia do atentado quase não consegui almoçar, tantos

O litígio que opôs os trabalhadores da Rádio Renascença de pretexto ideal para a mobilização das populações do Norte con o processo democrático

Nacional

s quentes iva da direita

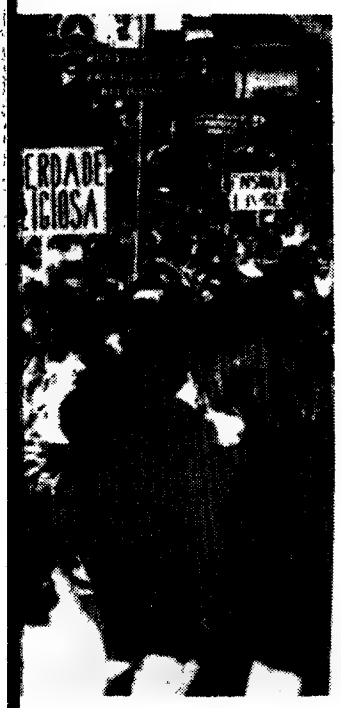
Restos do automóvel em que seguia um comando de cinco elementos do MDLP/ELP, e que explodiu em Monsanto. Três afastaram-se do automóvel, enquanto dois desses elementos terroristas procediam à ligação do potente engenho que deveria ser colocado algures em Lisboa. Por qualquer razão a bomba explodiu quando os terroristas procediam à sua manipulação, provocando-lhes a morte. Por essa altura foi descoberta, em Colares, uma residência que servia de base de apoio à organização terrorista

oram os telefonemas de amigos, e saliento o documento mitido, no próprio dia, pelo Conselho Directivo da Faculdade onde lecciono, do qual junto uma cópia.

Telefonemas anónimos

Às zero horas e dez minutos o dia seguinte, 30 de Outubro **e 1975, recebi um telefonema nónimo, aproximadamente do** guinte teor:

« — É o sr. Franquelim? Então não foi à manifestação?» No dia do atentado realizou-se ma manifestação, convocada elos SUV, na qual não participei).



sboa ao Patriarcado foi o a as forças de esquerda e

Mantive-me em silêncio ensando tratar-se de uma rincadeira de um amigo. Aliás, acabei por nada dizer até o fim do telefonema.

« — Sim senhor! Olhe, viu que aconteceu ao seu carro? Não foi pior para não estragar os outros carros. Porte-se bem, não nos estrague nada que nós também não lhe estragaremos nada a si, ouviu?»

Posteriormente, no prazo de erca de uma semana, viria ainda a receber quatro telefonemas. Em todos eles, o autor guardava silêncio, desligando pouco depois.

A questão das indemnizações

Não me parece que seja obrigação do Estado de indemnizar as vítimas de actos semelhantes. Parece-me sim, que compete ao Estado e, nomeadamente, através das estruturas encarregadas da manutenção da ordem e segurança públicas, tomar medidas concretas que evitem a prática impune desses miseráveis atentados.

Naturalmente, algumas das vítimas dos atentados terroristas tiveram prejuízos elevadíssimos e mesmo, eventualmente, incomportáveis pela sua situação financeira. Haverá que estudar, pois, uma forma de auxílio a essas pessoas, sem que, no entanto, dela possam vir a beneficiar indivíduos ou organizações sobre os quais impende a dúvida fundada de se não se terão autovitimado. Uma indemnização automática do Estado, ou quase, poderia mesmo vir a estimular essa tendência.

Objectivo dos autores do atentado

O objectivo dos autores do atentado de que fui alvo tem de ser analisado à luz da minha inserção em práticas políticas que, com certeza, se opunham aos interesses de classe que defendem. Na realidade, durante cerca de sete meses, no desempenho da missão que, superiormente, me foi confiada e que aceitei, consciente de que cumpria um dever para com o povo a que pertenço, exercia funções na 2.ª Rep. do QG/RMN, que visavam a detecção e desmantelamento de organizações terroristas e atentórias das liberdades democráticas devolvidas ao Povo em 25 de Abril de 1974. Apoiei, activamente, de forma que entendi ser correcta a luta dos soldados, sargentos e oficiais progressistas pela manutenção de uma participação democrática na vida nos quartéis, pelo reforço de uma disciplina livremente consentida e por todos observada, pela unidade dos militares em torno de uma prática política rumo ao socialismo e pela consolidação da aliança Povo-MFA, como condição indispensável para evitar o regresso ao fascismo.

Esta prática, fez de mim um alvo preferencial. Assim, parece-me que ao atacar-me, os terroristas fascistas, atacavam o antifascista, atacavam o militar do MFA, atacavam o militante de esquerda, atacavam, enfim, todos aqueles que estavam empenhados na construção do socialismo, na erradicação do fascismo, procurando desmobilizá-los.

Atitude das autoridades

Acordado pela explosão, que ressoou violentamente na caixa de escada do prédio, desci à rua, e tendo verificado que era o meu carro o atingido, subi para telefonar à PSP, solicitando a comparência da Brigada de Minas e Armadilhas. Pouco tempo depois chegaram alguns agentes, incluindo um subchefe perito em explosivos. Examinando o local, pormenorizadamente, ao fim de cerca de meia hora, o perito afirmou que se podia concluir que o engenho não tinha sido um «cocktail Molotov»!

Compareceu também uma carrinha transportando uma secção do piquete de serviço da PSP armada com espingardas automáticas G-3, que retirou por não ser necessária.

Pediram-me depois para retirar o carro da via pública para evitar aglomeração de curiosos, ao que acedi indo-o guardar no Regimento de Transmissões. Amavelmente, acompanharam-me e trouxeram-me a casa.

No próprio dia dirigi-me ao QG/RMN, onde informei o chefe da 2.ª Rep. dos detalhes do atentado. Também, posteriormente, o informei do telefonema anónimo que recebi.

Não tenho conhecimento de quaisquer diligências posteriores das autoridades, no sentido de investigar o atentado, a não ser o facto de em 22 de Março, próximo passado, ter recebido um aviso de notificação da Subdirectoria da Polícia Judiciária do Porto, datado de 19 de Março de 1976, para lá comparecer em 25 de Março, a fim de prestar declarações sobre o atentado. Tendo comparecido, tomei conhecimento de que apenas agora o «dossier» «Atentados terroristas» vai ter andamento consequente tendo sido destacado um subinspector para tratar do assunto.

Franquelim F. Ferreira — Assistente da Faculdade de Engenharia do Porto

ATENTADO À RESIDÊNCIA PAROQUIAL DE A VER-O-MAR

O atentado foi à residência paroquial de A Ver-o-Mar, cujo objectivo principal seria atingir as pessoas que nela habitam, mais concretamente o padre Ângelo de Faria da Venda — pároco de A Ver-o-Mar.

Eram, 04 e 10 horas do dia 29 de Janeiro de 1976, quando se deu o rebentamento do petardo que a avaliar pelos efeitos deveria ser de 4 a 5 quilos segundo a conclusão da PSM. Os autores rebentaram uma das portas de entrada para o salão que neste momento serve de capela para as celebrações litúrgicas. Os prejuízos materiais são segundo os cálculos para cima de 500 contos. Os morais não podem ser traduzidos por números. Também é muito difícil descrever aquilo que cada um de nós sentiu, quer pelo isolamento de uns quer pelos interrogatórios de outros.

Colaborou no atentado a reacção do meio que logo após as reuniões havidas conseguiram usar da arma propria — que teria sido eu próprio o causador do atentado.

A casa ficou parcialmente destruída, paredes, mobiliário, louças, etc. ficaram desfeitas.

O Estado deveria indemnizar ou então que nos diga quem foi, pois o segredo deve convir a alguém.

Os autores pretendiam as duas coisas: atingir-me a mim e atemorizar as pessoas. Quanto a esta parte conseguiram incutir nas pessoas intimidação fazendo calar a voz do meio.

A Ver-O-Mar, 27 de Março de 1976

Padre Ângelo de Faria da Venda

O ATENTADO ÀS INSTALAÇÕES DO SAAL/NORTE

O atentado bombista às instalações do SAAL/NORTE, à Rua Gonçalo Cristóvão, 128 — 15.º esq.º, — Porto, deu-se pelas 02 e 50 horas, da madrugada do dia 14-1-76, quarta-feira. Não muito tempo antes (cerca de 20 minutos) tinham saído das instalações contíguas ao SAAL (Comissariado Ribeira/Barredo) os representantes dos moradores que constituem o C.R.M.P. — Conselho Revolucionário dos Moradores do Porto — e dois elementos dos nossos serviços cuja presença nas reuniões do CRMP, a título informativo, é normal. De referir que as reuniões ordinárias do CRMP são às terças-feiras às 21 e 30. É evidente que os terroristas procuparam esta data para lançar a confusão. Há ainda a referir o seguinte facto: — a porta que dá para a rua Gonçalo Cristóvão costumava encontrar-se fechada à chave à hora a que o CRMP terminava. Nessa noite e apesar do adiantado da hora encontrava-se aberta.

Os prejuízos no edifício foram elevados, tendo ficado dois andares bastante danificados, o correspondente ao SAAL/NORTE (15.º esq.º) e o do Comissariado Ribeira/Barredo (15.º dt.º). Os elevadores do prédio ficaram todos avariados ou danificados e sofreram ainda alguns danos os dois andares imediatamente inferiores, instalações do FFH — Fundo de Fomento de Habitação. Não sabemos o montante dos prejuízos. Segundo informação (que não é directa do FFH) teria sido este organismo, portanto o Estado, quem pagou as reparações do prédio, o qual é alugado.

Devido ao facto de nos ter sido possível fazer a mudança no próprio dia do atentado, dada a enorme mobilização de moradores que permitiu que essa mudança se fizesse rapidamente e por que a explosão não atingiu nada de vital para o serviço, o dano psicológico que sofremos limitou-se praticamente ao primeiro e natural choque depressa vencido pela necessidade de reorganizar o trabalho. É de notar que a rapidez da mudança foi possível porque há longos meses andávamos a tratar de mudar e tínhamos conseguido casa dias antes da explosão.

Já foi referida a imediata mobilização dos moradores que tornou possível fazer-se a mudança para as novas instalações, mau grado os 15 andares sem elevadores que houve que calcorrear.

Tivemos o cuidado de colocar junto à porta que dá para a rua um cartaz explicativo do acontecido. Podemos notar de um modo geral um ambiente de apoio ao SAAL e de crítica aos bombistas, mas tornou-se notória a presença de autênticos agentes provocadores durante todo o dia tentando virar contra o SAAL e contra os «comunistas» aqueles que se quedavam a ler e a comentar o cartaz.

Não houve nada de especial a assinalar, que tenhamos «estranhado», à parte o que já foi acima referido.

A polícia (PSP e Judiciária) limitou-se a tomar nota da ocorrência. O facto de posteriormente não ter feito qualquer diligência junto do CRMP, nem deste serviço, leva-nos a concluir que não está a ser feita qualquer espécie de investigação.

Pela responsável pelo SAAL/NORTE

Maria Margarida Santos Coelho

Arquitecta

TEATRO NACIONAL DE S. CARLOS
TEMPORADA DA PRIMAVERA
HOJE, 3.ª-FEIRA, 29 DE JUNHO, às 21.00 horas
ESTREIA EM PORTUGAL
de duas raridades de Teatro de Mozart
THAMOS, REI NO EGIPTO
(música de cena)
O EMPRESÁRIO
(comédia musical em 1 acto)
Direcção musical: Álvaro Cassuto
Direcção de cena: Álvaro Malta
Elenco de cantores: Elizette Bayan, Helena Pina-Manique, Fernando Serafim e Álvaro Malta
ORQUESTRA e CORO DO TEATRO DE S. CARLOS
AVISO AO PÚBLICO:
Os possuidores de bilhetes com a data de 26 de Junho podem trocá-los por outros válidos para hoje até às 21.00 horas.

FAÇA FÉRIAS ECONÓ...
Instale o economizador de gasolina no seu carro antes de ir para férias e passe a gastar gasolina a 14$00/litro
Peça-o à MEPROTEX, Lda – Av. Julio Dinis, 10-1.º B ☎ 772938 em Lisboa e Av da Boavista, 992-3.º Esq ☎ 69 21 95 no Porto

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE LANIFÍCIOS DO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

SEDE EM COVILHÃ

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Nos termos das disposições estatutárias em vigor, convoco a Assmebleia Geral a reunir Extraordinariamente no próximo **dia 1 de Julho de 1976, pelas 21 horas,** na sua Sede, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único — Apreciação e julgamento operário do trabalhador do nosso Sindicato, JOSÉ CALDEIRA VALENTE, que pela direcção foi despedido.

NOTA — Chama-se a atenção dos camaradas para as disposições do art.º 21.º dos nossos Estatutos.

Covilhã, 22 de Junho de 1976.

O PRESIDENTE
DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL,
António Carlos Andrade

PUB

SINDICATO DA INDÚSTRIA METALÚRGICA DO DISTRITO DO PORTO

ENCONTRO NACIONAL

DAS MULHERES TRABALHADORAS

A mulher portuguesa, enquanto trabalhadora é o mais vivo exemplo da exploração numa sociedade capitalista.

Lutar contra tal grau de exploração é a imperiosa necessidade de todos os que a ela estão sujeitos.

O Encontro Nacional a realizar em 24 de Julho, onde se discutirão atentamente todos os problemas ligados à condição da mulher trabalhadora: subvalorização do seu trabalho, más condições de higiene e segurança, inexistência de protecção à gravidez e ao parto, etc., deve ser o ponto de partida para a luta pelo que está consignado na Constituição no que respeita à dignificação da mulher trabalhadora.

O Encontro Nacional deve ser o elo de ligação de todos os trabalhadores na luta contra as tentativas de reconquista do capital.

Este encontro, se bem que dedicado especificamente às mulheres trabalhadoras, está virado para a participação de todos os trabalhadores, a classe explorada neste país que quer ser socialista.

Contam-se já as adesões dos Sindicatos dos Metalúrgicos, Bancários, do Calçado, Têxteis, Ferroviários, Marceneiros, do Comércio, Carpinteiros, dos Espectáculos, Técnicos de Desenho, Electricistas, dos Transportes Colectivos, Conserveiros, Enfermeiros, dos Armazens, da Panificação, Gráficos, Hoteleiros, do Vestuário, Ourives e Cordoeiros.

Vamos, nós trabalhadores, realizar plenários nas empresas, participar num próximo comício e, sobretudo, enviar moções ao Encontro Nacional por intermédio da Comissão Organizadora do Distrito do Porto, a funcionar na UNIÃO DOS SINDICATOS DO PORTO.

UNIDOS VENCEREMOS

A COMISSÃO ORGANIZADORA

Geral

Corsino Fortes fala em Coimbra de tribunais populares

Os estudantes originários das antigas colónias portuguesas de África a frequentarem a Universidade de Coimbra comemoram esta semana o primeiro aniversário da independência de Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe.

Entre as actividades programadas consta a ida a Coimbra, para uma conferência e uma sessão de esclarecimento, do embaixador de Cabo Verde em Lisboa, dr. Corsino Fortes.

O embaixador cabo-verdiano profere amanha a noite uma conferência na Faculdade de Direito em que serão abordadas nomeadamente, as questões relativas aos tribunais populares e aos acordos há meses assinados entre o seu País e Portugal. O relato do I Encontro de Juristas Cabo-Verdianos e Guineenses também deverá fazer parte da sessão. Na quinta-feira o dr. Corsino Fortes fará, no Teatro Gil Vicente, uma sessão de esclarecimento sobre os problemas actuais de Cabo Verde.

Sessenta mil angolanos regressam ao seu país

LISBOA, 29 - (ANOP) - Começará a fazer-se, ainda, no decorrer do mês de Julho, o repatriamento voluntário dos angolanos que se encontram em Portugal. Por angolanos, definem-se todas as pessoas nascidas em Angola.

Ao mesmo tempo, admite-se que os portugueses retornados, que pediram ou venham a pedir para regressar a Angola, o possam vir a fazer em breve.

Calcula-se que seja superior a 60 000 o número de angolanos actualmente em Portugal. O seu recenseamento começará a fazer-se dentro de alguns dias e será orientado por uma comissão composta por representantes locais do MPLA e elementos que virão de Luanda.

As operações de recenseamento, que serão executadas por brigadas que percorrerão o País, permitirão determinar, com rigor o número de angolanos que querem regressar ao seu país. Por outro lado, considera-se ainda este levantamento indispensável para tornar proporcional ao tempo previsto para a duração da ponte-aérea Lisboa/Angola, os meios aéreos e navais que nela serão utilizados.

Os encargos da ponte-aérea com vista ao repatriamento maciço dos angolanos, serão totalmente suportados pelo governo de Angola.

A situação dos angolanos inscritos no Quadro Geral de Adidos, poderá entretanto vir a ser revista por uma comissão luso-angolana. De acordo com uma disposição dos acordos do Alvor, os angolanos que viessem a transitar para o Quadro de Adidos, adquiriam automaticamente a cidadania portuguesa.

PROPOSTA APROVADA NA REUNIÃO DE 28.6.76 DOS ELECTRICISTAS DO SECTOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Considerando que: a luta encetada proporcionou aos falsos amigos dos operários dividir-nos, chegando a existir cenas violentas entre operários, porque dum lado estavam os que respeitaram a decisão democrática da nossa assembleia e do outro camaradas menos conscientes manipulados por traidores;

Considerando que: Devido às características do nosso sector as lutas têm que ser coordenadas não só a nível de Sindicato, como a nível de empresas;

Considerando que: A lei da Contratação deve ser respeitada, cabendo ao Ministério do Trabalho a principal responsabilidade pelo cumprimento dessa lei;

Considerando que: Se muitos trabalhadores têm sido desalojados porque o governo tem feito cumprir a lei do arrendamento e que utiliza outro critério no que respeita à contratação

PROPONHO

1.º Que a paralisação seja suspensa hoje, dia 28.

2.º Que se oficie o Ministério do Trabalho, Primeiro-Ministro e Conselho da Revolução devendo salientar-se a razão que nos assiste e a obrigação destes órgãos governamentais de fazerem cumprir a lei da Contratação, tal como tão prontamente fazem cumprir a lei dos despejos que em nada favorece os interesses do povo, que façam cumprir, na lei da Contratação, a cláusula que obriga os patrões a sentarem-se à mesa das negociações.

3.º Que semanalmente se façam reuniões de trabalho, com todos os delegados sindicais e a Comissão Negociadora a fim de coordenar o trabalho a nível de Sindicato e nas empresas, para uma futura luta a desenvolver quando as condições de unidade do sector sejam consideradas melhores que as actuais.

4.º Que seja tomada em assembleia do sector a resolução do reinício da luta, que deve realizar-se logo que as condições acima mencionadas na opinião da Comissão Negociadora e Delegados Sindicais estejam reunidas.

A Comissão Negociadora

Duas centenas de jornalistas denunciam calúnias contra as antigas colónias

Cerca de duas centenas de jornalistas portugueses subscreveram uma moção hoje divulgada, na qual condenam o massacre de Soweto, na África do Sul, e se solidarizam com os povos das antigas colónias portuguesas, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Após denunciarem **vigorosamente as campanhas de calúnias que as forças mais reaccionárias, utilizando a Imprensa de direita, desenvolvem contra os povos destes países,** os jornalistas condenam **os defensores de Pretória na Imprensa portuguesa.**

As armas assassinas que estão a ser colocadas nas mãos de Vorster, têm origem em várias capitais e vão desde os tanques até à possibilidade de entrega de material sofisticado mais moderno — armas nucleares — lê-se em dado passo do documento, que pede o fim das calúnias contra os governos progressistas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Isolemos os defensores do racismo, do «apartheid» na Imprensa portuguesa conclui a moção, na qual os jornalistas apelam, também, para a **solidariedade e divulgação da actividade construtiva, a favor dos seus povos, dos governos de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé.**

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS CENTRAIS E CULTURAIS

1.ª REPARTIÇÃO - CENTRAL - 1.ª SECÇÃO - ESCRIVANIA

EDITAL

Eu, Lino José Góis Ferreira, Presidente da Comissão Administrativa do Concelho de Lisboa:

Faço público que, tendo em vista o disposto no n.º 4 do art.º 50.º do Código Administrativo e no uso da competência que me confere o art.º 102.º do mesmo Código, resolvi que os arruamentos construídos na Quinta dos Condes de Carnide em execução do plano de urbanização UNOR 36, abaixo referidos, tenham as denominações que vai indicadas:

Rua B
RUA ANA DE CASTRO OSÓRIO
Escritora
1872 - 1935

Impasse 1
RUA ADELAIDE CABETE
Médica
1867 - 1935

Impasses 3 e 4
RUA MARIA VELEDA
Escritora
1871 - 1955

Rua E
RUA GUIOMAR TORRESÃO
Escritora
1844 - 1898

E, para geral conhecimento, se publica o presente Edital.

Paços do Concelho, em 19 de Junho de 1976.

O Presidente da Comissão Administrativa
Lino José Góis Ferreira

Associação Portuguesa de Economistas

CONVOCAÇÃO

Convocam-se os economistas para no dia 30 do corrente (quarta-feira), pelas 21.30 horas, no Hotel Tivoli, Av. da Liberdade, continuarem a reunião interrompida no passado dia 23, com a mesma

ORDEM DE TRABALHOS

Lisboa, 26 de Junho de 1976

A mesa que preside aos Trabalhos

Estrangeiro

Mais um Kennedy na política: Joseph Kennedy III (à esquerda) participa na campanha de seu tio, o senador Edward Kennedy, que pretende ser reeleito no escrutínio de 2 de Novembro nos E. U. A. (Foto UPI)

Siad Barre proclama a Somália Estado socialista unipartidário

MOGADOXO, 29 — (R.) — O presidente Siad Barre declarou a Somália um Estado socialista unipartidário.

O novo partido governamental será conhecido por Partido Socialista Revolucionário Somali (P. S. R. S.) e entrará em funções a 1 de Julho, décimo terceiro aniversário da criação da moderna Somália.

Os partidos políticos foram proibidos na Somália após o golpe militar de Outubro de 1969 que levou ao Poder o major-general Siad Barre.

Discursando no Congresso inaugural do P. S. R. S., na presença de mais de 3000 representantes de «trabalhadores, camponeses, militares, intelectuais, organizações femininas e juvenis progressistas, pequenos comerciantes e nómadas», o presidente salientou que o Partido conduziria o país ao progresso e à prosperidade sob a égide do socialismo científico.

NOVA CARTA CONSTITUCIONAL NA ARGÉLIA

ARGEL, 29 — (R.) — A nova Carta Constitucional da Argélia foi aprovada por 98,5 por cento dos eleitores que foram às urnas no referendo de domingo anunciou o Ministério do Interior.

A grande quantidade de votos «sim» numa afluência recorde de 91 por cento do eleitorado de sete milhões e meio representa enorme voto de confiança no Governo do presidente Houari Boumedienne.

Os resultados mostram que 6 825 392 argelinos apoiam a Carta, que estabelece os princípios e planos da criação de um sistema socialista na Argélia e a manutenção do islamismo como religião do Estado.

Um total de 6 962 794 pessoas votaram em assembleias de voto na Argélia e em consulados no estrangeiro.

A nova Constituição, a elaborar com base na Carta, será posta à votação ainda este ano.

O escrutínio prepara também o terreno das eleições para a Assembleia Nacional e para a presidência da República.

No termo de um debate de um mês em que cidadãos puderam, pela primeira vez numa década, ter voz activa a respeito do modo como o país está a ser dirigido, poucas dúvidas subsistiram de que a Carta seria aprovada.

Mas a larga maioria a favor do documento de 60 000 palavras, num país onde as afluências às urnas não têm sido no passado particularmente altas, excedeu todas as previsões.

O ministro do Interior, Mohammed Benahmed Abdelghani, membro do Conselho da Revolução, declarou numa conferência de Imprensa: «Podemos afirmar que os cidadãos da Argélia votaram com completa responsabilidade após terem manifestado as suas opiniões em plena liberdade durante o debate sobre a Carta Nacional.»

Mais de 1000 emendas, na sua maioria pequenas alterações de redacção, foram introduzidas no primeiro projecto da Carta após o debate.

Ditadura do proletariado no Vietname socialista

HONG-KONG, 29 — (FP) — A Assembleia Nacional Vietnamita que actualmente está reunida em Hanoi «unificará por completo o Vietname num único Estado, um Estado socialista de um novo tipo, assente na ditadura do proletariado» — escreve o jornal da Hanoi «Nhan Dan», num editorial difundido pela agência noticiosa vietnamita.

O jornal acrescenta: «A ditadura do proletariado é uma realidade completamente diferente da ditadura das classes exploradoras, tanto pelo seu conteúdo como pela sua forma, ao passo que as classes exploradoras utilizam a sua ditadura para defenderem a exploração e a opressão de uma maioria por uma minoria, a ditadura do proletariado define-se pelo poder da maioria que se opõe a uma minoria de velhos exploradores (...)».

O «Nhan Dan» acrescenta que a natureza profunda da ditadura do proletariado não é «a violência e a repressão, mas sim a transformação, a construção e a organização».

«A ditadura do proletariado representa por conseguinte a forma mais perfeita de democracia, um milhão de vezes mais democrática que a democracia burguesa das classes exploradoras».

Caleidoscópio

■ CAIRO, 29 — (ANOP) — Afirmando que existe uma «grande conspiração» contra o Movimento Guerrilheiro Palestiniano, o Egipto pediu ontem uma reunião de emergência de ministros árabes dos Negócios Estrangeiros «para tomar todos os passos políticos e materiais para pôr fim à carnificina» no Líbano.

O ministro dos Negócios Estrangeiros Ismail Fahmi, que fez o pedido acusou as milícias direitistas de Camille Chamoun de procederem a uma escalada da situação depois de ter sido atingido um acordo de cessar-fogo.

■ VICTORIA (REPUBLICA DAS SEYCHELLES), 29 — (R.) — James Mancham, de 37 anos, um poeta, jornalista, advogado e homem de negócios, prestou hoje juramento como o primeiro presidente da República Independente das Seychelles.

O duque de Gloucester, representando a rainha Isabel, entregou os documentos constitucionais que puseram termo a 160 anos de Governo britânico das 92 ilhas no Oceano Indico.

As Seychelles serão o trigésimo sexto membro da Comunidade Britânica.

O mais novo Estado independente do Mundo foi proclamado à meia-noite, após uma queima espectacular de fogo de artifício.

Discursando ao país, após a investidura, o presidente disse que as Seychelles decidiram entrar para as Nações Unidas e juntarem-se ao bloco de países não-alinhados.

■ MOSCOVO, 29 — (R.) — O rei Hussein da Jordânia partiu ontem ter proposto à China um Turismo no Mar Negro, de regresso ao seu país, após uma visita oficial de 12 dias à União Soviética.

■ MANILA, 29 — (ANOP) — O primeiro-ministro australiano, Malcolm Fraser, desmentiu ontem proposto à China um pacto de defesa na Ásia Oriental contra a União Soviética.

Fraser acrescentou ainda que os dirigentes chineses lhe asseguraram que davam maior importância às relações entre os Governos da região do que às relações com outros partidos comunistas.

O primeiro-ministro australiano proferiu estas afirmações durante um encontro com o presidente Filipino Ferdinando Marcos, numa escala de uma hora, em Manila, na sua viagem de regresso, após a visita que efectuou à China.

■ MALAGA (Espanha), 29 (R.) — O «Duro» do cinema britânico «Sir Stanley Baker, de 49 anos, faleceu no hospital devido a complicações surgidas na sequência da operação a um cancro no pulmão, há três meses.

«Sir» Stanley faleceu «após opor uma terrivel luta» nas palavras de um amigo.

Actor e produtor, era principalmente conhecido pelos seus papeis de «duro» em filmes como «o Mar Cruel» e «Os Canhões de Navarone».

Escassez de alimentos a curto prazo

AMES (Iowa), 29 — (R.) — Milhões de pessoas poderão morrer de fome, dentro dos próximos dez anos, a não ser que seja restringido o aumento da natalidade, segundo foi afirmado ontem, à noite, numa conferência mundial sobre alimentação.

No início do simpósio de quatro dias, foi afirmado a 700 peritos de 50 países pelo dr. Clifton Wharton, presidente da Universidade do Estado do Michigan: «A verdade nua e crua é que muitos milhares, se não milhões de pessoas nas nações com falta de víveres morrerão muito provavelmente de fome, na próxima década, antes do aumento excessivo da população poder ser controlado».

O dr. Wharton acrescentou que o Mundo enfrentaria não só escassez de alimentos a curto prazo, mas «faltas cronicamente graves de víveres, tanto quanto podemos prever».

PORTO RICO

A cimeira terminou confiante no futuro

SÃO JOÃO DE PORTO RICO, 9 — (R.) — A Cimeira Económica Ocidental terminou com uma nota de confiança num futuro mais próspero para todas as sete nações que nela participaram.

Registou-se acordo em que países em vias de desenvolvimento, que deparam com sérias dificuldades quanto a pagamentos, devem ser auxiliados e que os Estados mais ricos devem fornecer ajuda financeira numa base multinacional.

Pouco antes da Conferência findar ontem, o presidente Gerald Ford dos E U. A., observou a repórteres: «Todos nós nos comprometemos a conseguir um desenvolvimento que se possa manter e a baixar o desemprego sem prejudicar o nosso objectivo comum de evitar um novo surto de inflação».

Divergências sobre a melhor estratégia a seguir surgiram na cimeira de dois dias. Os Estados Unidos, República Fedwral Alemã, Japão e França, querem que o ritmo de desenvolvimento económico seja controlalado cuidadosamente, de forma a poderem ser evitados perigos inflacionários.

A Grã-Bretanha e a Itália — os dois países participantes com maiores problemas financeiros — querem uma firme recuperação internacional de maneira a que as suas economias beneficiem com ela.

O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, William Simon, que assistiu com o presidente Ford à Cimeira, sublinhou a diferença entre as duas concepções quando disse a jornalistas no avião que o trouxe de regresso a Washington: «Pregar o desenvolvimento moderado é como tentar vender a lepra.

A outra nação que participou na Conferência, o Canadá, assumiu uma atitude moderada.

Começou a conferência comunista europeia

BERLIM-LESTE, 29 — (R.) — Comunistas europeus iniciaram hoje uma cimeira com a União Soviética comprometendo-se a aceitar diversidade num movimeno que foi outrora rigidamente controlado pelo Kremlin.

A conferência, que deve durar dois dias, foi inaugurada com um discurso de boas vindas de Erich Honecker, secretário do partido alemão oriental, aos dirigentes de 28 outros PC's da Europa Oriental e Ocidental.

Após dois anos de azedas discussões nos bastidores, por causa de dogmas e de tácticas, a conferência vai sancionar o direito de todo o partido comunista seguir políticas convenientes às condições nacionais, mesmo que as concepções marxistas, tão requeridas sejam abandonadas no processo.

Elementos afectos às conversações disseram que o dirigente soviético Leonid Brejnev estava pronto a proferir um discurso conciliatório. Pediria maior solidariedade, mas reconheceria o «comunismo nacional» na Europa Ocidental e na Jugoslávia e até talvez mesmo no bloco soviético.

A cimeira de dois dias foi organizada após uma série de compromissos discutidos durante as últimas semanas, quando a U. R. S. S. desistiu virtualmente de todos os seus principais objectivos em vez de aceitar um fracasso do projecto patrocinado pelo Kremlin.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA
5.º Juízo

ANÚNCIO

EXECUÇÃO DA SENTENÇA N.º 1539-B-2.ª SECÇÃO

EXEQUENTE — J. J. GONÇALVES, Sucrs. COMÉRCIO E INDÚSTRIA, SARL.

EXECUTADO — ABÍLIO JORGE MORAIS RNDADE, casado, oficial de máquinas, residente na Av. Principal e Miraflores, lote 99, 13.º B, em Algés.

Correm éditos de 20 dias, contados da 2.ª e ultima publicação deste anuncio, citando os credores desconhecidos do executado para no prazo de 10 dias, posterior àquele dos éditos, deduzirem os seus direitos na execução, desde que gozem de garantia real sobre os bens penhorados.

Lisboa, 21-6-76

O Juiz de Direito
(João José Sequeira de Faria Sousa)
O escrivão de Direito
Alfredo Maria Pereira Ribeiro)

FÉRIAS NA MADEIRA

1 SEMANA

SÉRIE «A» todos os DOMINGOS
PARTIDAS:
Julho 4, 11, 18 e 25
Agosto 1, 8, 15, 22 e 29
Setembro 5, 12, 19 e 26

SÉRIE «B» todas as 3.as FEIRAS
PARTIDAS:
Agosto 3, 10, 17, 24 e 31

SÉRIE «C» todas as 5.as FEIRAS
PARTIDAS:
Julho 16, 23 e 30
Agosto 6, 13, 20 e 27

Preços excepcionais desde * 2.880$

INCLUINDO:
- Viagem em avião a jacto TAP
- Estadia no Hotel
- Transportes em terra
- Visita turística
- Assistência de delegado

*a vantagem dos voos especiais

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
fundada em 1840

LISBOA Av. da Liberdade, 160 • Telef. 320021
PORTO Av. dos Aliados, 207 • Telef. 37921
COIMBRA Rua da Sota, 2 • Telefs. 27011/2
FARO Rua Cons. Bivar, 65 • Telefs. 25035/6
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

TRIBUNAL DE FAMÍLIA DE LISBOA

ANUNCIO

Pelo 2.º Juizo do Tribunal de Familia da comarca de Lisboa, na acção ordinária pendente na 2.ª secção movida pelo autor Jose Duarte, residente em Rua de Goa, 3-Cave-Esq.ª — Damaia, contra Maria da Conceição Lima, ausente em parte incerta e com a última morada conhecida na Rua Veiga Beirão, 1-Cave Dt.ª — Paço de Arcos — Oeiras — e esta ré citada para contestar aquela acção e o pedido de assistência judiciária formulado pelo autor no prazo de VINTE DIAS que começa a correr depois de finda a dilacção de trinta dias contada da data da segunda e última publicação deste anuncio. O autor pede que seja decretado o divorcio entre ambos, baseando o seu pedido nas alineas f) e h) do artigo 1776 do Codigo Civil.

Lisboa, 9 de Junho de 1976

O Juiz-Corregedor
a) (Armando Lúcio Vidal)
O Escrivão de Direito
a) (Nelson Vieira da Costa)

politur

AÇORES (Terceira e S. Miguel)
GRECIA E TURQUIA
NOVA ORQUE
PALMA DE MAIORCA
PARIS
RIO DE JANEIRO
RUSSIA As Cidades do Caucaso)
RUSSIA (As Repub!cas do Baltico)

peça-nos o SEU programa

Europeia

Espectáculos

Ciclo de cinema da Casa da Imprensa

..A assinalar o seu cinquentenário, a Casa da Imprensa promove o XIII Ciclo de Cinema, sob o tema «Cinema no feminino», e que decorrerá no Império de 1 a 15 de Julho.

As sessões (a efectuar às 15.15, 18.15 e 21.15) foram assim programadas:

«Sonhos Húmidos», realização de Nicholas Ray, com Manuscka, Melvin Miracle e o próprio Nicholas Ray (Distribuição: Doperfilme) (dia 1); «Tudo a Postos, Nada em Ordem», realização de Lina Wertmuller, com Eros Pagni. (Distribuição: Doperfilme) Não aconselhável a menores de 18 anos (dia 2); «Monsieur Verdoux», realização de Charlie Chaplin, com Charlie Chaplin e Martha Raye. (Distribuição: Rivus) Não aconselhável a menores de 13 anos (dia 3); «Madre Joana dos Anjos», realização de Jerzy Kawalerowickz, com Lucyna Winnicka e Mieczyslaw Voit. (Distribuição: Doperfilme) Não aconselhável a menores de 13 anos (dia 4); «WR Os Mistérios do Organismo», realização de Dusan Makavejev, com Milena Dravic e Jagoda Kaloper. (Distribuição: Doperfilme) Não aconselhável a menores de 18 anos (dia 5); «Electra», realização de Michael Cacoyannis, com Irene Papas e Yannis Fertes. (Distribuição: Doperfilme) . Não aconselhável a menores de 13 anos (dia 6); «Lola Montes», versão integral, realização de Marcel Ophuls, com Martine Carol e Peter Ustinov. (Distribuição: Animatografo) (dia 7); «O Amor de Leão», realização de Agnès Varda, com Viva. (Distribuição. Doperfilme) Não aconselhável a menores de 13 anos (dia 8); «Desejos de Verão, Sonhos de Inverno», realização de Gilbert Cates, com Joanne Woodward e Martin Balsam. (Distribuição: Columbia-Warner) Não aconselhável a menores de 18 anos (dia 9); «A Velha Dama Indigna», realização de René Allio, com Sylvia e Malka Ribovska. (Distribuição: Doperfilme) Não aconselhável a menores de 13 anos (dia 10); «As Boas Mulheres», realização de Claude Chabrol, com Bernardette Lafont e Clotilde tjoano. (Distribuição: Doperfilme) Não conselhável a menores de 18 anos (dia 11); «Meu Deus, ao que Eu Cheguei», realização de Luigi Comencini, com Laura Antonelli. (Distribuição: Doperfilme) Não aconselhável a menores de 18 anos (dia 12); «Daisy Miller», realizaçao de Peter Bogdanovich, com Cybill Shepherd e Barry Brown. (Distribuição: Lusomundo) Não aconselhável a menores de 13 anos (dia 13); «O Soldado das Sombras», realização de Jean-Luc Godard, com Anna Karina. (Distribuição: Doperfilme) Não aconselhável a menores de 13 anos (dia 14); e «Selvagens», realização de James Ivory, com Louis Stadlen e Anne Francine. (Distribuição: Animatógrafo) Não aconselhável a menores de 18 anos (dia 15).

PUB

CINQUENTENÁRIO DA CASA DA IMPRENSA

XIII CICLO DE CINEMA

«CINEMA NO FEMININO»

No IMPÉRIO de 1 a 15 de Julho

Sessões às 15.15, 18.15 e 21.15

PROGRAMA

DIA 1 «SONHOS HÚMIDOS», realização de Nicholas Ray, com Manuscka, Melvin Miracle e o próprio Nicholas Ray. (Distribuição: Doperfilme).

DIA 2 «TUDO A POSTOS. NADA EM ORDEM», realização de Lina Wertmuller, com Eros Pagni. (Distribuição: Doperfilme) Não aconselhável a menores de 18 anos.

DIA 3 «WR OS MISTÉRIOS DO ORGANISMO», realização de Dusan Makavejev, com Milena Dravic e Jagoda Kaloper. (Distribuição: Doperfilme). Não aconselhável, a menores de 18 anos.

DIA 4 «MADRE JOANA DOS ANJOS», realização de Jerz. Kawalerowickz, com Lucyna Winnicka e Mieczyslaw Voit. (Distribuição: Doperfilme) - Não aconselhável a menores de 13 anos.

DIA 5 «MONSIEUR VERDOUX», realização de Charlie Chaplin, com Charlie Chaplin e Martha Raye. (Distribuição: Rivus). – Não aconselhável, a menores de 13 anos.

DIA 6 «ELECTRA», realização de Michael Cacoyannis, com Irene Papas e Yannis Fertes. (Distribuição: Doperfilme) – Não aconselhável a menores de 13 anos.

DIA 7 «LOLA MONTES», VERSÃO INTEGRAL, realização de Marcel Ophüls, com Martine Carol e Peter Ustinov (Distribuição: Animatógrafo).

DIA 8 «O AMOR DE LEÃO», realização de Agnès Varda, com Viva. (Distribuição: Doperfilme) Não aconselhavel a menores de 13 anos.

DIA 9 «MEU DEUS, AO QUE EU CHEGUEI», realização de Luigi Comencini, com Laura Antonelli. (Distribuição: Doperfilme). Não aconselhável, a menores de 18 anos.

DIA 10 «A VELHA DAMA INDIGNA», realização de René Allio, com Sylvia e Malka Ribovska. (Distribuição: Doperfilme) - Não aconselhável a menores de 13 anos

DIA 11 «AS BOAS MULHERES», realização de Claude Chabrol, com Bernardette Lafont e Clotilde Joano. (Distribuição: Doperfilme) — Não aconselhável a menores de 18 anos.

DIA 12 «DESEJOS DE VERÃO, SONHOS DE INVERNO», realização de Gilbert Cates, com Joanne Woodward e Martin Balsam. (Distribuição Columbia-Warner). -- Não aconselhável, a menores de 18 anos.

DIA 13 «DAISY MILLER», realização de Peter Bogdanovich, com Cybill Shepherd e Barry Brown. (Distribuição: Lusomundo) – Não aconselhável a menores de 13 anos.

DIA 14 «O SOLDADO DAS SOMBRAS», realização de Jean-Luc Godard, com Anna Karina (Distribuição: Doperfilme) — Não aconselhável a menores de 13 anos.

DIA 15 «SELVAGENS», realização de James Ivory, com Louis Stadlen e Anne Francine (Distribuicão: Animatógrafo) — Não aconselhável a menores de 18 anos.

BILHETES À VENDA NO CINEMA IMPÉRIO

ESTE PROGRAMA PODERÁ SER ALTERADO A TODO O MOMENTO POR MOTIVOS IMPREVISTOS

É já amanhã que o grupo de teatro Adóque estreia a sua nova revista, «A Grande Cegada», levada à cena, tal como as anteriores, no teatro desmontável do Martim Moniz. Na imagem, um momento em que Daniel Filipe e Ermelinda Duarte contracenam.

Uma história de amor um tanto divertida

onde um rapaz tira uma rapariga de apuros.

(já era tempo)

COLUMBIA PICTURES e RASTAR apresentam

To Find a Man

Adolescencia Turbulenta

A PINCUS-ABRAHAMS-KULIK PRODUCTION com PAMELA SUE MARTIN · DARREN O'CONNOR

LLOYD BRIDGES as Frank · PHYLLIS NEWMAN as Betty · TOM EWELL · TOM BOSLEY as Mr Katchaturian

argum. de ARNOLD SCHULMAN real. de BUZZ KULIK

Amanhã ESTREIA no MUNDIAL

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS

"Reina tranquilidade no país"

«Reina Tranquilidade no País», que o Instituto Alemão projecta hoje, às 18.30 e 21.00, é um filme de Peter Lilienthal, rodado em Setúbal em dois meses do ano passado, com a participação de actores portugueses. Argumento do escritor chileno António Skarmeta, que estará presente na sessão de hoje para dialogar com o público, depois do espectáculo.

Em «Reina Tranquilidade no País» conta-se uma história passada na América Latina, em que a coberto de uma tranquilidade aparente, se cometem todas as repressões contra o povo. Participaram neste filme, além de Charles Vanel no papel principal, os portugueses Zita Duarte, Henriqueta Maia, Luciano Nobre, Miguel Franco, Carlos Silva, exilados políticos do Chile, Argentina e Brasil, guardas e presos da cadeia de Pinheiro da Cruz e soldados da caserna de Setúbal.

Três músicos portugueses à frente da Orquestra Gulbenkian

Três músicos portugueses o maestro Manuel Peres-Newton, e os pianistas Adriano Jordão e Jorge Moyano Marques actuarão à frente da Orquestra Gulbenkian, no concerto de encerramento da sua temporada, que se realizará na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, amanhã, às 18 e 30.

O programa inclui o **Concerto em dó menor para dois pianos e orquestra** de J. S. Bach, as **Sonfonias** n.º 29 e n.º 38 («Praga») de Mozart, e a **Pavana para uma infanta defunta** de Maurice Ravel.

A título de curiosidade, anota-se que os três músicos portugueses que agora vão actuar na Aula Magna da Universidade de Lisboa, foram até há pouco tempo, estudantes daquela Universidade. Assim, Peres-Newton frequentou a Faculdade de Letras, e Adriano Jordão e Jorge Moyano são licenciados, respectivamente, pela Faculdade de Direito e pelo Instituto Superior Técnico. Outro traço comum entre os três artistas é o facto de terem sido bolseiros da Fundação Gulbenkian e, actualmente, serem professores do Conservatório Nacional.

Manuel Peres-Newton estudou Direcção de Orquestra em Paris, Rouen, Siena e Viena, com Jean-Sébastien Béreau, Pierre Dervaux, Edmond Marc, Louis Fourestier, Franco Ferrara e Hans Swarowsky. No seu regresso a Portugal, tem dirigido várias orquestras portuguesas.

Por sua vez, Adriano Jordão foi discipulo de Helena Costa e Yvonne Lefebure. Obteve prémios em concursos internacionais realizados em França e Itália, e também nos concursos portugueses «Marcos Garin» e Cidade da Covilhã». Tem dado recitais e concertos com orquestra em Portugal, Itália, França, Estados Unidos e Inglaterra.

Finalmente, Jorge Moyano Marques, trabalhou sob a orientação dos professores Cristina Pimentel, Karl Ergel e Yvonne Lefebure. Premiado nos concursos «Rey Colaço», «cidade da Covilhã» e «Guilhermina Suggia», inicou recentemente a sua carreira actuando para as várias instituições portuguesas promotoras de concertos.

circuito dos 3 Alpes

uma excursão maravilhosa por um preço excepcional, visitando.

SUIÇA - AUSTRIA

ITALIA - FRANÇA - ESPANHA

AVIAO ESPECIAL TAP + AUTOPULLMAN DE LUXO

PARTIDAS 12 de Julho 14 de Setembro

15 DIAS DE VIAGEM 12.600$

ORGANIZACAO EXCLUSIVA

abreu

Fundada em 1840

LISBOA Av. da Liberdade 160 • Telef. 32002
PORTO Av. dos Aliados 207 • Telef. 3792
COIMBRA Rua da Sota 2 • Telefs. 27011/2
FARO Rua Cons. Bivar 65 • Telefs. 25035/6

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

FÉRIAS NA PRAIA

TORREMOLINOS

1 SEMANA

PARTIDAS:
Julho 4, 11, 18 e 25
Agosto 1, 8, 15, 22 e 29
Setembro 5 e 12

Preços excepcionais desde 2.500$

PROGRAMAS E INSCRIÇÕES

abreu

Fundada em 1840

LISBOA Av. da Liberdade 160
PORTO Av. dos Aliados 207
COIMBRA Rua da Sota 2
FARO Rua Cons. Bivar 65

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretaria de Estado da Cultura

EDITAL

Bolsas de estudo para Espanha

Está aberto até ao dia 8 de Julho o concurso de bolsas de estudo para o período do Verão de 1976, oferecidas pelo Governo espanhol e destinadas a licenciados, estudiosos ou estudantes universitários que estejam interessados em frequentar em Espanha cursos para estrangeiros com carácter oficial ou realizar trabalhos de investigação.

Os candidatos deverão apresentar os documentos seguintes.

1) Requerimento em papel selado, dirigido ao Secretário de Estado da Cultura;

2) Boletim individual a solicitar previamente ao Serviço das Relações Culturais Externas, devidamente preenchido;

3) Certidão das habilitações literarias, donde constem as habilitações obtidas.

O prazo da entrega dos documentos termina, impreterivelmente, no dia 8 de Julho, não sendo aceite nenhuma documentação a partir dessa data.

Todos os esclarecimentos serão prestados no Serviço das Relações Culturais Externas da Secretaria de Estado da Cultura situado na Direcção-Geral do Património Cultural, dentro das horas normais de expediente, na Rua Ocidental ao Campo Grande, n.º 83, 1.º Piso (Edifício da Biblioteca Nacional), Lisboa 5.

Televisão

Canal da Crítica

POR MÁRIO CASTRIM

PRESIDENCIAIS E POUCO MAIS

. Coitada da Maria Elisa, o que ela tem sofrido com os resultados totais finais distritais eleitorais. De vez em quando o Cerqueira (a imagem do homem feliz, embora de expressão fatigada, o que é natural, há tantas horas sem abandonar o selim) de vez em quando o Cerqueira **o Maria Elisa se faz favor**... e logo a pobre a correr, a desfiar os resultados totais finais distritais eleitorais.

A emissão de ontem funcionou como um **P.S.** à emissão da véspera. Entrevistas, conferência de Imprensa e um longo passeio pelo País, de Norte a Sul, através do qual tivemos a oportunidade de ver como se processa o acto nas várias regiões. Afinal de contas, o acto acaba sempre com a introdução na ranhura. Nem sequer houve a preocupação de meter na história um pouquinho de folclore para garantir as qualidades organolépticas da televisão. Assim, daria espectáculo se os votantes em Rio Maior se apresentassem de moca, se em Famalicão alguns cidadãos cumpridores se apresentassem munidos de archotes e se em Fafe alguma dama ou algum damo se adornassem com penduricalhos em forma de bomba.

Enfim, nem tudo lembra, é natural, a nossa democracia ainda está no principio. Pelo que o passeio ao longo do País se tornou de uma terrivel monotonia, tudo igual, tudo, os vestidos, os fatos, os gestos, as velhinhas de muletas à espera que lhes tirem o retrato, os homens dobradinhos para o chão no gesto final de apanhar o malmequer da morte, as damas vestidinhas de negro, muito compostinhas vê-se logo que são de boa condição social, os doentes em último grau a subir o último degrau, enfim, o espectáculo encantador de um Portugal que.

Estou em crer que, pelo menos nos Açores, uma pincelada de folclore viria muito, mas mesmo muiiiiitíssimo a propósito. Até se podia depois apresentar o filme nas campanhas turísticas. Ao mesmo tempo entrevistavam-se todos ... todos também não, caramba — entrevistavam-se alguns açorianos obrigados a exilarem-se perante as investidas e as perseguições da F. L. A. Estou a lembrar-me disto enquanto passa na televisão o anúncio de propaganda que diz: **O paraíso dos Açores ao seu alcance.**

O paraíso. Vou inscrever-me já. Tenho cá uma inclinação para anjinho...

Ainda no âmbito das reportagens relativas às «Presidenciais 76», uma aconteceu verdadeiramente extraordinária. Aquela que nos veio do Porto.

Tratava-se de um inquérito. O Blanco, naquele seu jeito tão desajeitado de querer ser natural sem se lembrar que a naturalidade se consegue à custa de muito artifício, sendo isto o que principalmente distingue o profissional do amador (o amador é o que faz as coisas sempre com a naturalidade que Deus lhe deu) o Blanco afiança-nos que **o inquérito dá já uma ideia de...** e aqui o som foi-se.

Prosseguiu no entanto no inquérito. Que bem falavam os inquiridos nas ruas do Porto! Com que facilidade, com que descontracção! Simplesmente notável a expressão dos portuenses!

Pena foi, no entanto, que não se ouvisse uma única palavra. Foi tudo em silêncio, aquelas conversas todas, aqueles discursos todos, tudo mudo. Assim se provou, mais uma vez, que **a fala foi dada ao homem/rei dos outros animais**...

Já agora que estão com a mão na massa do mudo, não quero deixar de referir a transmissão de uma pequena maravilha de Charlot, o **Charlot emigrante.** Espero que não tenham perdido.

A C.C.E.E.C. E O FILME DE PASOLINI

"Salo" não foi apresentado para classificação

A propósito de alguns comentários surgidos na Imprensa que, segundo a C. C. E. E. C. (Comissão de Classificação Etária de Espectáculos Cinematográficos) sugerem uma relação mais ou menos directa entre a actividade da Comissão e a não exibição do filme de Pier Paolo Pasolini «Salo ou os 120 dias de Sodoma», aquela entidade responsável pela classificação etária divulgou um comunicado no qual afirma:

. 1) O filme em questão já foi, de facto, visionado pela C. C. E. E. C. em sessão extraordinária, com a presença de especialistas cujo concurso a Comissão julgou necessário para a formação de um juízo esclarecido. Trata-se, no entanto, de processo por muitas vezes observado em relação a filmes que se prevêem de especial impacto e que se integra na preocupação normal, de conhecer antes de julgar.

O que pode dizer-se neste ponto é, portanto, apenas que a C. C. E. E. C. se encontra preparada para classificar.

2) O filme de Pasolini não foi, no entanto, apresentado à C. C. E. E. C. até à data, para classificação.

Efectivamente não deu ainda entrada nos serviços respectivos a documentação através da qual o distribuidor / exibidor responsável solicita a atribuição de uma classificação etária, o que, como se sabe, constitui formalidade necessária para a exibição ao público.

Dado que a Comissão não pode classificar de motu próprio, antes tem de reportar-se rigorosamente ao material fílmico que para esse efeito lhe é expressamente apresentado, pode dizer-se, neste segundo ponto, que o filme não foi exibido porque não foi classificado, e não foi classificado porque quem detém a faculdade de accionar o processo (burocrático) a não usou até ao momento.

3)As interrogações que hoje se levantam sobre a não exibição de «Salo» (que poderiam aliás, contemplar outros casos de retenção que filmes, esses já classificados, sofreram ou continuam sofrendo. Mas não custa admitir que Pasolini justifique especial atenção.) Devem, como é óbvio, ser dirigidas a quem legítimamente lhes possa responder, ou por estar em posição de saber ou por estar em posição de decidir. A C. C. E. E. C. é que não se encontra rigorosamente nem numa nem noutra das situações.

Caberia apenas dizer, neste terceiro ponto, que a Comissão não é portanto o interlocutor indicado, se da qualificação de que concluir que deveria sabe-lo perfeitamente. Cabe então, acrescentar que a C. C. E. E. C. se não tem igualmente por objectivo útil de ataques de diversão (ou de promoção).

4) No que refere à forma porque têm sido redigidos alguns dos comentários e as dúvidas mais gerais que levantam, cabe dizer, neste ultimo ponto, que se a C. C. E. E. C. regista atentamente a preocupação que todos os que (por razões de coesão moral e sentido de responsabilidade pública) vêm exprimindo a respeito do eventual restabelecimento de alguma forma de censura, não pode a C. C. E. E. C. na verdade, deixar de recordar que mantem «desde sempre» a mesma preocupação, nem deixar de reafirmar a mesma «e comprovada», disposição de não aceitar exercer ou colaborar em qualquer actividade censoria.

Hoje

«O Barão von der Trenck»

I PROGRAMA

19.00 Abertura e último programa de **Espaço Visual**
19.25 **«O Regador Mágico»** — série filmada.
20.00 **Com Todas as Letras** — encontro com o escritor brasileiro Augusto Boal.
20.30 **Telejornal** — 1.ª edição
21.00 **Momento Político**
21.30 **«O Barão von der Trenck»** — último episódio desta série filmada sobre as aventuras do famoso barão prussiano Frederich von der Trenck.
22.15 **Junho-76** — retrospectiva das actualidades do mês.
23.30 **Telejornal** — 2.ª edição — que inclui o resumo filmado da etapa do dia da Volta à França em Bicicleta.
00.00 **Fecho.**

II PROGRAMA

20.00 Abertura e **«Wickie, o Viking»**
20.30 **«Os Goodies»** — mais um programa do «non-sense» inglês.
21.30 **Ensaio** — pintura portuguesa ontem e hoje.
22.00 **Telejornal**
22.30 **«Inspiração»** — pelo Ballet do Teatro Académico «Vonemovine» da Estónia.
23.05 Fecho

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES

Rua das Gaivotas, 6 — Telef. 60 66 97
Rua do Conde Redondo, 22, 1.º — Telef. 55 65 30
— LISBOA —

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os professores de todos os sectores de ensino para um plenário geral a realizar no dia 29 de Junho, pelas 21.30 horas, no pavilhão Gimnodesportivo do CDUL (cidade universitária) com a seguinte ordem de trabalhos :

1. **Análise da 2.ª resposta do MEIC ao caderno reivindicativo.**
2. **Formas práticas de acção.**

NOTAS: 1 — Para que o plenário seja funcional as propostas devem ser entregues no sindicato até às 21 horas do dia 28/6/76, havendo reunião a partir dessa hora para compilação das mesmas.

2 — O adiamento deste plenário deve-se por um lado ao facto das salas susceptíveis de serem utilizadas se encontrarem reservadas para a campanha eleitoral, festival de Música (Reitoria) e exposição (FIL) e por outro ladô à impossibilidade de se realizarem reuniões de massas 48 horas antes do acto eleitoral

ASSINA: A COMISSÃO DIRECTIVA

PUB

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Avenida Visconde Valmor, 34-1.º — Lisboa-1
Telefones : 770274 — 763276 — 770066

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os Motoristas assalariados ao serviço das Associações de Bombeiros Voluntários, para uma reunião a efectuar no próximo dia 5/7/76, pelas 21.00 horas, na sede do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa, sita na Av. Visconde Valmor, 34-2.º, em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS :

Ponto único — Apresentação e discussão de problemas do sector.

Lisboa, 25 de Junho de 1976.

Pel'A DIRECÇÃO
(Ilegível)

Amanhã

I PROGRAMA

. . . **19.00**: Abertura e Formação ... trabalhos em papel. Rubrica apresentada pelo Departamento de Programas Juvenis e Infantis; **19.25**: Magazine do Norte ... em foco acontecimentos do Norte do País; **19.50**: Educação Permanente; **20.10**: Vamos Jogar no Totobola ... prognósticos para o próximo concurso; **20.30**: Telejornal — 1.ª edição; **21.05**: Programa do Estado-Maior General das Forças Armadas; **21.35**: «O Barba Ruiva» (a Ak Ahije» ... do realizador Akira Kurosawa com Toshire Mifune, Yuzo Kayawa e Tsotom Yamaraki. Produzido em 1965; **23.30**: Telejornal — 2.ª edição — que inclui um resumo da etapa do dia da Volta à França em Bicicleta; **00.05**: Fecho

II PROGRAMA

. . . . **20.00**: Abertura e «O Mundo de Wood House»; **20.30**: O Peso ... e o tema abordado neste programa de «Perspectiva»; **21.00**: «Pesquisa» — série filmada; **21.55**: Telejornal; **22.30**: Sabe Como se Faz o Chá? ... um programa apresentado e realizado por Ruy Ferrão; **23.10**: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786 - 834271
Avenida S. João de Deus ... Rua Macau, 8

Desporto

FOTOS ACUSADORAS

. . Aconteceu em Coimbrões, no Parque Silva Matos. Para a inopinada e ancestral liguinha confrontavam-se as turmas futebolísticas do Salgueiros (a funcionar como «recepcionista») e do União de Tomar. Aconteceram, por lá, cobras e lagartos, já tudo mais ou menos (bem, mal) contado em letra de Imprensa. Mas, as fotos do nosso camarada Bruno Neves são altamente elucidativas do clima e da «entourage» que rodeou o despique. Veja-se como é mais fácil dar com o cotovelo na cara do parceiro do que ter pernas (e menos peso...) para chegar mais alto. Atente-se como, no «bar» do campo, as bebidas eram servidas: em garrafas de vidro, proibidas para uso nos recintos desportivos. Repare-se como estavam as linhas laterais: e como o juiz (o leiriense Leitão Soares) teve, amiúde, de ser protegido da multidão. E a triste imagem de cães-polícias, a caminho do serviço. E, por fim, como o público esperou a saída do trio arbitral para o cumprimentar a rigor... As fotos aqui ficam, para exame de consciência de quem proclama estar muito melhor a disciplina nos rectângulos desportivos deste País.

FUTEBOL EM EBULIÇÃO

Benfica: solução Peres Bandeira?

O inglês Dario Gradi, face ao «acolhimento» que o esperou em Portugal (por parte da óptica sindical e, especialmente, por banda de alguns elementos da directiva benfiquista) optou pela solução mais adequada: **sine die** adiou a vinda para a Luz, talvez à espera de conseguir um «palmarés» que justifique a contratação para uma terra onde as divisas não são para desperdiçar.

Assim, o nome mais falado para a orientação técnica do Benfica é do (ainda) treinador belenense Peres Bandeira, com boas provas dadas e (fundamental) mestre que não precisa de interprete para se fazer compreender pelos discípulos. E (acrescente-se) com um passado de trabalho a recomendá-lo para o difícil posto de prolongar a chefia serena da Mário Wilson.

BEIRA-MAR

O «internacional» Abel, ultimamente ao serviço do Vitória de Guimarães, está em negociações com o Beira-Mar (de Manuel Oliveira).

BOAVISTA

Enquanto o Boavista acerta jogos para cumprir em Espanha (na justa procura de «cachets» que permitam equilibrar a sua tesouraria) mantém-se o interesse do Salamanca na contratação de Alves que tem sido negociado pelos dirigentes **axadrezados**, embora o jogador até ao momento ainda nem sequer tenha chegado à fala com qualquer membro da gerência do clube salamanquino...

MARÍTIMO

Pedro Gomes volta a comandar o «team» futebolístico do Marítimo (do Funchal), que se apetrechou com diversos reforços: Norberto (Estoril), Nelson (Sporting), Eduardo Luis (Benfica) e Arnaldo (Esperança de Lagos).

SPORTING

Fala-se no interesse do Sporting por Matine, o médio setubalense que fica desligado de compromisso com o emblema do Bonfim. Todavia, o jogador é igualmente pretendido por Mário Lino para o bloco bracarense da nova temporada.

Mulher com asas

. . A atleta soviética Tatyana Kazankina estabeleceu hoje um novo recorde mundial dos 1500 metros, com o tempo de 3 minutos e 56 segundos, tornando-se a primeira senhora a cobrir a distância em menos de 4 minutos, anunciou a agência Tass.

A marca foi obtida durante uma reunião de atletismo para selecção da equipa soviética às Olimpíadas de Montreal. O anterior recorde do mundo pertencia à sua compatriota Ludmilla Bragina, com 4.01,4.

Raisa Katykova, que concluiu a prova de 1500 metros em 2.º lugar, baixou também dos 4 minutos, fazendo 3.59,8. A antiga recordista mundial (Ludmilla Bragina) fez mais um segundo que o seu antigo recorde.

Martins em 37.º no "Tour"

O holandês Hennie Kuiper (campeão mundial de estrada) culminando uma fuga de 15 quilómetros em que levou na sua roda o suiço Loder, companheiro de equipa de Maertens, ganhou a 4.ª etapa da Volta à França.

Esta tirada, que levou o «Tour» à Bélgica, era uma das mais longas. Já à partida o calor apertava, o que era de molde a dissuadir qualquer ofensiva prematura. Assim, nas primeiras duas horas de corrida, houve apenas a registar uma tentativa de fuga de Genet (aos 5 quilómetros), uma queda sem gravidade sofrida por Laurent (aos 29 quilómetros) a troca de bicicleta a que Thevenet se viu forçado (seis quilómetros mais adiante) e acelerações de Kuiper e de Osler (entre os 40 e os 50 quilómetros).

Uma queda sofrida pelo espanhol Garcia (por volta dos 60 quilómetros) ditou a sua desistência. Pouco antes do controlo de abastecimento de La Gorgue (93 km), Baronchelli e Poulidor tiveram «furos», mas não tardaram a recolar. Em Bois Grenier (108 km) Verhaegen impôs-se no «sprint» na «meta volante». Seguiu-se uma aceleração de Marecchini que não resultou. E, em Zwevegen (150 km), Mariano Martinez adiantou-se, logo seguido de Pollentier. Van Vlierberghe, de Meyer, Maggioni e Schmidt juntaram-se aos dois primeiros, mas não tardou que se operasse o reagrupamento. Martinez também quis experimentar a reacção do pelotão, levando na sua roda Meyer, Mintkiewicz, Van Impe, Karstens, Riccomi e Guilloux; mas, assistiu-se a um novo malogro.

Na subida empedrada de Katteberg, o pelotão alongou-se consideravelmente. No cume (188 km), Kuiper foi o 1.º, seguido de Caverzasi e Netemann. Um pouco mais adiante Caverzasi adiantou-se acompanhado de Hauvieux, mas acabaram por renunciar ao seu esforço aos 206 km.

Em Mere (216 km), sua terra natal, Van Impe destacou-se do pelotão só para dar tempo de abraçar a família. Aos 225 km tentativa de fuga por intermédio de Hauvieux, Osler e Van Springel, que não teve êxito como as anteriores. Em Saint Gillis (234 km), coube a vez a Karstens, Cigana, Vercelli, Dillen e Ledenmat de tentarem a sua sorte, mas o resultado foi o mesmo. Até que, mais adiante, Kuiper abalou com Loeder, surpreendendo desta vez o pelotão. A 10 quilómetros da meta, o campeão mundial e o corredor helvético chegaram a ter 35 s de avanço. Kuiper resistiu da melhor maneira a um contra-ataque conduzido por Cavazzi, Sibille e Vianen, levando depois a melhor sobre Loeder no «sprint» final. Maertans, vitorioso no «sprint» para o 8.º lugar, conservou a camisola amarela.

Pode estar muito satisfeito o «nosso» José Martins. Safou-se muito bem do «sarilho» que podia representar para ele a quarta tirada da Volta à França, Le Touquet-Bornem (258 km), comprida, sem problemas que, no entanto, poderia ter causado a sua perda se os «regionais» tivessem conseguido provocar uma escapada a sério.

Mas, todos os ataques a sério foram rapidamente contidos: e José Martins, sem dar nas vistas, permanecendo no mais absoluto anonimato, conseguiu cortar a meta com os favoritos. Desta forma, conseguiu ganhar dois postos na classificação geral, encontrando-se agora em 37.º lugar, a 5m 22s do «leader» da prova, o belga Freddy Maertens.

Para o jovem José Martins, especialista de montanha, a partida parece bem encaminhada e aumenta a esperança de poder vir a ficar colocado em bom lugar. Quanto mais se aproxima a serra, mais José Martins parece melhorar.

CLASSIFICAÇÃO

Na etapa: 1.º, Hennie Kuiper (Hol.), 7h 31m 25s (média de 34,292 km/h); 2.º, Eric Loder (Suiça), m.t.; 3.º, Pierino Gavazzi (Itál.), 7h 31m 34s; 4.º, Guy Sibille (Fr.), m.t.; 5.º, Gerard Vianen (Hol.), m.t.; 6.º, Jan Raas (Hol.), 7h 31m 36s; 7.º, Vladimiro Panizza (Itál.), m.t.; 8.º, Freddy Maertens (Bélgica), 7h 31m 39s; 9.º, Ercole Gualazzini (Itál.), m.t.; 10.º, Jacques wesclassan (Fr.), m.t.; 68.º, JOSÉ MARTINS, 7h 31m 39s.

Geral: 1.º, Freddy Maertens (Bélgica), 19h 57m 26s; 2.º, Michel Pollentier (Bélgica), a 1m 58s; 3.º, Jesus Manzaneque (Esp.), a 2m 29s; 4.º, Roy Schuiten (Hol.), a 2m 32s; 5.º, Bert Pronk (Hol.), a 2m 46s; 6.º, Ferdinand Bracke (Bélg.), a 2m 55s; 7.º, Hennie Kuiper (Hol.), a 3m 20s; 8.º, Raymond Poulidor (Fr.), a 3m 25s; 9.º, Jean-Pierre Danguillaume (Fr.), a 3m 26s; 10.º, Yves Hezard (Fr.), a 3m 30s; 37.º, JOSÉ MARTINS a 5m 22s.

África do Sul: risco de não ser olímpica

Nações africanas voltarão a procurar a expulsão da África do Sul da Federação Internacional de Futebol (F.I.F.A.) no seu próximo congresso em Montereal, declarou o presidente da Federação Africana de Futebol (F.A.F.).

Ato Yidnekachew Tessema declarou que, um cláusula inserta nas regras da F.I.F.A. (em 1974), poibindo a admissão de países que praticam a discriminação racial, significa que a África do Sul deve ser expulsa. Acrescentou esperar que o Congresso da F.I.F.A., a iniciar em Montreal, a 16 de Julho, tenha a coragem de aprovar as regras da F.I.F.A. que (segundo disse) não visam quer os brancos quer os negros da Africa do Sul mas apenas a discriminação racial.

Nações africanas reunem-se na véspera do Congresso para tentar alcançar uma posição comum sobre a agenda, que incluirá (igualmente) o pedido para a readmissão da China.

Ato Yidnekachew solicitou que órgãos desportivos internacionais sigam as decisões tomadas por organizações como as Nações Unidas, em assuntos referentes a política.

O presidente da F.A.F., que falava numa conferência de Imprensa (em Adis-Abeba), revelou que a Etiopia ainda não decidiu se deve seguir outros países africanos, boicotando a Nova Zelândia nas Olimpíadas, devido à sua decisão de enviar uma equipa de râguebi à África do Sul. Mas, acrescentou esperar que órgãos desportivos africanos se reúnam em Montereal, para chegar a uma decisão sobre o assunto que fosse aceitável para todas as equipas africanas participantes.

Yidnekachew manifestou acreditar que o passo dado pela Nova Zelândia reforçaria a discriminação racial na Africa do Sul, porque apenas pelo isolamento desportivo aquele país seria obrigado a eliminar essa mancha no desporto.

PORTUGAL

CHARNECA

A 10 de Julho, o Clube Desportivo da Charneca promove a festa de encerramento do ano lectivo das suas classes ginásticas, iniciando a festa com um desfile que, pelas 20 horas, partirá da sede para o campo de futebol no Chão do Loureiro.

CICLISMO

Campeonato lisboeta de ciclismo para equipas clubistas, a 3 de Julho, na área Olival Basto-Santo António dos Cavaleiros. No dia seguinte tem lugar a 2.ª competição lisboeta de fundo, para amadores seniores e amadores especiais. Os velocipedistas populares têm, nesse 4 de Julho, o Circuito do Cadaval.

GINÁSTICA

Cumpriram-se os campeonatos ginásticos da Zona Centro. Vencedores: Helena Alvarez e Pedro Leal (Lisboa Ginásio), em iniciados femininos; Maria Fernanda Marantes (Associação Académica da Amadora) e Paulo Nabais (Algés e Dafundo) em infantis. Nos torneios da Zona Norte: Maria do Carmo Barros e Paulo Aparicio (F.C. Porto) em infantis; Maria Júlia Guimarães (Sport Clube

Continua na pág. 17

TOTOBOLA

Jogue connosco

Montijo - Salgueiros	X
U. Tomar - Beira-Mar	1
Tirsense - U. Coimbra	X
Holbaek - GUIMARÃES	2
BELENENSES - Pogon	1
Young Boys - Malmö	X
Offenbach - U. Teplice	1
Innsbruck - B. Ostrava	2
Zurique - Austria Viena	1
Duisburg - Brno	X
Sp. Trnava - Atvidaberg	X
Ostende - I. Bratislava	2
S. Graz - Djurgardens	X

Desporto

PORTUGAL

Continuação da pág. 16

do Porto) e Carlos Silva (F.C. Porto) em iniciados.

Estão designados os novos corpos gerentes da Federação de Ginástica. Mesa do Congresso: dr. Raul Júlio A. Pimenta Marques Caldeira, eng. Manuel Van Hoof Ribeiro, eng. Herlânder Silva da Fonseca, José António Vilhena Pereira, José Rafael Medina e João Almeida Trindade. **Direcção**: prof. Manuel Correia Robalo Gouveia, António Avelar Costa, eng. João José Gil S. Justiniano, José Eduardo C. Castro Loureiro, Afonso Henriques Santa Rita Mesquita, António Mendes de Carvalho, António Henriques Tomaz, Ivo Pinto Mayer, José da Assunção Lourenço, prof.ª Maria Albertina Coelho, prof. Manuel Cordeiro e prof.ª Maria Helena C. Dias de Carvalho. **Conselho técnico**: Alfredo Armando Pinto Machado, Manuel Mira Fernandes e prof.ª Maria Manuel R. Homem Ferreira. **Secção masculina**: prof. Carlos Alberto Marcelino da Silva, Eugénio da Silva Monteiro, Luis João Marques, prof. Sidónio Serpa e eng. tec. Jorge Manuel Vilar Moura. **Secção feminina**: prof.ª Maria Eduarda O. Azevedo R. Gouveia, Maria Helena Villalva Monteiro, Maria Elvira G. Marques S. Henriques Tomaz, Isolda Simples e prof.ª Ida Sá e Silva Pereira. **Conselho fiscal**: Raúl Cardoso Nogueira Feio, Alberto Marques Rodrigues, Renato Fernando Barros Cruz, José Manuel dos Anjos Gonçalves e D. M[illegible] Jasconcelos D[illegible] **Conselho** [illegible] Anibal José M. Arrobas da Silva, José Ulisses Ribeiro Braga, Rui Jaime Correia de Melo, Lipari Garcia e Alberto Pinto Gouveia. **Comissão Central de Juízes de Ginástica de Competição**: Nuno José Afonso.

..As classes de ginástica do Sporting vão evoluir, pelas 21 e 30 de 9 de Julho, no anfiteatro e ao ar livre nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, dentro de um espectáculo denominado «A palavra, a luz, o som e o movimento».

HÓQUEI EM CAMPO

A Federação de Hóquei em Campo instaurou um inquérito ao jogador Amadeu Teixeira Moreira (F. C. Porto) sobre o seu comportamento em Barcelona.

LOUREIROS

A Sociedade Filarmónica Palmelense (Loureiros) promove, a 2 de Julho, um festival para inauguração das suas instalações gimnodesportivas, com a colaboração de turmas do Ginásio Clube Português.

MOTOCROSS

Quinta prova do Campeonato Nacional de Motocross, em Castelo de Vide, nas tardes de 3 e 4 de Julho. Pista junto ao campo de futebol do Pozo: em equação o troféu «Sumol-76». Há, também, uma competição destinada a populares.

LÁ FORA

FRACASSO

A equipa olímpica de futebol do Brasil, perdeu ontem perante o campeão nacional da Checoslováquia, (Banik Ostrava) por 0-1, num jogo preparatório para as olimpíadas que no próximo mês, terão lugar em Montreal.

O único golo da partida foi marcado por Peter Salany.

A turma brasileira foi tecnicamente perfeita, mas os seus dianteiros careceram de direcção nos remates e de mais acutilância, porquanto só conseguiram chutar quatro vezes contra a baliza adversária.

De realçar a actuação do guarda-redes Zé Carlos (do Botafogo) que salvou a sua equipa dum castigo mais pesado. A equipa olímpica brasileira deverá jogar amanhã contra uma turma polaca.

PUB

Ministério da Comunicação Social

EDITAL

JOÃO ANTÓNIO ESTEVES CÓIAS, Juiz Desembargador, LUIZ FILIPE VIEIRA MATEUS, Inspector Técnico da Inspecção Geral de Finanças, MARIA CLARA AGAPITO DIAZ-BERRIO, Técnica de Cinema:

FAZEM SABER que por despacho de 20 de Maio findo de Suas Excelências o Ministro da Comunicação Social e Secretário de Estado da Cultura, foi determinada a abertura de uma sindicância às actividades do denominado «NÚCLEO DE PRODUÇÃO» no âmbito do Instituto Português de Cinema, na sede do qual se encontra instalada a Comissão nomeada para o efeito, correndo o prazo de QUINZE DIAS, a contar da última publicação do anúncio respectivo em jornais diários, convidando todas as pessoas que tenham razão de queixa ou de agravo contra o regular funcionamento daquele Núcleo de Produção, a apresentarem as suas queixas à referida Comissão, de preferência por escrito, devendo toda a correspondência ser dirigida para a sede do Instituto Português de Cinema, na Rua de São Pedro de Alcântara, n.º 45, 1.º andar, em Lisboa, dentro do prazo referido.

Para constar se lavrou este edital e outros do mesmo teor, que vão ser afixados nos locais designados na lei.

Lisboa, 16 de Junho de 1976.

JOÃO ANTÓNIO ESTEVES CÓIAS
LUIZ FILIPE VIEIRA MATEUS
MARIA CLARA AGAPITO DIAZ-BERRIO

PUB

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE OEIRAS

ANÚNCIO

Pela 1.ª Secção do 2.º Juízo desta comarca correm éditos de 10 dias, contados da 2.ª publicação do presente anúncio, citando os credores reconhecidos de FÁBRICA DE PAPEL DE OEIRAS, Ld.ª, com sede na Rua Desembargador Faria, 6, em OEIRAS, para no prazo de 10 dias posterior ao dos éditos contestarem, querendo, a Acção Sumária que o Digno Magistrado do Ministério Público nesta comarca lhes move e ao Administrador da Falência pendente nesta mesma Secção contra aquela e por apenso à mesma, para haver da massa falida a quantia de 100 000$00, em dívida no Ministério do Trabalho — Direcção de Serviços de Emprego, sob pena de condenação no pedido.

Oeiras, 8 de Junho de 1976
O Juiz de Direito
(Francisco Rosa da Costa Raposo)
O escrivão de Direito
(Sebastião Cabanas Barrapcos)

HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA

ANÚNCIO

Concurso N.º 3-0063/76

Fornecimento de uma calandra de engomagem de roupa, para a Lavandaria do Hospital de S. José.

Recebem-se as propostas até às 9.30 horas do dia 14 de Julho próximo, para o mencionado concurso.

Os concorrentes poderão pedir no Serviço de Aquisições (Campo dos Mártires da Pátria, 91), todos os dias úteis das 9 às 11.30 horas, e das 14 às 16, e aos sábados das 9 às 12 horas, as respectivas condições.

Serviço de Aquisições dos Hospitais Civis de Lisboa, em 22 de Junho de 1976.

O Chefe do Serviço
Alexandre Pinheiro

O PAÍS QUER

mais investimento, mais postos de trabalho

O País precisa de resposta rápida para a depressão económica.
Aguarda iniciativas do sector público e do sector privado.
Espera que os gestores públicos e privados dinamizem os circuitos económicos existentes.
O mercado nacional tem as suas próprias necessidades.
Que têm de ser satisfeitas.
Em bens de consumo corrente.
Em bens de consumo duradouro.
Em bens de equipamento.
A conjuntura actual exige o investimento. A concretização de projectos industriais – grandes e pequenos.
A produção de bens que hoje importamos do exterior.

É necessário investir mais para produzir mais.
Para criar novos postos de trabalho.
Para relançar a nossa economia.
Para alargar o mercado interno.
Mas o seu horizonte é mais vasto? O mercado internacional interessa-lhe? Esse objectivo implica o redimensionamento da sua empresa?
Qualquer que seja o seu projecto, consulte-nos.
A Caixa Geral de Depósitos auxilia o investimento.
Com Crédito Industrial.
Apresente-nos as suas propostas.
Fundamente-as.
O nosso interesse é apoiar a economia nacional.

o Crédito Industrial ajuda

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

banco AO SERVIÇO DO TRABALHO

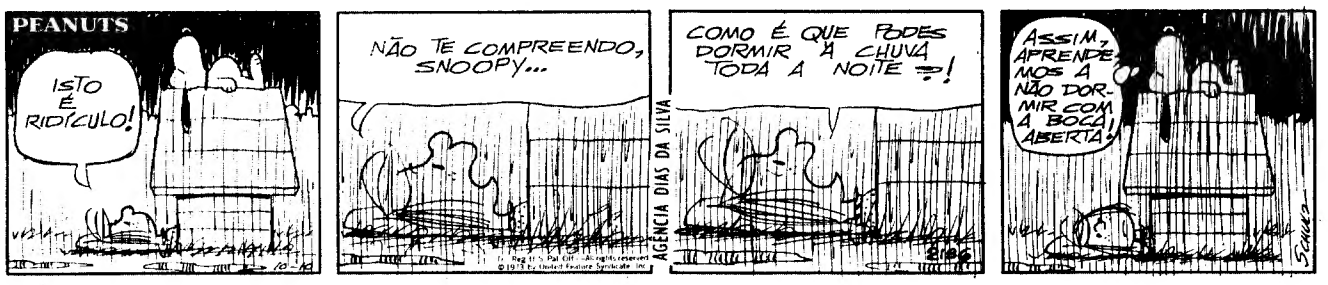
LARINA

Geral

C.A. para a Setenave

O Primeiro-Ministro nomeará, por despacho, os membros para um conselho de administração que deverá gerir a Setenave, no âmbito do regime jurídico das empresas públicas.

O conselho será composto por um mínimo de três membros e um máximo de cinco, entre os quais um presidente, nomeados após proposta do ministro da Indústria e Tecnologia, depois de ouvidos os trabalhadores, de acordo com um decreto-lei do M.I.T. publicado no «Diário da República», I Série, n.º 150.



Nota oficiosa: paralisação nos seguros

Do gabinete do secretário de Estado do Trabalho recebemos para publicação a seguinte nota oficiosa:

«Em assembleia geral do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul foi decidido, em 15 do corrente, iniciar, a partir do dia 21, uma paralisação progressiva.

«A causa desta deliberação está na reivindicação do 15.º mês para todos os trabalhadores de seguros.

«Com efeito o Decreto-Lei n.º 292/75 no seu Artigo 5.º define o princípio de que só podem ser pagas, como contrapartida do trabalho, 14 prestações anuais, incluindo-se nestas o subsídio de férias e do Natal.

«Por outro lado, o Artigo 7.º dispõe que as importâncias fixadas nos contratos em vigor que excedam os limites estabelecidos no Artigo 5.º serão integradas em fracções iguais, nas 14 prestações previstas.

«Esclarece-se ainda que algumas companhias não cumpriram, em devido tempo, o citado decreto-lei, integrando subsídios que constituíam verdadeiros direitos adquiridos pelos trabalhadores.

«Assim, desde o início do ano que vários conselhos de gestão de companhias de seguros nacionalizadas consultaram o subsecretário de Estado dos Seguros sobre a viabilidade de integração e regularização de tais situações pendentes. É evidente que, tratando-se de casos nítidos de direitos adquiridos pelos trabalhadores — conforme foi devidamente comprovado pelo conselho de gestão — e, estando em causa o cumprimento, embora tardio, de um diploma legal, era dispensável a autorização do Governo. No entanto, e porque se trata de regularizar acções que deveriam ter sido consumadas pelas anteriores comissões administrativas provisórias, não se reconheceu qualquer inconveniente em apoiar formalmente, tais medidas.

«É óbvio que, ao ser efectivado, em Março ou Abril, um acto administrativo que deveria ter tido lugar em Junho de 75, as empresas em que tal integração era devida, em consequência do citado decreto-lei, ficaram na situação de devedores perante os trabalhadores do montante correspondente aos atrasos de tal integração. A entrega de tais montantes foi, nesse caso, efectuada aos trabalhadores em causa.

«Inexplicavelmente, esta situação foi interpretada pelos sindicatos como uma autêntica concessão de um 15.º mês, sem nunca ser devidamente documentado começou a ser divulgado com toda a insistência que 80 por cento dos trabalhadores auferiam taq regalia.

«No intuito de esclarecer toda a verdade, o gabinete do subsecretário de Estado dos Seguros enviou aos presidentes dos conselhos de gestão e administração, um questionário sobre concessão de 15.º mês ou outras regalias monetárias e sua eventual integração.

«Se bem que ainda não tenha sido recebida a totalidade das respostas, já é manifesto que a ideia dos 80 por cento dos trabalhadores auferirem a regalia do 15.º mês é incorrecta.

«O Governo reconhece, como sempre reconheceu, que os trabalhadores de uma mesma actividade têm direito ao nivelamento dos sistemas de remuneração; mas, esse nivelamento necessitará de um estudo sério de todos os motivos de desvio.

«Aliás, em 5 de Março p.p. entrou em funcionamento a Comissão de Nivelamento que, no prazo de 60 dias, deveria apresentar as suas conclusões. Essa comissão só teve um número reduzido de reuniões.

«A Comissão de Nivelamento reuniu pela última vez em 9 de Abril, quando o prazo limite para os seus trabalhos era 5 de Maio. É de destacar que os sindicatos procuraram usar opiniões manifestadas durante os trabalhos pelos representantes dos Ministérios das Finanças e do Trabalho, tentando forçar soluções, perdendo de vista que a Comissão de Nivelamento tinha o carácter de estudo e não de deliberação.

«É imperioso realçar que o integrar nos salários uma verba correspondente a um 15.º mês, acarretaria, nalguns casos, novos desvios e, noutros casos, contribuiria para acentuar os já existentes.

«Para além de se estar a ir contra a lei ao pretender-se a integração de um 15.º mês nos casos em que não exista como direito adquirido, tal acção constituiria um aumento salarial para actividade em geral, o que só se entende através da contratação colectiva.

«Como o C.C.T. já foi denunciado, o Governo entende que é através da próxima negociação do novo C.C.T. que deve ser encetada uma primeira mas efectiva fase de nivelamento.

«Por outro lado, há que ter em atenção que os desníveis de remunerações não resultam apenas do 15.º mês de outras regalias (v.g. impostos, condições de seguros, subsídios de alimentação), tais regalias vão ser analisadas, com vista ao novo C.C.T., pelo Instituto Nacional de Seguros, e é desejável que nesta tarefa haja uma colaboração dos sindicatos.»

CONCLUSÕES

«O Governo não aceita o não cumprimento, por parte da actividade seguradora, de um diploma legal, destinado a todas as actividades económicas; só é aceite a integração do 15.º mês na remuneração regular desde que exista como um direito claramente adquirido.

«— Não é através de medidas como a que se pretende, que se obterá um verdadeiro nivelamento de remunerações na actividade seguradora;

«— Não faz sentido, nem está de acordo com o objectivo de reconstruir a economia nacional, estar-se a tomar tais atitudes num sector que, apresentando dificuldades de recuperação, não suporta estas medidas, por inoportunas.

«Apela-se para que os trabalhadores de seguros queiram assumir com serenidade a consciência do momento pois reconhece-se que o desgaste da paralisação decidida pela assembleia de trabalhadores do Sindicato do Sul é altamente prejudicial à actividade seguradora e aos próprios trabalhadores que, com a lucidez que os tem caracterizado, hão-de saber negociar um contrato colectivo de trabalho que sirva bem os seus interesses.»

BARES - BOITES
RESTAURANTES TÍPICOS
DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13, (Tel. 364859, 368197). Marta Mónica Stripteaseuse.**
CASINO DO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. **T. 264621/264946.**

tempo

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
5.12	3,7 m	10.38	0,9 m
17.27	3,9 m	23.06	0,9 m
Dia 30			
5.49	3,7 m	11.17	0,9 m
18.04	4,0 m	23.47	0,9 m
Dia 1			
6.29	3,7 m	11.59	1,0 m
18.44	3,9 m		

AMANHÃ
NASCER ÁS 6.16
OCASO ÁS 21.06

DIA 4 — DIA 11 — DIA 19 — DIA 27

PUB

SINDICATO DOS TÉCNICOS DE DESENHO

CONVOCATÓRIA PARA ASSEMBLEIA ELEITORAL

De acordo com o aprovado Regulamento Eleitoral dos nossos Estatutos convoca-se a Assembleia Geral para a eleição dos Corpos Gerentes, para o próximo biénio, a efectuar no dia 29 de Julho de 1976.

Como preceitua o art.º 81.º dos Estatutos (Regulamento Eleitoral), a apresentação das candidaturas deverá ser feita até 14 de Julho de 1976.

Informa-se todos os sócios que as mesas de voto serão distribuídas por áreas de trabalho de acordo com o quadro que abaixo se indica, informando-se posteriormente as moradas e horários respectivos:

Zona Sul

Mesa n.º	Local	
1	ÉVORA	
2	FARO	
3	LISBOA	ALVERCA
4	LISBOA	AMADORA
5	LISBOA	LISBOA (I)
6	LISBOA	LISBOA (II)
7	MARINHA GRANDE	
8	SETÚBAL	ALMADA
9	SETÚBAL	BARREIRO
10	SETÚBAL	CASAL DO MARCO
11	SETÚBAL	SETÚBAL
12	TORRES NOVAS	
13	TRAMAGAL	

Zona Norte

Mesa n.º	Local
14	AVEIRO
15	COIMBRA
16	GUIMARÃES
17	PORTO (I)
18	PORTO (II)
19	VIANA DO CASTELO

Lisboa, 28/6/76

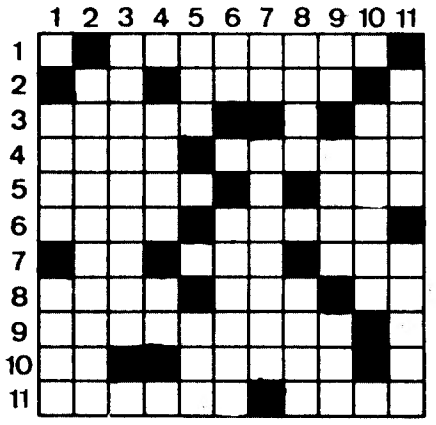
A COMISSÃO DIRECTIVA

(Assinaturas ilegíveis)

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11 404



HORIZONTAIS:

1 Artigo definido. Numerário.
2 Cobalto (s.q.). Cobres de iodo.
3 Ave pernalta aquática. Governador de província na Pérsia.
4 Cidade da Grécia, na margem do rio Peneu. Abertura no alto da muralha de fortaleza por onde se visava o inimigo (pl).
5 Ódios. Fileira.
6 Lavrar. Cidade de Portugal.
7 Distar. Ruído. Curso de água natural e abundante (inv).
8 Progenitores. Apologia. Apelido.
9 Amachucam.
10 Letra grega. Joeirara.
11 Arrogue. Cidade da Argélia.

VERTICAIS:

1 Aquela que não vê. Um dos estados do Brasil.
2 Guardaríamos segredo.
3 Subjugaria (fig).
4 Guarnecer de asas. Senhor.
5 Ninho. Álcool de melaço.
6 Associação ou confraria cristã na Índia. Artigo definido. Borla.
7 Espera deferimento. Pesca-da jovem.
8 Pequeno barco de recreio. Ilha do Pequeno Belt.
9 Reis. Uma das personagens do «Otelo» de Shakespeare. Imensidade.
10 Ocultais.
11 Morada. Dever.

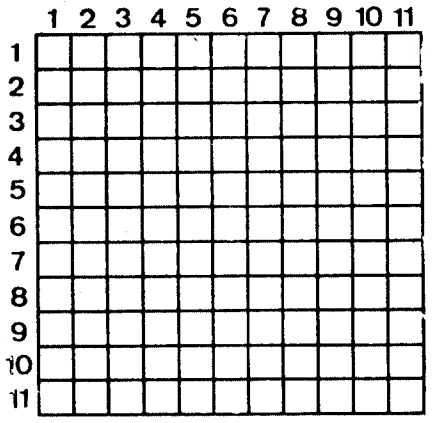
Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7564

HORIZONTAIS:

1 Império insular da Ásia Oriental. Cidade do estado de Minas Gerais (Brasil).
2 Tolero. Fugir alucinadamente.
3 Monarca. Gorgear.
4 Ofereces. Pedra de altar. Guarneça de asas.
5 Preposição latina que designa movimento. Formara em alas.
6 Bebedeiras. Centiare.
7 Nesse lugar. Átomo.
8 Género de peixes ganóides dos rios dos Estados Unidos. Rio da Sibéria. Nota musical.
9 Sair frequentemente à rua. O mesmo que assentar.
10 Mamífero roedor da América do Sul. Olé. Quinto filho de Jacob.
11 Artigo definido. Catedral. Equipam.



VERTICAIS:

1 Medida inglesa. Largo de Lisboa.
2 Inflamada. O mesmo que mulas.
3 Desgastais por fricção. Fulgir.
4 Atmosfera. Transferiras para outro dia.
5 O sono das crianças. Rei de Hejaz, filho de Husein.
6 Vila e sede de concelho (Guarda).
7 Estacionara. Formosa.
8 Nome de homem. Designar.
9 Cidade da Úmbria.
10 Irmãs da mãe. Silenciosa.
11 Leiloaram.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 403

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Voara. Acena.	1 Ve. SEU. Asi.
2 Errar. Darás.	2 Ora. Mimasse.
3 Amuo. Esmo.	3 Armo. Vales.
4 O. SEU.	4 Rau. Vacas.
5 Em. Valsarei.	5 Arosa. Pa. Cp.
6 Uiva. A. Rs.	6 Ela. Agro.
7 Maca. Acia.	7 Adeus. Arais.
8 Alaparam.	8 Cás. Arcaras.
9 Ases. Garoto.	9 Ermar. Imo.
10 SSS. Cria.	10 Não. Era.
11 Ié. Apossado.	11 As. Vis. Dono.

Provérbio: O SEU, A SEU DONO.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7563

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Fumas. Ávila.	1 Fiara. Sabor.
2 Iris. Amen.	2 Urdida. Cama.
3 Ado. Aba. ONU.	3 Mio. Ab. Anal.
4 Ri. Amola. Ca.	4 Ás. Agastara.
5 Adaga. Calor.	5 Ama. Aal.
6 Aba. Farol.	6 Abo. Rif. Ao.
7 Sair.	7 Alçarias.
8 Acataríamos.	8 Va. Aar. Assa.
9 Banal. Asa.	9 Imo. Lo. Mais.
10 Omar. Assina.	10 Lençol. Na.
11 Ralado. Asam.	11 Amuar. Assam.

farmácias de serviço

LISBOA

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALVALADE
Neoterápia, Campo Grande 138 (Tel. 774682); **Estados Unidos**, Avenida dos Estados Unidos da América, 16-B (Tel. 725859).
AMOREIRAS
Pátria, Calçada dos Mestres, 30-A (Tel. 680627).
AVENIDAS NOVAS
Fátima, Avenida 5 de Outubro, 147-A (à Av. Barbosa du Bocage) (Tel. 763107).
BAIXA
Normal, Rua da Prata 220 (Tel. 321342-325553).
BENFICA
Lavinha, Rua eng. Paulo de Barros, 28-A (à Rua do Casquilho (Tel. 708242).
CAMPO DE OURIQUE
Condestável, Rua Coelho da Rocha, 119 (Tel. 666206).
CARNIDE
Leal de Matos, Rua Neves Costa, 33 (Tel. 780181).
CASTELO
Ziler, Rua S. Tomé 54 (Tel. 862835).
LAPA
Pinheiro, Rua Presidente Arriaga, 16 (Tel. 691054).
PICHELEIRA
Marluz, Calçada da Picheleira, 140-B (Tel. 720703-728395).
RESTELO
Belém, Rua Tristão Vaz, 10-A (à encosta do Restelo) TTel. 612248).

TURNO F-2

TODA A NOITE

ALCÂNTARA
Dilena, Rua Aliança Operária, 49-A/B (Tel. 636620).
ALTO DE S. JOÃO
Nova Luz, Rua D. Domingos Jardo, 28-A (à Av. D. Afonso III) (Tel. 843439)
ARCO DO CEGO
Palma, Avenida Duque de Ávila 25-31 (Tel. 47088)
AREEIRO
Vera Cruz, Praça Afrânio Peixoto 2-B (à Av. S. João de Deus) (Tel. 724941).
ARROIOS
Antolin, Avenida Almirante Reis, 88-C (Tel. 821773)
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Zira, Praça das Casas Novas lote 66 (Tel. 310172).
BENFICA
Sousa, Estrada de Benfica, 429 (Tel. 780027)
CAMPO DE OURIQUE
Ivone, Rua Silva Carvalho, 232-C (Tel. 650760)
CONDE REDONDO
Contemporânea, Rua Conde Redondo, 26/30 (Tel. 45048)
ESTRELA
Aurélio Rego, Calçada da Estrela, 139 (Tel. 661758)
S. PAULO
Ultramarina, Rua de S. Paulo, 99 (Tel. 321771).
LUMIAR
Matos Viegas, Avenida Rainha D. Amélia, 34-B (Quinta das Mouras) (Tel. 794174).
PENHA DE FRANÇA
Branquinho, Rua de Sapadores, 87 (Tel. 842725)
XABREGAS
Romana, Rua Actor Augusto de Melo, 7-A (Tel. 383800)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miraglores, R.António Granjo, 2 (T.2113161)
PAÇO DE ARCOS
Central, toda a noite
trão Lopes, 4 (T.2432039). Toda a noite
CAECAVELOS
Central. Ro da a noite
S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas
PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (T.2471054). Toda a noite
AMOREIRA
Amoreira. Até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Suíça, Cruzeiro (T.260087). Toda a noite
CASCAIS
Misericórdioa, R.Regimento 19, 41 (T.280141). Até às 22 horas); Cascais, R.Conde de Monte Real, V.das Caixas (T.282407). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Amadora, P.28 de Maio, 3-A (T.935518); **Carmele**, R.Elias Garcia, lote 28 (T.933303); **Helénica**, R.Elias Garcia, 2 (T.933613); **S.Jorge**, R.Pedro del Negro, 5, Reboleira (T.938703)
DAMAIA
Lemos, R.de Goa, 21-A (T.971121)
QUELUZ
Correia, L.do Mercado, 3 (T.950906)
CACÉM
Guerra Rico, Agualva
MEM MARTINS
Rodrigues Rato (T.2912038)
S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)
SINTRA
Marrazes, Estefânia (T.2930058)
COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L.Coronel Ramos da Costa, 10 (T.234137)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R.Cândido dos Reis, 30 (T.204020)
ALMADA
Cristo Rei, Av. do Cristo Rei, 31-A (T.2766498)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E.Nacional, 178-B (T.2040302)
BARREIRO
Soares, Av. da República, 1 (T.2073023)
COVA DA PIEDADE
Morgado, E.Cado da Boa Esperança, 25-A (T.2767356)
MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)
MONTIJO
Moderna, R.Bulhão Pato, 60 (T.2319156)
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)
SETÚBAL
Normal do Sul, P.dl Bocage (T.22216)
SEIXAL
Soromenho, R.Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 22

ATÉ ÀS 22 HORAS

Nacional, R.Senhora da Luz, 156. Foz **S.Diniz**, R.de S.Diniz, 428. **Soeiro**, R.de Santos Pousada, 71 **Vitália**, P.da Liberdade, 34 **Alberto Ferreira**, R.da Estação, 100. **Antero de Quental**, R.Antero de Quental, 520 **Herculano**, R.Alexandre Herculano, 384

TODA A NOITE

Boavista, R.da Boavista, 601 **Antunes**, R.do Bonjardim, 485. **Cosme**, R.de Costa Cabral, 584 **Pereiro**, R.da Preciosa, 35

COIMBRA

PAIVA — Praça do Comércio, 57 (Tel. 23231); **SILCAR** — Rua Ferreira Borges, 88, (Tel. 22923; **S. SEBASTIÃO** — Rua António Jardim, (Tel. 28802).

outros espectáculos

LISBOA/Cinemas

A.B.C.
20.30 e 22.45 (18 anos)
«A Vida é Boa»
VARIEDADES
21.15 (13 anos)
«Equus (amargura para um cavalo)»
TEATRO ABERTO
Grupo 4
21.15 (13 anos)
«O Círculo de Giz Caucasiano»

LISBOA/Teatros

CINE-BOLSO
21.00 (18 anos)
«Relações Escaldantes»
EUROPA
21.00 (18 anos)
«Adeus Bruce Lee»
S. LUIZ
21.15 (18 anos)
«Cântico Final»
PARIS
21.15 (13 anos)
«O Meu Nome é Ninguém»
SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«Aquela Loira»
JARDIM
21.30 (18 anos)
«Acto de Vingança»
PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«O Tigre de Ouro»
LUMIAR
21.45 (13 anos)
«Um dia de Sol»
ARCO IRIS
21.15 (18 anos)
«O Furacão do Karate»
IDEAL
21.00 (10 anos)
«O Tigre do Karate»
PALÁCIO FOZ
21.00 (13 anos)
«El Dourado»

LINHA DE CASCAIS

ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15 (18 anos)
«Clube Privado»
CASCAIS
Oxford
21.15 (18 anos)
«O resgate»
ESTORIL
Palácio
21.15 (13 anos)
«Vida Dupla»
CASCAIS
S. José
21.15 (18 anos)
«Golpe por Golpe»

LINHA DE SINTRA

DAMAIA
D.João V
21.15 (18 anos)
«Anna — Aquele Particular Prazer»
AMADORA
Cinestúdio
21.30 (18 anos)
«A Noitada»
AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (13 anos)
«Como Chegar a Rico sem Esforço»
AMADORA
Lido
21.15 (13 anos)
«Funny Lady»
MEM MARTINS
Cine Chaby
21.15 (18 anos)
«A Cidade ..o Crime»
SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (18 anos)
«O Vício»

OUTRA BANDA

TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
«Os Contos de Canterbury»

PORTO/Teatros

ANTÓNIO PEDRO
22.00 (13 anos)
«As Artimanhas de Scapino»
SÁ DA BANDEIRA
21.15 (13 anos)
«Godspell»

PORTO/Cinemas

ESTÚDIO FOCO
21.15 (Planeta Selvagem»
JÚLIO DINIS
21.15 (13 anos)
«A Linda Pamela»
COLISEU
21.30 (18 anos)
«Jogos para Casais Infiéis»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Estranha Forma de Amar»
BATALHA
21.15 (18 anos)
«Adeus Bruce Lee»
VALE FORMOSO
21.15 (18 anos)
«Relações Escaldantes»
S.JOÃO
21.15 (13 anos)
«Quo Vadis»
RIVOLI
21.15 (13 anos)
«Já Experimentou numa Mala?»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (13 anos)
«Os defensores da Cidade»
TRINDADE
21.15 (18 anos)
«Confidências de um lavador de Janelas»
ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«O Leão e o Vento»
CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«O Prostituto»
OLÍMPIA
21.15 (13 anos)
«Cobari, o Revolucionário»
BATALHA-BÉBÉ
22.00 (13 anos)
«Benilde ou a Virgem Mãe»

COIMBRA

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«A Torre do Inferno»
AVENIDA
21.15 (13 anos)
«Com jeito vai na Farra»
GIL VICENTE
21.15 (13 anos)
«Mao Tsé Tung»
S. TEOTÓNIO
21.15 (18 anos)
«O passaheiro da Chuva»

cinemas

CASTIL
T. 530194 15.30, 18.30 e 21.15 h
Não acons. a M/18 anos
Um filme sobre educação sexual
AMOR ENTRE MENORES
2.ª Semana

IMPÉRIO
T. 555134 15.15, 18.30 e 21.15
Para todos
SteveMcqueen a 300 km/h
«LE MANS»
70 m/m ecran gigante
O filme começa 10 minutos após início da sessão

POLITEAMA
T. 326305 14.15, 16.30, 19.00, 21.30
OS BARBEIROS DA SICILIA
2.ª Semana de gargalhada
c/Franco Franchi - Cinio Ingrassia

VOX
T. 720808
(Não acons. a men. de 13 anos)
Uma história humana e realista
2.ª semana
A VIDA COMEÇA AOS VINTE ANOS

CARLOS MANUEL SINTRA
21.15
Int. men. 18 anos
O VÍCIO

SÃO LUÍS
às 18.30 e 21.30
CANTIGO FINAL
o último filme de Manuel Guimarães

PALÁCIO FOZ
às 15 - 18 - 21 h
Não acons. men. 13 anos
EL DORADO

BIBLIOTECA NACIONAL
T. 767780 às 21.15
LA SPIRALE
O processo chileno
No final da sessão haverá um colóquio com a presença de Armand Mattelart. **Hoje, dia 29**, sessão promovida pela Associação Portuguesa de Escritores com o apoio da Direcção Geral de Acção Cultural.

1.º Programa
15.00: Música na tarde; **18.00**: Música portuguesa; **18.30**: A casa e a vida, por Aquilino Ribeiro; **19.00**: Peomas e poetas, por Hermínia Tojal — música variada; **20.00**: Jornal da noite; **20.30**: Jazz; **21.00**: Contraponto; **22.05**: A economia portuguesa — a economia no nosso dia a dia, por Abílio Ninis Silva; **00.00**: Último jornal; **00.30**: Retrospectiva; **01.00**: Saída e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Caro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta — música na noite.

2.º Programa
16.05: Música de piano; **16.50**: Suites para orquestra; **17.15**: Intercâmbio musical; **17.35**: Trechos de óperas; **18.10**: Música de arco; **19.00**: Orquestras de câmara; **19.35**: O cravista Rafael Puyana; **20.00**: O maestro Leonard Bernstein; **20.55**: Música de orgão de Bach; **21.25**: Madrigais de Monteverdi; **22.00**: «Dansas Sinfónicas», de Rachmaninoff, **22.30**: O ogosto pela música, pelo dr. João de Freitas Branco; **23.00**: A ópera em um acto «Electra», de Richard Strauss; **01.00**: Fecho.

3.º Programa
16.00: Emissão nacional — variante (continuação); **16.15**: Casos ao acaso, por Orlando Dias Agudo (repetição); **16.40**: Disco...rendo, por Bernardo Brito e Cunha; **17.10**: Vamos ao médico, pelo dr. José Matildes; **17.30**: Cinema em variante, por Carlos Pina; **18.00**: Emissão regional — contacto; **21.00**: Música, só música; **21.30**: Quando o telefone toca; **23.05**: Novas de alegria; **23.20**: A música e as vozes.

4.º Programa
16.00: Música variada; **17.00**: Canções; **18.00**: Apenas música; **19.00**: Em órbita; **20.00**: Orquestras; **21.00**: Concerto; **22.00**: **Auditório; »/:))**: Prisma; **02.00**: Fecho.

CALEIDOSCÓPIO
Tel. 795093 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
Música divina!
LISZTOMANIA
Um filme de Ken Russell

EDEN
T. 320768 14.45, 18.00, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
Um dos maiores filmes da história do cinema!
QUO VADIS
Com Robert Taylor, Deborah Kerr, Peter Ustinov, Leo Genn
4.ª semana
Um filme de Melvin Le Roy

ODEON
T. 326283 15.15, 18.15 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
Estreia de sensacao sexual se todas as mulheres fossem como
A MINHA INSACIÁVEL CUNHADINHA
Tinha saído a «sorte grande» a todos os homens

APOLO 70
Tel. 795093 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Para todos
3.ª semana
Festival Apolo 70
Jerry Lowis é «O Herói do Regimento»
ÀS 24.00 Grupo D (16 anos)
S.P.Y.S.

CASINO ESTORIL
T. 264521 14.15, 17 e 21.15 h
Int. men. 18 anos
CLUBE PRIVADO

S. JORGE
554153/4 15.15, 18.15, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
ABUTRES NA CIDADE
Dois polícias implacáveis contra o crime e a corrupção

RESTELO
T. 727778 15.00 e 21.00
Não acons. a menores 18 anos
A TORRE DO INFERNO

AVIS
Tel. 47163 15.15, 18.15, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
BORRY
5.ª Semana
Rish Kapoor - Kemple Kapadia

ESTÚDIO
T. 555134/ 15.30, 18.30 e 21.15 h
Não acons. a menores de 18 anos
INSÓLITO DESTINO
Um filme de Lina Wertmuller
2.ª semana

ESTÚDIO 444
Tel 779095 15.30 18.30 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
MENINAS BEM

MUNDIAL
Tel. 538743 15.15, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
4.ª semana
CONFIDÊNCIAS DE UM LAVADOR DE JANELAS
N.º 1 do riso em Inglaterra

ROMA
Tel. 727778 15.30, 18.30. 21.15
Interdito a menores de 18 anos
LOUCURA SEXUAL
Com Sandra Jullien - Yves Vicent
Amanhã o mesmo programa

UNIVERSAL
T.774402 Às 15.00 e 21.00
O FUNERAL DO PATRÃO
Às 17.00 e 23.00
QUE FAREI EU COM ESTA ESPADA?
[illegible]RONHOS
— QUE[illegible]VE MEDO DO PC[illegible]PULAR

CO[illegible]TS
T. 322523 14.00, 1[illegible]15, 21.15
Interdito a menores d[illegible]os
Num corpo de fogo a explosão do amor sexual
EMMA[illegible]E NEGRA
Real. Alber[illegible]

BERNA
14.00, 16.30, 19 e 21.15
Para todos
Os grandes sarilhos de um policia em Saint-Tropez
O GENDARME EM FÉRIAS
2.ª semana
C/Luís de Funes

LONDRES
T. 801313 14 - 16.30 - 19 - 21.15H
Não acons. a menores de 18 anos
Não acons. menores 18 anos
A obra-prima de WALERIAN BORO
A HISTÓRIA DE UM PECADO

ROXY
Tel. 48560 16.30, 18.45 e 21.15
Não acons. men. 18 anos
OS INOCENTES DE MÃOS SUJAS
c/ Romy Schneider

TIVOLI
T. 570595 15.00 e 21.00
Não acons. a menores de 13 anos
Uma história imortal!
Um filme eterno!
E TUDO O VENTO LEVOU
3.ª semana
Com Clark Gable, Vivien Leigh

ALVALADE
T. 897480 15.30, 18.30 e 21.15 h
Para todos
3 AVELÃS PARA CINDERELA
O grande brinde das férias

PATHÉ
T. 821933 14.[illegible] 16.30, 18.45, 21.15
Int. a menores de 18 anos
2.ª Semana
LOUCURA SEXUAL
um filme de Marx Pecas

NIMAS
Tel. 574313 Estreia às 21.15
Não acons. men. 13 anos
O Chile de Allende e Pinochet
CHOVE EM SANMAGO

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

PALAVREADO

A partir das 20 horas de domingo, a rádio nacional não se podia ouvir. A palavra «civismo» e a expressão «maturidade cívica» substituíam as informações de factos concretos, de números e resultados.

O palavreado «eleiçoeiro», «patrioteiro» fazia lembrar os «bons tempos» do fascismo, onde o «civismo» e a «consciência cívica» tentavam substituir a realidade fraudulenta das falsas «eleições». Que se pretende agora esconder?

Já não podemos ouvir falar em «ordem» e «civismo», até porque sabemos que houve incidentes, como em todos os países onde há actos eleitorais; que houve abstenções, como em todos os países democráticos; que houve as vulgares «chatices», como em todo o mundo.

Cremos que os resultados é que importam, se forem autênticos.

Cremos que os resultados foram autênticos.

Cremos que o que importa é raciocinar sobre os resultados e suas consequências. Palavreado patrioteiro, eleiçoeiro, demagógico e estupidificante não nos interessa.

A verdade é que é democrática. A verdade é que é revolucionária. A verdade é que é fundamental.

O palavreado que vem do antigo regime tem de ser banido. Esse palavreado tem de ser eliminado, fuzilado. O povo tem de ser esclarecido, para estar unido!

MANUEL DE AZEVEDO

Consulta pós-eleitoral?

Soares com Brandt amanhã em Bona

O futuro primeiro-ministro português, Mário Soares, efectua a partir de amanhã mais uma das suas habituais visitas à República Federal Alemã. Em Bona, Mário Soares será recebido pelo presidente do Partido Social-Democrata da R.F.A., Willy Brandt.

Durante a sua estada na capital da R.F.A., Mário Soares terá ainda oportunidade de se avistar com empresários alemães, numa reunião organizada pela «Fundação Friederich-Ebert».

Coincidindo com esta visita do dirigente socialista português, já publicamente mencionado como o futuro primeiro-ministro, círculos governamentais de Bona revelaram a sua satisfação pela eleição do general Ramalho Eanes para a Presidência da República.

Aqueles círculos dão particular ênfase ao facto de a eleição ter sido apoiada pelos «três principais partidos portugueses» — P.S., P.P.D. e C.D.S. — o que, na sua opinião, «não deixará de contribuir para a estabilidade da situação em Portugal».

Ferido a tiro nos "Comandos"

Ferido pelo disparo de um tiro de «G-3», encontra-se internado no Hospital de S. José um jovem que afirma ter 23 anos e chamar-se Miguel Loureiro Coimbra. Empregado bancário em Lisboa, Miguel Coimbra reside na Rua Ferreira Lapa, 4, 2.º e foi atingido por uma das sentinelas do Regimento dos Comandos da Amadora quando ali tentou entrar sem se identificar.

O oficial que esta manhã estava de prevenção naquela unidade afirmou ao «DL» que Miguel Loureiro Coimbra, se efectivamente é esse o seu nome, é um ex-comando que prestou serviço em Moçambique e que ontem, quando se dirigiu ao Regimento da Amadora, procurava encontrar alguns dos seus camaradas de comissão. «Terá julgado», salientou-nos o mesmo oficial, «que o sentinela o conhecia e, por isso, tentou forçar a sua entrada. Aí, o sentinela reagiu prontamente», prossegue o oficial de dia parece ter-se gerado uma situação de confronto entre os dois, de que resultou a «G-3» ter-se disparado e atingido o ex-comando».

Depois de nos revelar que foi entretanto aberto um inquérito para apurar responsabilidades e conhecer toda a verdade do incidente, o oficial de prevenção referiu que depois de concluído o inquérito será tornado público «para que o incidente não dê origem a especulações mal intencionadas».

O JULGAMENTO DOS MERCENÁRIOS

Fuzilamento para quatro

Dos treze mercenários julgados na República Popular de Angola, por crimes cometidos durante a guerra civil que assolou o território daquela jovem nação africana, quatro foram condenados à morte e os restantes a pesadas penas de prisão. Nomes dos que serão fuzilados caso o presidente Agostinho Neto não intervenha para comutação da pena: Costas Georgiou («Coronel Callan»), Andrek McKenzie, John Barker e Daniel Gearhart, os três primeiros britânicos e o último americano. Na leitura do veredicto, o juiz-presidente rejeitou a alegação do advogado americano Cesner de que os treze mercenários deveriam ser tratados ao abrigo da Convenção de Genebra, sendo-lhes atribuído o estatuto de prisioneiros de guerra. «O mercenarismo é considerado um crime no concerto das nações. Os Governos que os recrutam e lhes pagam são também culpados. Não merecem participar na comunidade das nações civilizadas» — acrescentou.

REACÇÃO DOS RÉUS

«Callan», britânico, de origem cipriota, de 25 anos, não manifestou qualquer reacção quando o juiz o classificou de «homicida maníaco» e o condenou à morte.

Este mercenário, que ordenou ter ordenado o massacre de 14 mercenários britânicos que se recusaram a lutar contra as FAPLA, estava algemado quando foi lido o veredicto. Não deu o menor sinal de ter compreendido o que se estava a passar, mas a irmã, ao fundo da sala do Tribunal, chorava convultivamente.

Gearhart e Barker pareciam particularmente chocados ao ouvirem as suas condenações à morte. O primeiro destes dois mercenários pareceu desmaiar. Por sua vez, McKenzie, homem descarnado que está a recuperar de dez ferimentos que recebeu quando foi preso, há cinco meses, desviou o olhar para a sua perna amputada no momento em que o seu nome foi proferido.

Ainda a irmã de «Callan»:

«Não fiquei surpreendida. Mas creio que o maior choque para «Callan» é que os outros sejam abatidos. Ele quer assumir a total responsabilidade de tudo.»

Os mercenários não condenados ao fuzilamento sofrerão penas de prisão que vão de 16 a 30 anos.

«MATILHA DE CÃES DE GUERRA»

Ao condenar os treze mercenários, o juiz Ernesto da Silva disse que a organização que recrutou os mercenários estava ligada à CIA — e que o Governo britânico nada fez para impedir nem o seu recrutamento, nem a sua partida para Angola.

E acentuou que «esta matilha de cães de guerra» tem andado a caçar os países africanos, durante os últimos vinte anos, «pelo que são necessárias duras condenações para acabar com estas práticas.»

Disse ainda que os mercenários agora condenados tinham «espalhado o medo, a vergonha e o ódio em Angola.»

«Estes homens — disse — deixaram uma senda de corpos mortos, sem olhos, calcinados, estômagos cortados e abertos, numa orgia de baixezas.»

Os "amigos" recomendam...

Futuro Governo deverá reflectir maioria presidencial

A exemplo do que sucedeu após as eleições legislativas de Abril último, a Imprensa norte-americana e oeste-alemã (considerada como reflectindo pontos de vista dos respectivos Governos) inicia nova campanha tendente a pressionar uma aliança entre aquilo que convencionou classificar como «partidos democráticos» — PS, PPD e CDS.

No que se refere à Imprensa da R.F.A., esta campanha torna-se tanto mais significativa quanto ocorre em véspera da chegada a Bona de Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista e indigitado para futuro Primeiro-Ministro.

Quanto à Imprensa norte-americana, o «New York Times» considera que a eleição do general Eanes só foi possível graças a uma «coligação PS, PPD, CDS» e, à luz deste facto, aconselha «ser muito mais sensato que o dr. Mário Soares forme um gabinete de coligação que possa dispor de um apoio maioritário semelhante no Parlamento e na Nação». Para o conhecido jornal nova-iorquino «é motivo de preocupação» a disposição do dr. Mário Soares de «chefiar um Governo minoritário com base apenas na representatividade do seu partido».

Idêntica posição é assumida por alguns diários de Bona próximos do S.P.D. (Partido Social-Democrata alemão). Assim, para o «Neue Ruhr Zeitung» a «estabilidade no país» depende da maioria «suficientemente nítida» que elegeu o general Eanes. O «Ruhr Nachrichten», perfilhando a opinião do seu colega avança já com o **aviso** de que «o dr Mário Soares constrangido a formar um Governo minoritário poderá ter dificuldades em encontrar o apoio da maioria». Finalmente o «DieWelt», conservador, considera que «será preciso um entendimento entre todos os partidos para Portugal conseguir resolver uma situação económica horrorosa». Deste «entendimento» exclui, naturalmente, o PCP.

Para além da Imprensa destes dois países, também alguns dos mais conhecidos órgãos de Informação da Inglaterra, França e Brasil se referem às presidenciais portuguesas.

Em Londres, o «Times» afirma hoje que a vitória do general Ramalho Eanes será geralmente bem aceite pelos aliados da NATO. O conservador diário londrino deixa, no entanto, transparecer dúvidas quanto à viabilidade do futuro Governo o qual, afirma, «não usufruirá dos mesmos graus de apoio» que teve o novo Presidente.

Também o direitista «Daily Telegraph» evocando os partidos que elegeram o general Eanes, sublinha que «os amigos e aliados de Portugal aplaudirão mais esta prova convincente das suas intenções democráticas».

No que se refere à imprensa francesa, «L'Aurore» (direita radical) destaca que «a nítida vitória do general Ramalho Eanes vem iniciar uma viragem histórica para a vida política de Portugal», uma vez que, no entender do seu articulista, «os portugueses escolheram o regresso à ordem». Por sua vez, «Le Figaro» evoca Saint Just e Bonaparte ao escrever: «Ao decidir-se a ganhar sozinho, o Partido Socialista não deixou nenhuma porta aberta de saída. Nem Saint Just nem Bonapart lhe perdoariam um possível insucesso».

Finalmnte, no Rio de Janeiro, jornais ligados à ditadura brasileira, como o «Jornal do Brasil» e «O Globo», comentam as eleições portuguesas, inferindo dos resultados obtidos «o repúdio do Povo Português ao comunismo».

Para o «Jornal do Brasil», o general Eanes tornou-se o «homem forte de Portugal» quando estancou «a ala esquerdista do 25 de Abril de 1974», enquanto para «O Globo» o novo presidente «simboliza a perfeita imagem do militar profissional, que deve transferir para a chefia do executivo português a sua experiência em organização e disciplina».

Indonésia aceita Timor como província

JACARTA, 29 (R.) — O Governo indonésio anunciou hoje que aceitara oficialmente a fusão na Indonésia do disputado território português de Timor-Leste.

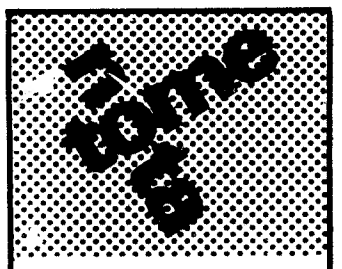
O ministro da Informação, Kamgmas Mashuri, fez a comunicação após uma sessão do gabinete concordar que a fusão se deveria concretizar de acordo com a constituição da Indonésia.

COMISSÃO DE DESCOLONIZAÇÃO

Reuniu-se ontem a Comissão Nacional de Descolonização sob a presidência do general Costa Gomes, tendo estado presentes o Primeiro-Ministro interino, comandante Almeida e Costa; o ministro dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes; o ministro da Cooperação, comandante Victor Crespo; o chefe do Estado-Maior da Armada, vice-almirante Souto Cruz; o chefe do Estado-Maior do Exército (interino), general Galvão de Figueiredo; o representante permanente de Portugal nas Nações Unidas, dr. Galvão de Teles, o chefe do C. E. M. F. G. A., tenente-coronel Seródio; o dr. Pinto da França, do M. N. E.; e o tenente-coronel Teixeira de Magalhães, adjunto do gabinete do M. N. E. para os assuntos de Timor.

A Comissão ouviu uma exposição do general Morais e Silva sobre os contactos levados a cabo, a título particular, com personalidades do Governo Provisório de Timor, relacionados com os problemas dos refugiados timorenses e dos militares portugueses detidos naquele território.

Verificando-se não haver elementos significativos conducentes a uma reconsideração da orientação política seguida em relação ao processo de descolonização de Timor, a solução dos problemas de ordem humanitária dos refugiados timorenses, e ao da libertação de militares portugueses detidos, a Comissão deliberou prosseguir os contactos com vista à urgente solução daqueles problemas e ainda à salvaguarda de condições que propiciem a manutenção de laços de amizade com o povo timorense.



INSTRUMENTALIZAR

Uma tentativa (gorada) para instrumentalização do novo Presidente da República é o que se pode concluir de alguns factos ocorridos ontem durante a conferência de Imprensa no auditório da Gulbenkian.

Apesar de ser uma conferência de Imprensa, não se sabe como algumas dezenas de estranhos à profissão, «meninos bem» e algumas meninas «com montes de absolutamente», exibindo cartões diversos, instalaram-se nas últimas filas na ânsia de ouvirem coisas agradáveis aos seus ouvidos.

A princípio aplaudiram algumas respostas do general (que não entenderam) e que o levaram a fazer-lhes a advertência de que não deviam transformar a conferência de Imprensa num comício. Depois calaram-se mesmo. Foi quando um jornalista espanhol perguntou se, dado que o País necessitaria de investimentos para a sua reconstrução, estava previsto o regresso dos banqueiros, dos Champaleimauds, Pintos de Magalhães, etc. Eanes respondeu que em Portugal podem entrar todos os portugueses, mas que alguns desses «senhores» tinham contas a pagar e os outros que não pensassem mais em actuar como fizeram durante muitos anos. Foi um balde de água fria para aquela selecta assistência.

Não menos triste terá ficado um ilustre advogado, director de um jornal estatizado. Ao que parece, não terá gostado muito do apelo às legalidades democrática sempre invocada pelo general e à saída comentava decepcionado: «Ele acredita demasiado nas leis».